



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SUSAN CAROLINE CAMARGO

**CADA JOANA COM SUA FOGUEIRA:
BRANQUITUDE, CIÊNCIA E PODER DA MÍDIA BRASILEIRA NA
COBERTURA DO CASO JOANA D'ARC FÉLIX DE SOUSA**

Londrina
2025

SUSAN CAROLINE CAMARGO

**CADA JOANA COM SUA FOGUEIRA:
BRANQUITUDE, CIÊNCIA E PODER DA MÍDIA BRASILEIRA NA
COBERTURA DO CASO JOANA D'ARC FÉLIX DE SOUSA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ensino de Ciências e Educação Matemática da
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora em Ensino de Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Alves de Oliveira

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C172c Camargo, Susan Caroline.

Cada Joana com sua fogueira: Branquitude, ciência e poder da mídia brasileira na cobertura do caso Joana D'arc Félix de Sousa / Susan Caroline Camargo. - Londrina, 2025.

170 f. : il.

Orientador: Moisés Alves de Oliveira.

Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Análise de mídia - Tese. 2. Abuso de poder da mídia - Tese. 3. Caso Joana D'arc Félix de Sousa - Tese. 4. Ciência contra-hegemônica - Tese. I. Oliveira, Moisés Alves de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática. III. Título.

CDU 37

SUSAN CAROLINE CAMARGO

**CADA JOANA COM SUA FOGUEIRA:
BRANQUITUDE, CIÊNCIA E PODER DA MÍDIA BRASILEIRA NA
COBERTURA DO CASO JOANA D'ARC FÉLIX DE SOUSA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ensino de Ciências e Educação Matemática
da Universidade Estadual de Londrina - UEL,
como requisito parcial para a obtenção do título

Prof. Dr. Moises Alves de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Claudia Regina Xavier
Universidade Tecnológica Federal do Paraná –
UTFPR – Campus Curitiba

Prof. Dr. Samilo Takeda
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Profa. Dra. Angélica Cristina Rivelini-Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná –
UTFPR - Campus Apucarana

Profa. Dra. Luana Pires Vida Leal
Secretaria de Educação do Estado do Paraná -
SEED

Londrina, 27 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Relutei muito se deveria ou não escrever uma sessão de agradecimentos, afinal, sempre tentei agradecer às pessoas que aqui mencionarei a todo tempo, não somente nessa reta final. Sempre considerei essa sessão pessoal demais, mas tendo em vista que tudo nesta pesquisa foi... por que não? Aos que anseiam pela objetividade, essa não é uma leitura obrigatória, mas de certa forma eu senti que não poderia escapar dessa escrita.

Início pelo agradecimento que parece ser o mais clichê de todos, mas que para mim tem muita importância: agradeço à Deus por ter me sustentado até aqui, pois embora eu nem sempre precise expressar minha espiritualidade, nos choros silenciosos, aqueles que muitas vezes nem resultam em lágrimas, foi acreditar em algo maior que acalmou meu coração.

Agradeço ao meu pai, José Valdomiro, por sempre ser meu maior incentivador. Destaco duas das inúmeras que conversas que tivemos na vida, e que me marcaram a ponto de eu me lembrar com vivacidade: certa vez quando eu ainda era criança, mas já estava na escola, o senhor me perguntou o que eu queria ser, e eu lhe respondi uma profissão aleatória e o questionei se “dava dinheiro”. A resposta que recebi foi uma das mais importantes da vida: “filha, dinheiro não é tudo na vida”. Que bom que me preparou desde cedo, pai, porque hoje sou professora e realmente isso é válido rsrs. A outra conversa aconteceu quando terminei o Ensino Médio, e ingressei na faculdade. Com alegria, em certo momento naquele primeiro ano de graduação o senhor exclamou: “que orgulho, hoje você me superou, e já não consigo mais te ajudar com as tarefas!”. Obrigada por tanto, pai. Pouco verbalizamos “eu te amo”, porque nossa linguagem do amor é diferente, mas saiba que senti o amor que tem por mim e pelo Yuri em cada palavra que escrevi nessa jornada de estudos, que foi ininterrupta desde a pré-escola.

Agradeço à minha mãe, Elizabete, que participou de todas as etapas de minha vida acadêmica comigo. Mesmo trabalhando, nunca deixou de ter tempo para vibrar comigo por cada conquista, ou dividir o pranto e me acolher a cada ‘tombo’ que eu levava. Sempre me motivou a estudar, mas acima de tudo, me respeitou em cada escolha. Te amo, mãe!

Ao meu ‘irmãozinho’ Yuri, hoje já um homem crescido e que tanto me orgulha, e que eu tanto amo. Obrigada por me apoiar em cada decisão que tomei, e pelos abraços acolhedores quando precisei. Mesmo que às vezes não diga nada, em seu silêncio sempre tive a certeza de que mesmo que fizesse uma escolha errada, você me apoiaria sem julgamentos.

À minha irmã mais velha Joyce, que sempre cuidou de mim, e com seu jeito enérgico, nunca deixou de verbalizar o imenso orgulho que sente de minha trajetória. Obrigada também pelas minhas três preciosas sobrinhas, Livia, Anna Julia e Sophia, minhas meninas que tanto

me orgulham e me fazem ser a tia mais coruja que elas poderiam ter. Três das minhas melhores amigas, a quem prometo apoiar e cuidar sempre. Amo todas vocês!

Não poderia deixar de agradecer ao Bruno Moretti, amor da minha vida, meu melhor amigo e companheiro com quem dividi os últimos 13 anos de minha vida, e com quem espero envelhecer. Você sempre me diz que nunca fez nada, e que o mérito é todo meu, mas a verdade é que sem sua bondade, respeito, paciência e amor, não sei se conseguiria chegar até aqui. Obrigada por sempre ‘segurar as pontas’ por nós, e por nossos filhos de 4 patas, em especial Órion já há onze anos conosco, mas por todos os outros que ainda estão conosco, ou que já fizeram sua breve passagem alegrando nossos dias com seus ronronares. Te amo, vida!

Aos meus demais familiares, especialmente minha querida tia Maria, meu tio Joaquim e minha avó Georgina (*in memoriam*). Vocês já não estão mais comigo fisicamente, mas as memórias e amor que compartilhamos juntos, e que conservo comigo, muito me acalentaram nos momentos difíceis.

À minha amiga irmã Larissa Borges, que nenhum agradecimento bastaria para expressar o quanto me ajudou nessa trajetória. Em quase uma década de amizade, desde os tempos da graduação, as histórias que vivemos são a prova de que uma amizade verdadeira se constroi nas dificuldades. Vivemos juntas a alegria das aprovações para o ingresso no mestrado e no doutorado (e mais recente nos concursos públicos), de morarmos juntas e compartilhar risadas (e boletos), mas a parte mais desafiadora sempre foi o processo. Nunca sabíamos como seria, mas sempre prometemos segurar uma a outra quando o cansaço batesse, e o flerte com a desistência ameaçasse surgir. E cumprimos a promessa! Obrigada por tanto, amiga. Amo você! O laço fraterno que criamos, será mesmo daqui para sempre!

Agradeço também à Bruna, sr. Gerson e Dona Neuza, irmã e pais tão queridos da Lari, que me acolheram como se eu sempre tivesse sido parte da família.

Ao meu amigo Anderson Vietro, por quem tenho muito carinho. Você me acolheu em sua casa durante o mestrado, e se tornou a pessoa com quem a Lari e eu compartilhamos diversas alegrias (e angústias). Acompanhar você em suas próprias dificuldades na finalização de seu processo de doutoramento anos atrás, de certa forma também nos deixou mais fortes para vivenciar tudo na nossa vez.

À minha querida amiga, ‘mãe científica’ e professora Angélica, que também me deu a honra de tê-la como avaliadora desta pesquisa. Saiba que anos atrás, quando me acolheu enquanto eu estava totalmente perdida e desiludida com a área acadêmica, você fez por mim o que poucos fizeram, e com isso possibilitou que hoje eu chegasse até aqui. A amizade e amor

que temos uma pela outra, superou os muros da universidade e é daqui para a vida. Obrigada por tudo!

À minha grande amiga Cristine Sierra, e ao pequeno Chico. Você é a amiga que mora longe e que mais sinto perto em meu coração, pois sua alegria, carinho e dom de acolhimento emanam à quilômetros. Sempre que posso, te digo o quanto sinto orgulho da sua trajetória, e agradeço por nossa amizade. Amo você, e de tudo o que há de bom no mundo, desejo a você e a sua família que você tanto sonhou e esperou!

Aos colegas do GECCE, por todas as reuniões, conselhos, descontração e estudos que compartilhamos. Desses, em especial agradeço ao Valter e ao Matheus, amigos queridos que muito me ajudaram.

À minha amiga Ana Hyrycena e ao Gabriel Villarda, amigos parceiros que sempre que podem, toparam um rolê para dividirmos uma comida boa e boas fofocas. Amo vocês!

Ao David Faraum, que também conheci no grupo de pesquisa, e cuja amizade transbordou e extrapolou o campo profissional. Tenho orgulho do pesquisador que você é. Sempre torcemos um pelo outro, e nunca nos furtamos a expressar isso com todas as palavras. Sou muito grata por ter você em minha vida, amigo.

Às minhas amigas Nívia, Cristiane, Edi, Amanda, Gabi, Érika e Marilza do CMEI Francisco Quesada, em Londrina, com quem pude compartilhar bons momentos de aprendizado e angústias na Educação Infantil. E de todas, a mais especial: Caroline Costa, hoje uma de minhas melhores amigas, que não poderia deixar de ser mencionada aqui. Minha parceira de viagens, amiga que até parece de outra vida! Obrigada por tudo, cada palavra de incentivo, cada acolhimento e cada torcida. Me alegro em compartilhar cada conquista com você, e desejo que nos conservemos assim. Amo você, amiga!

Aos queridos amigos da família Alcântara, Hémerson, Vanessa e o pequeno Caio. Sou eternamente grata por terem tornado o fim dessa jornada mais leve. Saibam que ser recebida no lar de vocês para compartilharmos boa comida, um bom pagode, puxões de orelha e muitos conselhos, foi reconfortante e um gesto de carinho que recebi de poucos. Vocês são a prova de que boas amizades não vêm apenas com o tempo, e sim nos momentos mais inesperados (e difíceis) nos quais nos deparamos com as pessoas certas.

Um agradecimento também aos meus mais novos, porém verdadeiros amigos do CMEI Izabel Holak: Fabrício, Cris e Vanessa. Vocês sabem o quanto são especiais para mim, e o quanto me ajudaram nessa reta final. Agradeço todos os dias pela nossa amizade. Vocês são mesmo “os de verdade”. Amo vocês!

À minha psicóloga (e agora amiga) Talita Farias, por todo o acolhimento e sensibilidade que têm me oferecido nos últimos anos. Seu trabalho foi fundamental para que eu entendesse meu papel enquanto mulher negra que precisa persistir nesse trabalho, apesar de todos os percalços que surgiram e ainda surgirão.

Agradeço, enfim, a todos os bons amigos que aqui não foram mencionados, mas que de alguma forma passaram pela minha vida durante a construção deste trabalho.

Ao meu orientador Moisés, agradeço por todas as transformadoras experiências e conhecimentos compartilhados comigo ao longo desse processo.

Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro.

CAMARGO, Susan Caroline. **Cada Joana com sua fogueira: Branquitude, Ciência e Poder da mídia brasileira na cobertura do caso Joana D'arc Félix de Sousa.** 2025. 170 p. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

RESUMO

É preciso abandonar a ideia de que as questões raciais no Brasil são um problema exclusivamente do negro, afinal, o problema está na relação entre negros e brancos (Bento, 2022). Uma forma de questionar e subverter a individualidade quase tácita às pesquisas nessa temática, destacando as implicações coletivas das relações raciais, é operacionalizar o conceito de branquitude para explicar as realidades raciais em nosso país. Esse conceito, que se relaciona diretamente com a manutenção de privilégios da população branca, nos permite fugir das análises clássicas com foco no negro e desloca nossas lentes para examinar o branco e seus traços identitários. Adeptos à perspectiva dos Estudos Culturais, o objetivo desta tese foi analisar criticamente a cobertura da mídia em relação ao caso da professora doutora Joana D'Arc Félix de Sousa, nos valendo da proposta metodológica da Análise Crítica de Discurso de modalidade sociolinguística, articulada ao conceito de branquitude para analisar o poder exercido pela mídia hegemônica brasileira, a partir de seus discursos, suas estratégias e efeitos, principalmente ao representar e enunciar pessoas negras. Também procuramos problematizar o modo como a ciência foi utilizada pela mídia para balizar as violências raciais que atravessaram esse caso. De modo geral, a análise evidenciou que os discursos midiáticos hostilizaram e vilanizaram Joana, expressando receio de que sua situação prejudicasse a ciência brasileira. A mídia adotou uma narrativa onisciente e omitiu informações relevantes sobre a trajetória da professora. Os discursos reforçaram a ideia de que apenas certos sujeitos podem acessar a universidade e os espaços de produção de ciência, excluindo pessoas como Joana, uma mulher negra de origem humilde. A cobertura midiática também reproduziu hierarquias raciais e deslegitimou epistemologias negras, reforçando a hegemonia branca, naturalizando desigualdades, e invisibilizando as contribuições de pessoas negras em espaços historicamente ocupados por pessoas brancas.

Palavras-chave: Análise de Mídia. Abuso de poder da mídia. Caso Joana D'Arc Félix de Sousa. Imprensa brasileira. Ciência contra-hegemônica.

CAMARGO, Susan Caroline. **Each Joana with her bonfire:** Whiteness, Science, and Media Power in Brazilian coverage of the Joana D'arc Félix de Sousa case. 2025. 170 p. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

ABSTRACT

It is necessary to abandon the idea that racial issues in Brazil are an exclusively Black problem. After all, the problem lies in the relationship between black and white people (Bento, 2022). One way to question and subvert the almost tacit individuality of research on this topic, highlighting the collective implications of racial relations, is to operationalize the concept of whiteness to explain racial realities in our country. This concept, which is directly related to the maintenance of privileges for the white population, allows us to move away from classic analyses focused on Black individuals and shift our lens to examine white people and their identity traits. Aligned with the perspective of Cultural Studies, the objective of this thesis was to critically analyze media coverage of the case of Professor Dr. Joana D'Arc Félix de Sousa, using the methodological approach of Critical Discourse Analysis in its sociolinguistic modality, articulated with the concept of whiteness to analyze the power exerted by the Brazilian hegemonic media through its discourses, strategies, and effects, particularly in representing and portraying Black individuals. We also sought to problematize the way science was used by the media to justify the racial violence that permeated this case. In general, the analysis revealed that media discourses vilified and antagonized Joana, expressing fear that her situation could harm Brazilian science. The media adopted an omniscient narrative and omitted relevant information about the professor's trajectory. The discourses reinforced the idea that only certain individuals can access universities and spaces of scientific production, excluding people like Joana, a Black woman from a humble background. Media coverage also reproduced racial hierarchies and delegitimized Black epistemologies, reinforcing white hegemony, naturalizing inequalities, and rendering invisible the contributions of Black individuals in spaces historically occupied by white people.

Keywords: Media Analysis. Media abuse of power. Joana D'Arc Félix de Sousa case. Brazilian press. Counter-hegemonic science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação da tríade Discurso-Cognição-Sociedade	53
Figura 2 – Embate político entre Haddad e Bolsonaro	62
Figura 3 – Bolsonaro nega racismo no Brasil.....	63
Figura 4 – Bolsonaro questiona a política de cotas	63
Figura 5 – Presidente Bolsonaro afirma que todos têm a mesma cor.....	64
Figura 6 – Bloqueios orçamentários em 2022	65
Figura 7 – Sérgio Camargo nega racismo estrutural no Brasil.....	66
Figura 8 – Sérgio Camargo reproduz racismo estético.....	66
Figura 9 – Sérgio Camargo sugere mudança no nome da Fundação Palmares	66
Figura 10 – Sérgio Camargo critica o Dia da Consciência Negra	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais diferenças entre a AD e a ACD.....	50
Quadro 2 – Principais vertentes da ACD e seus respectivos autores.	51
Quadro 3 – Análise da Subjetividade nas reportagens do <i>Estadão</i>	70
Quadro 4 – Análise da Subjetividade nos artigos de opinião.....	71
Quadro 5 – Análise do Uso Linguístico nas reportagens do <i>Estadão</i>	75
Quadro 6 – Análise do Uso Linguístico nos artigos de opinião.....	76
Quadro 7 – Análise da Intencionalidade nas reportagens do <i>Estadão</i>	81
Quadro 8 – Análise da Intencionalidade nos artigos de opinião.	84
Quadro 9 – Análise da Coesão nas reportagens do <i>Estadão</i>	85
Quadro 10 – Análise da Coesão nos artigos de opinião.....	87
Quadro 11 – Análise da Unidade nas reportagens do <i>Estadão</i>	88
Quadro 12 – Análise da Unidade nos artigos de opinião	89
Quadro 13 – Análise da Coerência nas reportagens do <i>Estadão</i>	93
Quadro 14 – Análise da Coerência nos artigos de opinião	94
Quadro 15 – Análise da Vantagem Direta nas reportagens do <i>Estadão</i>	96
Quadro 16 – Análise da Vantagem Direta nos artigos de opinião	97
Quadro 17 – Análise da Persuasão nas reportagens do <i>Estadão</i>	98
Quadro 18 – Análise da Persuasão nos artigos de opinião.....	100
Quadro 19 – Análise do Controle de Fala/Texto nas reportagens do <i>Estadão</i>	101
Quadro 20 – Análise do Controle de Fala/Texto nos artigos de opinião.....	102
Quadro 21 – Análise da Identificação nas reportagens do <i>Estadão</i>	103
Quadro 22 – Análise da Identificação nos artigos de opinião.....	105
Quadro 23 – Análise do Conhecimento dos Receptores nas reportagens do <i>Estadão</i>	106
Quadro 24 – Análise do Conhecimento dos Receptores nos artigos de opinião.....	108
Quadro 25 – Análise dos Estilos Discursivos nas reportagens do <i>Estadão</i>	109
Quadro 26 – Análise dos Estilos Discursivos nos artigos de opinião.....	111
Quadro 27 – Análise da Vantagem Indireta nas reportagens do <i>Estadão</i>	112
Quadro 28 – Análise da Vantagem Indireta nos artigos de opinião.....	113
Quadro 29 – Análise da Influência sobre Abuso de Poder nas reportagens do <i>Estadão</i>	115
Quadro 30 – Análise da Influência sobre Abuso de Poder nos artigos de opinião.....	116
Quadro 31 – Análise da Influência sobre Reprodução das Desigualdades nas reportagens do <i>Estadão</i>	117

Quadro 32 – Análise da Influência sobre Reprodução das Desigualdades nos artigos de opinião.....	118
Quadro 33 – Análise da Influência sobre Visão Teórica Hegemônica nas reportagens do <i>Estadão</i>	119
Quadro 34 – Análise da Influência sobre Visão Teórica Hegemônica nos artigos de opinião.....	120
Quadro 35 – Análise da Coesão Social nas reportagens do <i>Estadão</i>	122
Quadro 36 – Análise da Coesão Social nos artigos de opinião.....	123
Quadro 37 – Análise das Antíteses Discursivas com base nas reportagens do Estadão e nos artigos de opinião.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica de Discurso
AD	Análise de Discurso
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CWS	<i>Critical Whiteness Studies</i>
EC	Estudos Culturais
ECD	Estudos Críticos do Discurso
EUA	Estados Unidos da América
FFLCH-USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MNU	Movimento Negro Unificado
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1	TENTATIVA DE UM PRÓLOGO APÁTICO...	14
2	ÀQUELES QUE ANTES VIERAM: OS PASSOS DE LONGE QUE PAVIMENTARAM NOSSO CAMINHO TEÓRICO.....	19
2.1	ENTRE RAÇAS E RACISMOS: EXISTE BRANCO NO BRASIL?	19
2.2	NEGRITUDE E BRANQUITUDE: AFASTAMENTOS E CONVERGÊNCIAS	28
2.2.1	Negritude e a forja da Identidade Negra.....	28
2.2.2	Branquitude: um “novo” mirante para as relações raciais.....	32
2.2.3	A branquitude brasileira e seu pacto silencioso.....	38
2.3	PERCEPÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL E A ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA	42
3	A TRILHA METODOLÓGICA E AS FERRAMENTAS USADAS PARA CONSTRUIR A ANÁLISE	46
3.1	O PONTO DE VIRADA: A BUSCA POR UM REFERENCIAL METODOLÓGICO	46
3.2	ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: ALGUNS ANTECEDENTES E ESPECIFICIDADES.....	47
3.2.1	Uma abordagem sociocognitiva do discurso: Os Estudos Críticos do Discurso e seus conceitos sob o prisma de Teun van Dijk.....	52
3.3.	O CORPUS DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DE UM DISPOSITIVO ANALÍTICO A PARTIR DA ACD SOCIOCOGNITIVA	57
4	JOANA D’ARC E A OUTRIDADE NO DISCURSO DA MÍDIA: ANALISANDO OS TEXTOS JORNALÍSTICOS DO CASO	61
4.1	RETROCEDENDO: UM BREVE CONTEXTO POLÍTICO DA ÉPOCA	61
4.2	VOZES DISSONANTES: VERBORRAGIA DAS MÍDIAS E UMA VOZ SILENCIADA – A ANÁLISE DAS REPORTAGENS	68
5	O QUE SOBRA QUANDO A FOGUEIRA SE APAGA? À GUIA DE UM EPÍLOGO	128
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
	APÊNDICES	139
	APÊNDICE A – REPORTAGENS DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO.....	140
	APÊNDICE B – ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS SOBRE O CASO	151
	APÊNDICE C – SUMARIZAÇÕES DO CORPUS DE ANÁLISE	161
	APÊNDICE D – ESTRUTURAS MENTAIS E SEUS RESPECTIVOS ASPECTOS E PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS TEXTOS DURANTE A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE.....	167

1 TENTATIVA DE UM PRÓLOGO APÁTICO...

A dialética que introduz a necessidade de um ponto de apoio para a minha liberdade expulsa-me de mim próprio. Ela rompe minha posição irrefletida. Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria. Não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal. No meu peito nenhuma probabilidade tem lugar. Minha consciência negra não se assume como a falta de algo. Ela é. Ela é aderente a si própria.
(Frantz Fanon, *Peles Negras, Máscaras Brancas*)

Particularmente acho que os inícios são sempre complicados e, esse não foi diferente. Para além do propósito que se espera de um texto introdutório de qualquer trabalho científico – o que por si só, já é capaz de nos colocar em boas ciladas – esse texto especificamente, o texto da minha tese (ó!), exigiria toda a objetividade que os manuais de metodologia científica recomendam. Isso, a meu ver, exige uma certa apatia, essa que provoço no título, e que muito provavelmente escapará aqui. Ao mesmo tempo, também não sei se ‘dei conta’ de apreender os ensinamentos mais infames do manual de Corazza (2016)... mas tentei!

O objetivo desta tese é usar de um discurso marginal¹ para analisar criticamente a cobertura da mídia em relação ao caso da professora doutora Joana D’Arc Félix de Sousa², com problematizações que articulam o conceito de branquitude, e os direcionamentos da análise crítica do discurso sociolinguístico. Também é um empreendimento nosso, discutir como a mídia fez usos da ciência, no contexto do caso, para legitimar o status quo da área enquanto um espaço brancocêntrico.

Entendermos que a força cultural e ideológica da mídia, ao ocupar uma posição dominante na definição das relações sociais e dos problemas políticos, é proporcional à sua potência na produção e transformação de ideologias populares entre seus públicos (Hall, 2003). Mas para além disso, nosso tema emerge da necessidade de problematizar o modo como a branquitude contrasta a “si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente

1 Me refiro à um discurso marginal no sentido que hooks (2019) coloca, pois galgamos aqui ser uma “voz libertadora” (p. 44) tenta se opor e resistir às hegemonias, a partir de um “espaço para a formação de uma visão de mundo antagonica” (p. 146). É algo que Stuart Hall também defende quando diz que “escreve contra”.

2 Ao longo deste texto, irei me referir à professora Joana de diversas maneiras, sendo professora Joana, professora Félix, professora doutora algumas delas. O faço na intenção de tornar a leitura menos repetitiva.

generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa”, com as pessoas negras sendo o oposto dessas ‘qualidades’, gerando uma “representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer”, além de naturalizar a ciência enquanto “um simples estudo apolítico da verdade”, isentando-a de seu papel na dinâmica das relações raciais, ditando o que e quem deve ser acreditado como verdadeiro (Kilomba, 2019, p. 38-53).

É uma mulher negra que está no centro de nossas investigações, mas já de antemão é preciso dizer que nosso foco está nos discursos que a envolvem, e não em proceder julgamentos morais nos discursos e ações da mesma. Esse último feito, aliás, já foi realizado pelas instâncias que compõem nosso objeto de pesquisa, que ‘armaram uma fogueira’ midiática para ‘queimar’ a professora doutora Joana D’Arc, tal qual a inquisição fez com outra Joana D’Arc séculos atrás – apenas para explicar a analogia em nosso título.

É por esse motivo que ao longo dessa pesquisa Joana será tratada como sujeita, não na acepção que normalmente se encontram nos dicionários, que denotaria uma apatia com alguém que sequer é nomeado, e sim no sentido que propõe bell hooks (2019, p. 88), que demarca sujeitos como aqueles que “têm o direito de definir sua própria realidade, estabelecer suas próprias identidades, nomear sua história”. Joana já foi tratada como ‘objeto’ pela mídia, de modo que aqui invertamos essa lógica ao tratar essa instância como objeto de pesquisa, e enxergar a professora doutora como sujeita política que é.

Apesar disso, achei válido incluir uma pequena biografia de Joana, que se afastasse daquela que em geral aparece ao buscarmos no Google e clicarmos em textos da mídia hegemônica onde seu nome é citado. Para isso, recorremos a uma obra de Bárbara Carine Soares Pinheiro (2020), na qual nossa sujeita assina o prefácio e é descrita com o seguinte texto:

Vamos falar neste momento sobre um dos maiores nomes contemporâneos da Química no Brasil. Joana D'arc Félix de Souza [sic] nasceu em Franca, interior de São Paulo em 1963. A cientista é uma grande colecionadora de premiações em sua carreira. Até aqui já são contabilizados 62 prêmios. A Dra. Joana é Bacharel em Química Tecnológica, mestre e doutora em Ciências pela Unicamp. Além disso, possui 15 patentes registradas. Nas suas atuais pesquisas, a Dra. Joana trabalha com resíduos do setor coureiro-calçadista. A partir desses elementos, a cientista brasileira desenvolveu uma pele artificial similar à pele humana para ser usada em queimaduras e transplantes. Além disso, ela produziu colágeno para o tratamento de osteoporose e osteoartrite, cimento ósseo para reconstituir fraturas e fertilizantes e várias tecnologias que estão sendo transferidas para a indústria. Esses trabalhos, que são de grande relevância científica e social, renderam à pesquisadora o prêmio Kurt Politizer de Tecnologia de "Pesquisadora do Ano" em 2014 e, juntamente com os seus estudantes, o prêmio do Conselho Regional de Química da quarta região (CRQ-IV) nos anos 2017, 2015 e 2014 (Pinheiro, 2020, p. 54).

Feita essa apresentação – a mais digna que nos foi possível – gostaria de quebrar (novamente?) os protocolos. Antes de proceder à já de praxe apresentação das seções que compõem esse documento, não posso simplesmente dizer que fui alheia aos meus dados, aos referenciais, e a tudo que compõe o universo desse projeto de tese. Para além da alteridade, essa escrita é uma escrita emocionada por conta dos processos de identificação que ela desencadeou, exigindo leituras muitas vezes paralisantes, mas necessárias para que seguíssemos o rastro teórico dos que antes de nós vieram. Daí a pergunta que Grada Kilomba (2019, p. 54) suscitou em sua obra, cuja perturbação ‘emprestei’ para mim mesma: e que eu incontáveis vezes também fiz para mim mesma: “como eu, uma mulher negra, posso produzir conhecimento em uma arena que constrói, de modo sistemático, os discursos de intelectuais negras/os como menos válidos”?

Vez ou outra me via interpelada pelos sentimentos de responsabilidade com a temática (que também é uma vivência) que me propus acompanhar, e de que a qualquer momento me apontariam que essa pesquisa era “pouco científica”, ou insuficiente para a academia em sua “ordem colonial”, como (infelizmente) ela ainda é. Recorri à Kilomba, que descreveu como ninguém o eco que fazia em meus pensamentos de que

Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico.

universal / específico;
objetivo / subjetivo;
neutro / pessoal;
racional / emocional;
imparcial / parcial;
elas/eles têm fatos /
nós temos opiniões;
elas/eles têm conhecimento /
nós temos experiências (Kilomba, 2019, p. 52).

Essas “categorias semânticas” estancam, e o objetivo é escolher quem tem autoridade para falar, e sobre o que se pode falar na academia. Mas precisei continuar. Sigo acolhendo minhas fragilidades e inseguranças teóricas, emocionais, psicológicas que hoje estão refletidas nessas palavras iniciais. Esse é um processo que não para, mas que penso acompanhar quem escreve “da periferia, não do centro” (Kilomba, 2019, p. 52-59).

Sem o receio de soar inadequada ao academicismo dominante, é preciso admitir com muita responsabilidade que nenhuma escrita escapa da “política da localização”, pois todo conhecimento é “posicional”. Esse é um dos valiosos ensinamentos que Stuart Hall nos deixou: “nunca se pode escapar da maneira pela qual a formação de uma pessoa imprime uma espécie de marca ou modelo sobre aquilo em que está interessada, que tipo de abordagem teria sobre

qualquer tópico, que vínculos deseja estabelecer e assim por diante” (Hall, 2018, p. 306, tradução nossa).

Isso quer dizer que toda a bagagem de discussões raciais que tive (e as que deixei de ter) em minha vida nos espaços que ocupei e ocupo, também estão presentes nas próximas páginas. Situações de racismo não são específicas demais para escaparem do prisma acadêmico. Elas precisam “ter um lugar dentro do discurso, porque não estamos lidando aqui com ‘informação privada’” (Kilomba, 2019, p. 57), e é também papel dos intelectuais usar sua voz para denunciar as situações ‘mundanas’. Mais do que isso,

é uma exigência dos intelectuais falar um tipo de verdade. Talvez não a verdade com V maiúsculo, mas, de qualquer forma, algum tipo de verdade, a melhor verdade que eles conhecem ou podem descobrir [...]. Assumir a responsabilidade, que pode ser desagradável e não é uma receita para o sucesso, por tê-la dito. Assumir a responsabilidade de falar essa verdade a grupos de pessoas mais amplos do que os que estão simplesmente envolvidos na vida profissional das ideias. Falar sobre isso além dos limites da academia. Falar sobre ela, no entanto, em toda a sua complexidade. Nunca falar de maneira simples demais, porque "o pessoal não vai entender". Porque então eles entenderão, mas entenderão errado, o que é muito pior! Portanto, falar em toda a sua complexidade, mas tentar falar em termos em que outras pessoas que, afinal de contas, podem pensar e têm ideias na cabeça, embora não sejam intelectuais remunerados. Elas precisam disso como você e eu precisamos de comida. Elas precisam disso para sobreviver. Recomendo a vocês a vocação da vida intelectual nesse sentido. Lembro-lhes que a academia é um dos lugares em que ela se enraíza. Não é o único lugar, e peço que não superestimem seu papel nem se deixem envolver por seus rituais internos (Hall, 2018, p. 322., tradução nossa)

A longa citação acima traduz o sentimento do qual tentamos nos apropriar ao realizar essa pesquisa, e me pareceu apropriado anunciar isso logo aqui, no começo. E se essa escrita denotar demasiada preocupação com injustiças sociais, violências e atravessamentos da população negra, “lembre-se então que todos os discursos são “localizados”, e que o coração tem suas próprias razões” (Hall, 1996, p. 68).

A respeito da organização deste escrito, nesse primeiro capítulo apresentei os objetivos e justificativas que temos nessa pesquisa, não apenas teoricamente, mas emocionalmente também. No próximo capítulo, “Àqueles que antes vieram: os passos de longe que pavimentaram nosso caminho teórico”, cujo título é uma referência ao trabalho de Werneck (2010), apresentamos os principais direcionamentos teóricos que serão usados em nossas análises, iniciando pelas noções de raça e racismo no contexto geral e no contexto brasileiro, passando pelos afastamentos e aproximações entre negritude e branquitude, sendo este último um dos conceitos chave de nossa pesquisa, e finalizando com uma discussão da racialidade nas agendas dos estudos de mídia e da alfabetização midiática.

No capítulo 3, intitulado “A trilha metodológica: Análise Crítica de Discurso enquanto possibilidade de resistir e ressignificar as dominações”, explicamos sobre nossa escolha metodológica de operar no campo da análise de discurso sociocognitiva, de Teun van Dijk. Nesta seção, também explicamos como foi o acesso e organização de nossos dados, e quais recursos utilizamos para tal.

O capítulo 4, “Joana D’Arc e a outridade no discurso da mídia: analisando os textos jornalísticos do caso”, como o próprio título anuncia, é àquele onde apresentamos as análises de nossos materiais de pesquisa, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos discutidos nos capítulos anteriores e suas respectivas seções.

No quinto e último capítulo, “O que sobra quando a fogueira se apaga? À guisa de um epílogo”, apresento uma síntese das discussões que procederam das análises, e proponho algumas reflexões da pesquisa como um todo.

2 ÀQUELES QUE ANTES VIERAM: OS PASSOS DE LONGE QUE PAVIMENTARAM NOSSO CAMINHO TEÓRICO

*É que a direita me quer na mira da Colt
Enquanto o branco esquerdo-cult controla as minhas narrativas
Revolucionário que nunca pisou no gueto
É literatura branca me ensinando a ser preto
(César MC, Favela Vive 4)*

2.1 ENTRE RAÇAS E RACISMOS: EXISTE BRANCO NO BRASIL?

Certos conceitos que serão utilizados por nós ao longo desta pesquisa, são bastante escorregadios, operando dentro daquilo que Hall (2014, p. 104) chama de “rasura”. É claro que o autor se refere às identidades quando fala dessa operação “sob rasura”, mas isso também serve para pensar ideias de raças e racismos, que igualmente não conseguem escapar das inevitáveis e contínuas transformações que os atravessam em suas redes de significação.

A iniciar pelo conceito de raça, é importante lembrar as dimensões temporal e espacial que seu campo semântico possui. Para além de etimologias, um dos usos mais antigos do conceito de raça remonta à Teologia, com narrativas bíblicas como o mito dos Reis Magos³ sendo bastante difundidas na Europa dos séculos XVI e XVII para justificar a humanidade daqueles ‘outros’ com os quais se depararam durante às invasões territoriais que marcaram a expansão colonial, e que não pareciam descender do Adão caucasiano. No caso dos de raça negra, sua ‘legítima descendência’ de Adão era confirmada por Baltazar, o rei mago portador da mirra e com a pele mais escura dentre todos os três (Munanga, 2003).

Contudo, um dos usos mais emblemáticos que se tem registro, e que foi – e em certa medida, infelizmente, ainda é – base para ideias supremacistas, foi àquele amparado pelas ciências no início do século XVIII. Foi durante o dito século das “luzes” que o enfraquecimento da Igreja enquanto instituição detentora de todas as respostas, com o surgimento da história

3 Por volta do século XII, com o advento das Cruzadas, “os três reis magos começaram a ser associados às três partes do mundo, embora os seus nomes, que não foram registrados no Evangelho, viessem a ser permutáveis, bem como as supostas regiões de origem: Melchior, que oferecia ouro, seria representado como um idoso europeu de barba branca comprida; Gaspar, que levava incenso, era representado como um asiático jovem de túnica e, mais tarde, turbante; e Baltazar, com a sua mirra, era representado com pele trigueira, tornando-se negro no século XIII”, passando por um processo de “africanização” que também ocorreu com outras figuras bíblicas (Bethencourt, 2018, p. 46).

natural e o estabelecimento de disciplinas como a química, a biologia e a geologia, fez com que novas formas de pensar exigissem dos iluministas uma interpretação baseada “na razão transparente e universal e na história cumulativa e linear”, para explicar a outridade desses povos ‘recém descobertos’. Embora tentativas de explicar ‘cientificamente’ o negro, como a ideia de que ele era um “branco degenerado”, punido com alguma doença por seu “desvio de norma”, ou que a pigmentação escura da pele se devia ao clima tropical (Munanga, 2019, p. 26), foi o *Systema Naturae*, elaborado em 1735 pelo cientista sueco Carl von Linné (1707-1778), que passou a ser usado para propagar a superioridade biológica dos brancos (Munanga, 2003; Bethencourt, 2018).

O sistema de Lineu – como é chamado em português – que por muito tempo foi usado na botânica e na zoologia para classificar espécies animais e vegetais, teve diversas edições e foi ficando mais sofisticado com o passar dos anos, incluindo descrições bastante detalhadas, com o acréscimo de atributos físicos e psicológicos das quatro categorias utilizadas para classificar os seres humanos, sendo que

os **americanos** eram definidos como acobreados, coléricos e eretos, com cabelo preto, liso e grosso, narinas largas, rosto anguloso e barba rala; como satisfeitos e livres; e pintando-se com linhas vermelhas finas, regulados por costumes. Os **européus** eram pálidos, sanguíneos e musculosos, com cabelo sedoso amarelo ou castanho e olhos azuis; eram ágeis, perspicazes e inventivos; e cobriam-se com vestes apertadas, regulados pelos costumes e pela lei. Os **asiáticos** eram escuros, melancólicos e rígidos, com cabelo preto e olhos escuros; eram severos, orgulhosos e ambiciosos; usavam roupas largas; e eram governados pela opinião. Os **africanos** eram negros, fleumáticos e descontraídos; tinham cabelo preto encrespado, pele acetinada, nariz achatado e lábios grossos; eram indolentes, negligentes e astuciosos; untavam-se com gordura; e eram governados pelo capricho (Bethencourt, 2018, p. 262, grifos nossos).

Essa classificação de Lineu resultou em uma hierarquização que sobreviveu ao tempo e aos progressos da ciência e ainda faz ruído no imaginário popular. Ela foi o pavimento do chamado racismo científico, que consiste no “esforço científico para justificar e reificar as divisões, bem como as hierarquias de raças, que supostamente seriam inatas, imutáveis e perpétuas”, e ficou mais forte à medida que ganhou contornos ideológicos e políticos mais agressivos no início do século XX (Bethencourt, 2018, p. 281).

Percebe-se então, que a problemática está muito mais nessa hierarquização biológica das raças, de base pseudocientífica, do que na classificação conforme proposta inicialmente por Lineu, até porque, embora o conceito biológico de raça tenha sido invalidado, isso não significa afirmar que “todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-

las em raças” (Munanga, 2003, p. 5). Porém, não fosse o cientificismo da época, com cientistas defendendo que características biológicas, como cor da pele e outros traços fenotípicos, estavam diretamente ligadas às características morais, psicológicas e intelectuais, a tendência era que essas classificações continuassem a ser estudadas, até o ponto que permanecessem mantidas, aperfeiçoadas ou rejeitadas ao longo dos anos, algo comum na história e construção do conhecimento científico.

Essa base da raciologia, que “tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana”, foi abandonada de vez em meados da década de 1970, com estudos principalmente nas áreas de genética humana e biologia molecular que desmistificaram a realidade científica da raça. Antes disso, no entanto, as ideias pseudocientíficas permearam o “tecido social das populações ocidentais dominantes”, e foram apropriadas por nacionalismos como forma de legitimar o genocídio dos que então eram tidos como inferiores biologicamente (Munanga, 2003, p. 5).

Apesar do passado controverso que acompanha o conceito de raça, o uso do termo não foi completamente abandonado porque passou por um processo de ressignificação. Assim, na atualidade da literatura sobre o tema, quando usarmos o termo ‘raça’ ou ‘raças’, nada tem a ver com seu uso equivocado para hierarquizar pessoas ‘biologicamente’. Hoje, sendo um conceito carregado de ideologia, a raça é usada no sentido de reconhecer as diferenças entre grupos humanos, sem um binarismo de qualidades em positivas ou negativas, mantendo respeito pelas origens ancestrais e identidades de cada um (Munanga, Gomes, 2016). As raças na atualidade, são

uma construção social, política e cultural, produzidas no interior das relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significa de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto destas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas (Munanga, Gomes, 2016, p. 146).

Entendemos que a raça é então, “uma categoria etno-semântica”, cuja determinação se dá pela “estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam” (Munanga, 2003, p. 6). Logo, ao fazermos uso do conceito de raça nessa pesquisa, em detrimento do termo etnia, que também seria um sinônimo possível⁴, demarcamos uma posição política, para que

4 Munanga (2003, p. 12) explica que a etnia “é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”. Alguns intelectuais propõem usar ‘etnia’, ao invés de ‘raça’,

seja possível entender quais grupos estão implicados nas problemáticas que nos propomos a discutir. Se trata também de um alinhamento com os próprios Estudos Culturais (ECs), área que direcionou e motivou nossos interesses de pesquisa desde o início cujos teóricos e teóricas têm uma posição muito marcada e interpretações importantes a respeito do conceito.

É quase uma “regra básica” entre nós, pós-estruturalistas que estudamos a raça, explicitarmos em nossas pesquisas que o modo como tomamos esse termo não tem “nada de ‘real’, no sentido positivista”. Há então a necessidade de que a raça seja analisada “como uma constelação de processos e práticas, e não como uma entidade delimitada”, levando em consideração o processo, a mudança e a história (Frankenberg, 2004, p. 307-308).

Para retomar Hall (2006, p. 63), com o qual iniciamos a escrita dessa seção, ele próprio define a raça enquanto uma “categoria discursiva” que organiza

as formas de falar daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, 2006, p. 63).

Quando se investiga uma formação social específica, é necessário que a raça – assim como o racismo – seja pensada junto com outras duas contradições que formam seu “campo interdiscursivo”: a classe e o gênero. Esse é um movimento necessário porque são as articulações entre raça, classe e gênero que estabelecem posições sociais que dividem e classificam o mundo (Hall, 2003, p. 191).

A importância de pensar a classe se deve à “centralidade prática e teórica em todas as relações que afetam o trabalho negro”, até porque a raça é “também a modalidade na qual a classe é ‘vivida’, o meio pelo qual as relações de classe são experimentadas, a forma pela qual ela é apropriada e ‘combatida’”, com consequências que inclusive extrapolam o “segmento ‘racialmente definido’”, se estendendo para toda a classe (Hall, 1980, p. 233, tradução nossa).

Mas as ideologias do racismo não estão livres de contradições. Desse modo, elas tanto podem funcionar como meios de impor ideologias dominantes, como ser base para as culturas e formas de resistência. Isso inclusive nos remete ao alerta deixado por Hall (1980, p. 237), que qualquer “tentativa de delinear a política e as ideologias do racismo que omita essas

como uma forma de desvinculação total de qualquer biologização, considerando o primeiro “um lexical mais cômodo”. Apesar disso, estamos de acordo nessa pesquisa que embora o uso da etnia seja uma equivalência semântica válida, o conceito de raça nos contempla melhor por nos referirmos especificamente à população negra, visto que o racismo do qual falamos no Brasil segue levando em conta características fenotípicas, e não somente diferenças culturais. Por outro lado, concordamos que o uso dos termos na forma composta “étnico-racial”, por sua vez, atende à demanda de discussões envolvendo a população negra brasileira.

características contínuas de luta e contradição ganha uma aparente adequação de explicação apenas por operar um reducionismo incapacitante.” Isso explica porque o racismo não deve ser visto exclusivamente como um problema dos negros, ou restrito à apenas algumas organizações e “setores da classe trabalhadora branca”. Ele sequer “pode ser superado, como um vírus geral no corpo social, por uma dose pesada de inoculação liberal”, pois é produzido pelo capital no interior das relações de classe.

Como proposta, Hall (1980, p. 235) discute a possibilidade de uma ofensiva que articule racialmente as lutas seccionais, sem subestimar o racismo como um mero “truque ideológico”, podem representar uma saída para atenuar o embate de uma classe contra si mesma, e fortalece-la frente ao capital.

Em nossa literatura brasileira, Lélia González muito contribuiu para a forma de pensar a raça em articulação com a classe, e principalmente com o gênero, a partir do feminismo negro. Segundo essa autora, quando se pensa em raça no Brasil, três aspectos predominam: “miscigenação biológica, integração social e assimilação cultural”. Além do mais, é o paternalismo da sociedade brasileira que acha mais refinado pensar em uma igualdade racial, enquanto “a discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira” (González, 2020, p. 125).

A abordagem interseccional de González (2020, p. 76), está localizada no que ela chama de “duplo fenômeno do racismo e do sexismo.”. Para a autora, “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, que em “articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. Foi a partir de uma abordagem que intersecciona raça, classe e gênero que ela deixou um rico legado para pesquisar os racismos brasileiros, sob a forma de “um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa” (González, 2020, p. 42).

De fato, a abordagem proposta por González tem o foco na mulher negra afro-latino-americana, o que particularmente se alinha com essa pesquisa onde no centro de nossas análises está uma mulher negra alvo de uma branquitude midiática. Mas o legado de Lélia também é potente na denúncia do “racismo por omissão”, uma característica do Brasil que reflete

um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico. Ao lado da noção de “democracia racial”, ela aí está, não só definindo a identidade do negro como determinando o seu lugar na hierarquia social; não só “fazendo a cabeça” das elites ditas pensantes como a

das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias (González, 2020, p. 221).

Fazendo um retorno aos ECs, vale dizer que a perspectiva de Hall (1980; 2006; 2003) não é universal, havendo àqueles que embora se valham de suas teorias, possuem posicionamentos mais digressivos quando falam da questão da raça. Esse é o exemplo de Paul Gilroy, que em sua emblemática obra *Against Race: Imagining Political Culture Beyond Color Line* (2000) (que aqui no Brasil foi publicado em 2004 sob a tradução ‘Entre Campos: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça’), parte da perspectiva de um “humanismo planetário” para propor o abandono da raça “enquanto meio de categorizar e dividir a humanidade” (Gilroy, 2004, p. 36). Ao que ele completa:

Este humanismo, radicalmente não-racial, mostra uma preocupação básica com as formas de dignidade humana extirpadas pelo pensamento racial. Sua orientação antiantropológica e, por vezes, misantrópica articula-se com mais força quando acompanhada por um retorno tardio a consideração da tragédia crônica, vulnerabilidade e fragilidade que definiram nossa espécie [...]. Este não é o humanismo de existencialistas e fenomenólogos, de protestantes míopes ou cientistas complacentes. De fato, atento as associações raciológicas entre humanismos passados e a ideia de progresso, este humanismo é tão refratário a ideia de "raça" quanta é ambivalente em relação as exigências de constatar o progresso sem levar em conta os efeitos descivilizadores de continuas divisões raciais (Gilroy, 2004, p. 36).

Em seus trabalhos, Gilroy (2004) opta por sempre manter a “raça” assim, entre aspas, como forma de atentar para a instabilidade do termo. O que não quer dizer de forma alguma, que o autor nega a realidade da raça enquanto arcabouço que organiza “relações de opressão e exploração” (Frankenberg, 2004, p. 307) e sim que ele defende uma construção social e política desse conceito, onde ela passe a ser vista como um processo histórico e cultural.

O que o autor propõe é um abandono da raça como uma forma de responder eticamente aos erros da raciologia, pois seria

a única resposta apropriada para esta incerteza é exigir a libertação não só em termos da supremacia branca, por mais que isto seja necessário com urgência, mas em termos de qualquer pensamento racializante e raciológico, de um olhar racializado, de um pensar racializado e de um pensar racializado sobre o pensar (Gilroy, 2004, p. 63).

Embora a perspectiva de Gilroy (2018, p. 184, tradução nossa) seja como ele mesmo diz, “um recurso de esperança no mundo”, algo que serve entre outras coisas para nos livrar da

ansiedade acadêmica, e que representa uma contingência cultural e política, acreditamos que ainda não estamos prontos para abandonar a ideia de raça, seja como processo, seja como conceito. Isso porque, especificamente no caso do Brasil, as mudanças etimológicas na palavra não alteraram a realidade de que “no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos”. Logo, não importa se raças não existem aos olhos da ciência. Para a manutenção dos racismos, a existência de “raças fictícias ou “raças sociais”” é mais do que suficiente (Munanga, 2003, p. 10).

Usamos a palavra racismos, no plural, porque acreditamos nos efeitos sociais, materiais e psicológicos das várias formas de racismo que existem. Para oferecer uma definição mais geral de racismo, recorreremos novamente à Munanga (2003, p. 8-10) que nos diz que “o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”, mas não se confunde com uma “metaforização”, um uso mais popular do conceito que qualifica como sendo “racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social”, que banaliza os efeitos do racismo a partir de equivalências biologizantes.

O racismo atual, como já mencionado, não depende mais apenas do conceito biológico de raça. Ele se reinventa, e é sustentado a partir de categorias mentais que levam em conta diferenças culturais e identitárias,

ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses (Munanga, 2003, p. 12-13).

Conforme construímos até aqui, tanto raça quanto racismo são conceitos que passaram por muitas transformações ao longo do tempo. Assim sendo, é natural que sejam polissêmicos, embora no âmbito da literatura que recorremos nessa pesquisa as construções de definições para esses conceitos tenham um sentido compartilhado, para não dizer comum. Entretanto, para seguirmos o que Hall (1980, p. 221, tradução nossa) – em sua tradição marxista e gramsciana – chama de “premissa da especificidade histórica”, temos que escapar do reducionismo de considerar o racismo como “uma característica geral das sociedades humanas”, e entendê-lo

enquanto “racismos historicamente específicos”, vinculados ao componente da classe, e da perspectiva desse trabalho, também ao gênero.

Esse alerta serve para nos direcionar a partir da “suposição de diferença, de especificidade, em vez de uma “estrutura” universal unitária e trans-histórica”, porque se algumas características são comuns ao funcionamento desses conceitos, sendo “partilhadas tanto pela época mais moderna, quanto pela mais antiga”, é um equívoco insistir em uma essência “fora de sua localização histórica específica. É somente quando os diferentes racismos são historicamente especificados – em sua diferença – que eles podem ser adequadamente entendidos como “um produto de relações históricas e possuem... validade plena apenas para e dentro dessas relações” (Hall, 1980, p. 223, tradução nossa).

Assim sendo, é preciso entendermos que existem formas de racismo específicas no Brasil, contexto no qual e sob o qual conduzimos nossas análises. Mas antes, precisamos fazer um retorno à pergunta que intitula essa seção: existe branco no Brasil? Fizemos uso da provocação de Sovik (2004, p. 363), que frequentemente ironiza que “aqui ninguém é branco”, quando vai abordar a dinâmica racial brasileira.

O branco brasileiro sim existe, mas antes de falarmos um pouco mais sobre ele, fica a observação de que para os fins desta pesquisa, soaria reducionista apenas oferecer um ‘lampejo’ sobre questões como mestiçagem, colorismo, autodeclaração e todo o passado – assombroso – de ideias de branqueamento, pois esses são conceitos que fazem parte de um enorme arcabouço histórico, social, político e cultural que marcam a formação do povo brasileiro desde a colonização, o que facilmente poderia nos prender em uma armadilha ideológica de flertar com definições simplistas de quem é negro no Brasil.

Ao invés disso, pensamos ser mais produtivo nos apoiar nas palavras de Sueli Carneiro para demarcar nosso entendimento de que

A fuga da negritude tem sido a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade. Cada negro claro ou escuro que celebra sua mestiçagem ou suposta morenidade contra a sua identidade negra tem aceitação garantida. O mesmo ocorre com aquele que afirma que o problema é somente de classe e não de raça. Esses são os discursos politicamente corretos de nossa sociedade. São os discursos que o branco brasileiro nos ensinou, gosta de ouvir e que o negro que tem juízo obedece e repete (Carneiro, 2016, n.p).

Assim sendo, nosso entendimento junto aos teóricos e teorias que aqui articulamos, parte da noção de que a potencialidade de problematizar o branco brasileiro, como intenciona essa pesquisa, é também uma forma de protesto ao ruidoso “discurso de democracia, assumido

como identidade nacional, [que] proclamou que no Brasil não existiria barreiras de cor, levando em consideração que a maioria da sua população seria mestiça” (Rodrigues, 2020, p. 3), algo que apenas favoreceu o próprio racismo, mascarando as desigualdades sociais enfrentadas majoritariamente pela população negra.

Com certo cuidado para não soarmos essencialistas, ao reduzirmos o branco (ou o negro) unicamente ao corpo, pois este “não deve ser a última palavra, nem a principal, na discussão racial”, já que a problemática o transcende, como Cardoso (2014, p. 41) nos lembra ao seguir Stuart Hall e Paul Gilroy, ainda assim precisamos definir quem é o branco brasileiro. Recorrendo à Sovik (2004, p. 366) entendemos que para além do “consenso inicial em que ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso”, no Brasil, ser branco é “uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automáticos”, o que elimina muitas barreiras.

Embora o branco brasileiro seja aquele que não é “necessariamente visto como branco nas matrizes europeias”, já que ele é apenas parecido com o “branco original” (Schucman, 2016, p. 14), isso não quer dizer que ele não se beneficia de sua “pele relativamente clara” e a deixa de usar como “uma espécie de senha visual e silenciosa para entrar em lugares de acesso restrito” (Sovik, 2005, p. 171,). Ou seja, não é a existência da miscigenação em nosso país que fez com que posições de prestígio deixassem de ser ocupadas majoritariamente pela população branca.

O branco brasileiro, ou o “branco não-branco” (Cardoso, 2014, p. 42), pode até ser inferior ao “branco-branco” estadunidense e europeu, que o consideram latino, ou simplesmente um brasileiro branco. Mas dentro da lógica do racismo, ele continua sendo superior ao negro brasileiro, e sabe disso. Daí uma espécie de dualidade no perfil do branco brasileiro da atualidade, que convenientemente oscila ora entre sua “patologia-protesto”⁵, em que sente vergonha de sua ancestralidade e precisa se afirmar branco “lembrando ansiosamente seus antepassados europeus e estudando o negro” (Sovik, 2004, p. 367) como contraponto onde sua brancura é ressaltada, em um movimento de enaltecer a cultura branca europeia, mesmo sem fazer “inteiramente parte” dela (Schucman, 2020, p. 57), ora entre não mais se constranger com o seu “‘pé na cozinha’ que ‘todos têm’” reconhecendo “até com certo orgulho a existência de uma avó negra”, com a garantia de que isso não irá diminuir seu poder (Sovik, 2004, p. 368).

Chegamos aqui em um marcador muito importante: no Brasil, “ser branco não exclui ter ‘sangue negro’”, do mesmo modo que o “elemento indígena” aparece discursivamente vez

5 O termo patologia-protesto é usada por Sovik (2004) em referência à obra *A patologia do branco brasileiro* (1957), de Alberto Guerreiro Ramos.

ou outra “como fator de complexidade” (Sovik, 2004, p 366) que atravessa mais a herança genética de brancos e negros brasileiros, do que a cultural. Sendo assim, ainda que algum branco assuma sua miscigenação, se valendo até mesmo do direito de se autodeclarar negro, isso não altera o cenário de que, ao ocupar “espaços negro-cêntricos” (Cardoso, 2014, p. 99), ele permanecerá sendo “considerado branco pelo negro, pelo branco, por outros não-brancos” que ali estiverem.

Esse entendimento de quem é o branco brasileiro, é fundamental para entender o funcionamento de algumas formas de racismo que são particulares ao nosso contexto nacional. Mais do que isso, nos âmbitos dessa pesquisa, entender o branco brasileiro é o que nos permitiu articular nossas análises em torno dele a partir do conceito de branquitude, que desloca a problematização das tensões raciais para a identidade racial branca. É sobre esse conceito que propomos uma discussão na próxima seção.

2.2 NEGRITUDE E BRANQUITUDE: AFASTAMENTOS E CONVERGÊNCIAS

2.2.1 Negritude e a forja da Identidade Negra

A uma primeira vista, a negritude pode soar como diretamente inversa à branquitude, e penso que isso não faz jus aos teóricos que se dedicam a estudar esses conceitos e seu funcionamento na dinâmica das relações raciais. A respeito da negritude, Munanga (2009, p. 19) explica que historicamente, ela deve ser entendida como uma “reação racial negra a uma agressão racial branca” (p. 15), e está diretamente ligada à busca por uma reconstrução da identidade cultural negra africana e afrodiaspórica⁶, ora perdida durante séculos de escravização e múltiplas violências durante atos de colonização. Já a branquitude, pode ser entendida como “os traços da identidade racial do branco” (Bento, 2002, p. 28), relacionando-se diretamente com a manutenção de privilégios, em especial o de escolher não ser racializado.

A partir dessas informações iniciais, considero importante olhar com mais calma para a teoria da negritude, antes de apresentar algumas definições da branquitude no contexto geral, e principalmente no contexto brasileiro. Proponho esse movimento, porque em minha leitura, sem as reflexões sobre esse primeiro campo, não seria possível o surgimento do último.

⁶ Uso esse termo a partir das conceituações de Hall (2003), de que a diáspora negra se refere não somente ao legado de dor provocado pela migração geográfica forçada por eventos históricos como a escravização de milhares de africanos durante o período colonial, mas também à experiência, cultura e história das comunidades formadas por pessoas de ascendência africana que, com a perda de seus laços com a África, precisaram construir novas identidades culturais a partir das diversidades de seus novos locais.

O conceito de negritude surgiu há cerca de 90 anos⁷, com a necessidade dos intelectuais negros, ora frustrados com “a atitude do europeu em querer ignorar outra realidade que não a dele”, proporem um modo de defender o perfil cultural das pessoas negras. Dentre as muitas acepções que a negritude também enquanto movimento ideológico possui, a que considero conveniente apresentar aqui é aquela que advém do pensamento do martinicano Aimé Césaire - considerado o pai da negritude, por ser o primeiro a usar o termo em um de seus poemas por volta de 1935 - e que a abrevia como “o simples reconhecimento do fato de ser negro, a aceitação de seu destino, de sua história, de sua cultura” (Munanga, 2009, p. 50-59).

Ainda é possível sintetizar o ideal de negritude proposto por Césaire em três palavras: 1. identidade, que diz respeito ao ato de assumir plenamente a condição de negro, abandonando o desprezo que acompanhou seu significado no passado, e ressignificando como fonte de orgulho; 2. fidelidade, que diz respeito a prioridade que a herança e a ligação com a África, terra-mãe, deve ter; e 3. solidariedade, que é o sentimento que liga todos os negros do mundo, e assegura a preservação de uma identidade comum (Munanga, 2009).

No entanto, essa busca por uma identidade que resultasse no que Hall (1996, p. 68)⁸ descreve como “uma cultura partilhada, uma espécie de ‘ser verdadeiro e uno’ coletivo, oculto sob muitos outros ‘seres’ mais superficiais ou artificialmente impostos”, como forma de ressignificar a marginalização dolorosamente experimentada pelos negros, é também uma cilada cujo resultado seria um essencialismo identitário.

O senso dessa identidade unificada proposta pelas negritudes nos permitiu “compreender corretamente o caráter traumático da ‘experiência colonial’”, bem como os modos com os quais “os negros, as experiências negras, foram posicionados e sujeitados nos regimes dominantes de representação”, a partir da normalização e dos “efeitos de um exercício crítico de poder cultural” (Hall, 1998, p. 69).

Ainda assim, esse idealismo não dava conta de abarcar as diferenças que negros não só da mãe África, mas também das Américas, e da Europa possuem, porque a violência colonizadora não foi uniforme, nem tampouco seguiu uma cartilha. Dos povos africanos à diáspora, cada um adquiriu marcas localizadas histórica, política e socialmente – para além da

7 Considerando seu surgimento na França. Aqui no Brasil, por outro lado, os primeiros usos da palavra negritude datam da década de 1970, pois até então, o termo não existia nem mesmo em dicionários brasileiros. Enquanto movimento político, por sua vez, a negritude ganhou força ainda no Brasil dos anos de 1940, com a militância de Abdias do Nascimento, e seu Teatro Experimental do Negro (Ferreira, 2006).

8 Hall, S. Cultural Identity and Diaspora. In: Rutherford, J. (Ed.). Identity, Community, Culture, Difference. London: Lawrence & Wishart, 1990. [Identidade cultural e diáspora. Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 68-76, 1996].

geografia – que por si só são impeditivos para a formação de uma identidade negra única (Munanga, 2009).

Nossas identidades, são múltiplas, são “pontos de sutura”, “pontos de apego temporário” entre nós e as práticas e discursos que tentam nos interpelar, ainda que à força (Hall, 2015, p. 111-112). Elas são, afinal, “apenas os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado”, mas sem âncoras em um ‘ontem glorioso’ a ser descoberto, e nem garantias de que nossas próprias percepções durarão para a eternidade (Hall, 1996, p. 69).

Para além disso, o princípio da solidariedade da negritude cesaireana, embora prioritariamente se direcione às relações entre irmãos e irmãs negras, da diáspora ou não, também se estende às pessoas das demais raças, incluindo as brancas, pois o objetivo não é isolar os negros em uma sociedade outra, e sim colaborar para a “construção de uma nova sociedade onde todos os mortais poderão encontrar seu lugar” (Munanga, 2009, p. 54).

Se inicialmente o movimento da negritude não evidenciava possuir uma forte dimensão política, isso mudou com o conceito de negritude senghoriana, ancorada nas ideias do poeta e presidente senegalês Léopold Senghor, que para além da busca por uma unidade entre negros africanos e afrodiaspóricos, também almejava a construção de um “quadro ideológico a partir do qual seus protagonistas, tornados homens de Estado, iam pensar o desenvolvimento econômico e social, e abordar o sistema de representação dos valores culturais de seus respectivos países” (Munanga, 2009, p. 53).

As ideias de Senghor para a negritude, entretanto, geraram bastante controvérsia, em especial no que dizia respeito à defesa da expansão do idioma francês no continente africano, e defesa da tese da emotividade por parte do poeta, que defendia que a emoção fazia parte da biologia do negro, enquanto a razão era biologicamente branca, representando uma séria confusão entre o cultural e o biológico.

Sintetizando, houve a negritude de Césaire, de interpretação mítica que almejava alcançar uma identidade a partir de explicações de mundo fora da ocidentalidade, com um retorno às origens do período anterior à colonização no continente africano. Mas houve também a negritude de Senghor, de interpretação ideológica, e que defendia um modo de ser negro a partir da imposição de “uma negritude agressiva ao branco”, como resposta política à colonização (Munanga, 2009, p. 55).

Ocorre que essa espécie de utopia presente nas definições de negritude, incomodou outros intelectuais negros, que alegavam que a unificação defendida pela mítica marginalizava o grupo negro, e poderia até mesmo o condenar a um desaparecimento a longo prazo, enquanto

que a ideológica, por se valer de ações neocolonialistas, tais quais colocar em risco línguas negras africanas em detrimento da expansão da língua francesa, poderia levar a negritude a ser interpretada como um “racismo antirracista, uma fobia do negro” para com as outras raças, ou ainda, reverberando em críticas como as de que “viver em um gueto cultural” não era a solução, e que a negritude era “apenas uma maneira negra de ser branco” (Munanga, 2009, p. 67-73).

Nessa mesma esteira, a ausência de pensar também os efeitos da identidade do ‘outro’, do colonizador, na (falta de) identidade das pessoas negras, gerou incômodos em intelectuais como o martinicano Frantz Fanon, que embora muito influenciado pela obra de seu conterrâneo Césaire, assinalou que era preciso trazer para jogo a questão da identidade racial branca também.

Em *Peles negras, máscaras brancas*, seu trabalho mais conhecido, ao discutir o desejo de assimilação que o colonizado nutria em relação ao colonizador, algo que entendo como a construção de uma identidade ‘embranquecida’, Fanon (2008, p. 34) argumenta que “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será”. Isso também ocorria na questão da linguagem, pois se uma pessoa branca, ao chegar em um país de outra língua que não a sua, desfruta de uma compreensão e de um respeito a sua cultura,

No caso do negro, nada é parecido. Ele não tem cultura, não tem civilização, nem “um longo passado histórico”. Provavelmente aqui está a **origem dos esforços dos negros contemporâneos em provar ao mundo branco, custe o que custar, a existência de uma civilização negra** (Fanon, 2008 [1952], p. 46, grifos nossos).

Fanon (2008, p. 27) era um crítico à teoria da negritude, como assinala o trecho que destacamos da citação acima. Isso porque, para o autor, enquanto o branco estivesse “fechado na sua brancura”, e “o negro na sua negrura”, nenhum seria capaz de alcançar a condição humana, e seguiriam encarcerados nesse “duplo narcisismo” que só teria fim com a abolição da ideia de raça como signo de dominação⁹. Não há como não o mencionar, entretanto, porque ele foi um dos pioneiros a direcionar olhares para a identidade branca.

Vale dizer nesse ponto, que as divergências entre os intelectuais negros que se identificavam com o conceito de negritude, e àqueles que teceram críticas, não invalidou as contribuições que Césaire, Senghor e outros deixaram para a história. Também é importante

⁹ Vale destacar que Fanon foi também uma das inspirações para a perspectiva defendida por Gilroy (2004) em sua obra *Against Race*, que mencionamos anteriormente neste texto.

destacar, que a negritude ficou restrita à intelectualidade durante sua primeira fase, sem forças para atingir as bases. Mas isso não impediu que com a proposta de unificação, as múltiplas acepções das negritudes - tanto enquanto conceito, quanto como movimento – se tornassem “recursos de resistência e identidade úteis para o confronto com os meios fragmentados e patológicos” da experiência colonialista (Hall, 1996, p, 69).

Além do mais, mesmo os intelectuais negros que apontaram que a negritude poderia ser uma forma de ‘racismo reverso’, exercido pelos negros contra os brancos, o faziam tendo a consciência de que o racismo do colonizado é diferente do racismo do colonizador, pois não é agressivo, é “de defesa, e relativamente fácil de desarmar. Para isso, basta o ataque branco acabar” (Munanga, 2009, p. 67).

As críticas apenas constatarem uma verdade agri-doce: a teoria da negritude, nas poesias de Césaire, ou nos ímpetos de Senghor, embora fossem respostas legítimas à situação colonial, não conseguiu oferecer respostas a muitos problemas históricos e socioeconômicos do negro, incluindo os da diáspora, como os do Brasil.

Chegamos então, no cenário que pretendemos deixar nítido nesta tese, e que mencionei na abertura deste capítulo: a negritude e a branquitude, embora representem teorias que podem ser operadas para estudar às questões raciais, não constituem necessariamente o oposto uma da outra. Isso porque a negritude corresponde a um movimento de resgate a uma imagem ora deformada pela branquitude – que embora ainda não existisse enquanto teoria, já operava e causava efeitos na prática. Logo, a “ideia de negro como uma identidade social desejável, ressignificada é uma construção do próprio negro” (Cardoso, 2014, p. 90).

Da necessidade de propor outros modos de olhar para velhos problemas, na tentativa de preencher as lacunas da negritude, intelectuais negros e não negros elaboraram outras teorias, dentre as quais a da branquitude, onde o branco é colocado como parte fundamental da problemática racial, a respeito da qual discutiremos a seguir.

2.2.2 Branquitude: um “novo” mirante para as relações raciais

A branquitude vem sendo examinada e conceituada de diferentes maneiras, para usar as palavras de Ware (2004, p. 9), como “os contornos de uma nuvem amorfa”, um conceito escorregadio e que muitas vezes é difícil de ser definido, principalmente por conta das “abordagens metodológicas e ideológicas divergentes que têm sido adotadas no estudo da raça e dos racismos, na formação dos sujeitos raciais”. Para esta pesquisa, selecionamos algumas definições para o conceito de branquitude, levando em conta tanto o aspecto subjetivo das

escolha das autoras e autores que mais nos identificamos ao longo de nosso estudo acerca do conceito, e que estavam mais alinhados com os anseios desta pesquisa, quanto um aspecto objetivo, de construir um quadro de referência que sintetizasse historicamente alguns dos avanços dos estudos de branquitude nessas três décadas que marcam o surgimento do conceito no campo acadêmico, com ênfase no cenário brasileiro.

Mesmo antes de apresentar definições, sem suspense algum justificamos que o uso do conceito de branquitude como lentes durante esta pesquisa, vem de nossa defesa quanto à necessidade de “repensar análises aceitas como clássicas (e com elas categorias e conceitos), mas que vistas em profundidade não abordam a problemática racial como elemento central à compreensão sobre nossa sociedade” (Silva, 2017, p. 23). Sendo assim, a branquitude constitui um outro modo de pensar as relações raciais, modo esse em que o branco tem sua raça e identidades trazidas para o campo da política racial, tal qual propomos com a análise dos discursos proferidos pela branquitude midiática acerca do caso da professora Joana Félix, ao invés de nos atermos aos discursos e ações da mesma.

Apenas para resgatar o que discutimos na seção anterior, se a identidade negra foi submetida a uma constante problematização, a identidade branca não recebia a mesma atenção. Apesar disso, esforços teóricos como os de Fanon, tiveram um papel muito importante na problematização da identidade racial branca, ao estudar simultaneamente as subjetividades que a colonização produziu tanto no colonizado, quanto no colonizador, ainda durante o desenvolvimento da negritude cesaireana.

Mas antes dele, na década de 1930, o estadunidense William E. B. Du Bois também desenvolveu uma pesquisa onde analisou a classe trabalhadora branca dos Estados Unidos da América (EUA) no século XIX, e constatou que o legado de superioridade racial branca advindo da colonização, beneficiava até mesmo os mais pobres desse grupo racial, que desfrutavam de privilégios como o salário psicológico, o que garantia reconhecimento público e certo prestígio social, mesmo que materialmente eles estivessem ‘equiparados’ à classe trabalhadora negra (Bento, 2022; Cardoso, 2010).

Em meados de 1990, surgiram os chamados *Critical Whiteness Studies* (CWS), aqui traduzidos como Estudos Críticos da Branquitude¹⁰, nos EUA, com pesquisadores de diversas

10 Na literatura, também nos deparamos com a tradução *Estudos Críticos da Branquidade*. Por consequência, não é incomum nos textos do início desses estudos que foram elaborados/traduzidos no Brasil ao longo dos primeiros anos da década de 2000, a palavra *branquidade* ser usada no mesmo sentido que hoje se usa *branquitude*. Por essa razão, em algumas de nossas construções ao longo desta pesquisa, a palavra *branquidade* aparecerá como sinônimo para *branquitude*, a fim de preservar a originalidade dos materiais consultados. Para mais a respeito dos usos de *branquidade/branquitude*, outros pesquisadores discutem de forma detalhada essa questão, a exemplo de Piza (2005) e Moreira (2012; 2014).

áreas, apenas para citar a história, sociologia, comunicação e os estudos culturais, que passaram a discutir a “construção histórica e social da ‘branquidade’ por meio de um vasto espectro de esferas, identidades e instituições”, subvertendo a ideia tão perpetuada de que apenas os ‘outros’, os não-brancos seriam racializados, e trazendo a branquitude para o centro das discussões raciais. O início dos estudos críticos da branquitude em solo estadunidense ocorreu concomitante a um movimento da imprensa de “assinalar a emergência de uma política de identidade, pela qual homens brancos se definiam a si próprios como vítimas do preconceito racial ‘reverso’” (Giroux, 1999, p. 101-102), o que resultou em uma certa dificuldade para os pesquisadores da área serem bem aceitos por uma parcela da academia.

Aqueles que não se deixaram intimidar pelas reações conservadoras, dedicaram-se a “investigar a fundo e a acumular uma quantidade substancial de conhecimento, explorando o significado da análise da branquidade como uma construção social, cultural e histórica”, buscando “situar a branquidade como uma categoria racial e analisá-la como um locus de privilégio, poder e ideologia”. Uma outra característica desses trabalhos, foi o exame crítico da branquitude enquanto identidade racial, para entender os modos com a qual ela estava sendo “experienciada, reproduzida e tratada pelos homens e mulheres brancos que se identificam com suas pressuposições e valores” (Giroux, 1999, p. 101).

Um dos nomes que se destaca nesse pioneirismo internacional, e que influenciou o campo brasileiro de pesquisas sobre a branquitude, foi a britânica Ruth Frankenberg. Para essa autora, dentre os desafios de olhar criticamente a branquitude, se destaca àquele de “nos atermos à irreabilidade da raça, ao mesmo tempo que aderimos tenazmente ao reconhecimento de seus efeitos sumamente reais”, já que lançar olhares para as políticas da raça, os racismos e a branquitude, nos exige “um tipo de vigilância particular, bem como largueza de horizontes e a rejeição do raciocínio do tipo ‘ou isto, ou aquilo’” (Frankenberg, 2004, p. 308).

Também é de autoria dessa teórica uma das definições de branquitude que ditou os rumos das pesquisas que usam esse conceito, tanto em seu início nos EUA, quanto no Brasil, organizadas em oito pontos que seguem abaixo:

- 1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.**
2. A branquidade é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
- 3. A branquidade é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas”, em vez de especificativamente raciais.**

4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.

5. Muitas vezes, a inclusão na categoria “branco” é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria.

6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam.

7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.

8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (Frankenberg, 2004, p. 312-313, grifos nossos).

Os pontos que a autora se valeu para definir a branquitude dentro das sociedades, levou em conta especialmente a sociedade estadunidense, contexto ao qual tem pertença. Mas é importante discutir alguns desses aspectos já pensando em como eles também funcionam para descrever a branquidade na sociedade brasileira. No primeiro ponto que destacamos, quando Frankenberg (2004, p. 312) fala em “sociedades estruturadas na dominação”, não coincidentemente ela faz referência a discussão sobre raça proposta Hall (1980), e, que por sua vez, se apoia em autores como Marx e Althusser para sinalizar como uma discussão das relações raciais carece englobar, para além da questão ideológica, a dominância política e econômica que estruturaram as sociedades que passaram por processos coloniais, como é o caso do Brasil, onde tanto a escravização de pessoas negras, quanto a abolição da mesma tiveram motivações econômicas advindas do modo de produção capitalista, e até mesmo o projeto de embranquecimento pela miscigenação surgiu para “justificar a possibilidade de desenvolvimento econômico e social” do país (Batista; Mastrodi, 2018).

O segundo ponto que destacamos, fala sobre a ‘não marcação’ da branquitude, que se disfarça de norma para exercer sua hegemonia. No caso do Brasil, essa não marcação pode ter influência das interpretações freyreana acerca da formação social do país, com ideias que passam, por exemplo, pela democracia racial, ou ainda, pelo “equilíbrio de antagonismos”, como no trecho

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade [...] um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O

paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (Freyre, 2011 [1933], p. 116).

Os estudos da branquitude representam entre outras coisas, uma denúncia aos privilégios das pessoas brancas que acreditam que apenas os ‘outros’ possuem raças, mas isso não é equivalente a dizer que com esse movimento, a branquitude é invisível. Acreditar nisso é ser seduzido por uma “miragem”, como alerta Frankenberg (2004, p. 309-311), pois embora a branquitude tenha seguido a sequência “aparecer, autodenominar-se, violar, saquear, apropriar-se a aparentemente tornar-se invisível” em cada lugar em que exerceu seu colonialismo, esse plano de dominação não-marcada falhou porque os colonizados sempre estiveram “observando de perto o tempo todo”, e por existirem “algumas pessoas de todas as raças que têm a mente, o coração e o espírito alertas”, de modo a não deixar que a hegemonia se tornasse invencível.

Ainda nessa esteira, os dois últimos pontos que Frankenberg (2004, p. 313) usa para descrever a branquitude como “uma categoria relacional [...]”, e que “não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos”, mas que apesar dessas subjetividades isso não significa dizer “que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos”, merecem destaques por remeterem ao entendimento de que não há um único significado para o conceito de branquitude, e mais do que isso, que por mais que em algumas configurações de sociedade haja uma isenção de responsabilidades para a raça branca, como no caso do Brasil, onde ideias como a miscigenação e a democracia racial foram usadas como uma forma de ‘homogeneizar’ as raças – afinal, “aqui ninguém é branco”, como ironiza Sovik (2004, p. 363), há apenas o povo brasileiro – os efeitos que as ações da branquitude têm sobre as pessoas negras e indígenas, principalmente, são reais.

Embora pesquisas sobre a identidade branca como as de Frankenberg (2004) tenham influenciado as pesquisas brasileiras em certa medida, me apoio na denúncia de Cardoso (2022, p. 1) de que seria um erro reproduzir uma invisibilização da produção acadêmica negra, proveniente de um “complexo de ‘vira-lata’” da academia brasileira, e não atribuir a Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo baiano, o pioneirismo na discussão e problematização da identidade branca ainda em 1957. Em sua obra *A patologia do “branco” brasileiro*, o autor analisou inclusive os dados censitários da época, para sustentar a ideia de que o aumento de estudos do negro desenvolvidos por brancos brasileiros (o que Ramos chamava de negro-tema), consistia em uma patologia branca na sociedade brasileira. Guerreiro Ramos faz uso da palavra ‘brancura’ em diversos trechos de sua obra, mas vale salientar que o faz tanto quando vai falar

da identidade racial branca – o que é equivalente ao termo branquitude difundido na literatura atual – como quando vai se referir à cor da pele como uma característica fenotípica desse grupo racial (Sovik, 2004; Cardoso, 2010; Silva, 2017).

Apesar do pioneirismo de Ramos, os estudos sobre a branquitude no Brasil ficaram em suspenso por um longo período, pelo menos no que tange à academia, “como se a consciência de ser branco não existisse no Brasil por causa da mestiçagem (sorriso!). Um silêncio sobre a Branquitude e as suas vantagens foi mantido por muito tempo diante do discurso sobre a Negritude e a identidade negra” (Munanga, 2017, p. 15). Esse fôlego só foi retomado no início dos anos 2000, com autores como Cida Bento, Edith Piza, Liv Sovik, Lia Vainer Schucman, muitos dos quais continuam pesquisando o tema ainda nos dias de hoje, como bem pontua Lourenço Cardoso (2010), que por sua vez, também constitui um importante nome nos estudos brasileiros atuais acerca da branquitude.

Apesar de as pesquisas dos CWS tenham em certa medida, ajudado a reavivar os estudos sobre branquitude em solo brasileiro, há certas características de nossa formação e organização histórica, social, cultural e até mesmo econômica, que exigiu contornos e interpretações específicas para nossos teóricos pensarem o funcionamento do conceito em nosso país. Isso não quer dizer que os conceitos elaborados por teóricos dos EUA sejam totalmente descartáveis, ou careçam de completa adaptação para funcionar no Brasil, pois embora no passado a ideologia da gota de sangue¹¹ tenha sido uma regra no que diz respeito às relações raciais estadunidenses, Hilton (2022, p. 28) sinaliza que atualmente “o fenótipo é o critério preponderante e de maior relevância nas definições da hierarquia racial e perpetuação dos privilégios, tanto nos EUA, quanto no Brasil”, sendo individualmente e/ou institucionalmente “o estruturador de processos sistêmicos criador e mantenedor de desigualdades, o que assemelha a forma como o racismo estadunidense opera, ao racismo brasileiro.

11 Me refiro à famosa regra da gota, do original em inglês *one drop rule*, que aplicada ao contexto dos EUA, em especial durante a segregação, dizia bastar uma única “gota de sangue negro” para que a pessoa fosse considerada negra. Assim, o racismo estadunidense por muito tempo pode ser definido pela origem, diferenciando-se do “racismo de marca” do Brasil, apenas para lembrar o texto basilar de Oracy Nogueira (2006, p. 291-292) a respeito dessa temática, cuja publicação original data de 1955.

2.2.3 A branquitude brasileira e seu pacto silencioso

No contexto dessa pesquisa optamos por nos apoiar na literatura brasileira acerca da branquitude para sustentar nossas análises, pois não é possível encaixotar a branquitude em um único modelo, dados os atravessamentos históricos que compõem nossa própria noção de raça. Isso exigiu de nós um entendimento da branquitude enquanto “resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos”, e além disso, ter o discernimento de que principalmente no contexto do Brasil, os estudos do campo não devem ser limitados à relação dual entre brancos e negros – apesar de especificamente em nossa pesquisa, ser essa a situação investigada – estendendo-se também a “apreender os efeitos produzidos pelo processo de miscigenação e pela ideologia do branqueamento” (Silva, 2017, p. 28-33) por sua vez atravessados brutalmente pelo genocídio dos povos originários e escravização de africanos, e cuja omissão historiográfica “nos mostra que precisamos entender sobre memória coletiva, mas também sobre amnésia coletiva” (Bento, 2022, p. 24).

De igual modo, operacionalizar a branquitude enquanto conceito que desloca o já naturalizado “negro-tema”, para descortinar o “branco-tema” (Cardoso, 2014, p. 68), também requer sensibilidade quanto às “intersecções referentes ao sexo, gênero, faixa etária, nacionalidade, religiosidade, classe”, visto que estes constituem e diversificam as identidades da raça branca (Cardoso, 2010, p. 54).

Como mencionado anteriormente, são muitos os nomes que se destacam na atual fase dos estudos brasileiros sobre branquitude. De igual modo, também são várias as definições de branquitude encontradas na literatura. No âmbito desta pesquisa, não optamos por uma ou outra por entendermos que elas são complementares, e seria injusto eleger uma única acepção de branquitude quando em nossas leituras, diversas nos atravessaram e contribuíram para nossas análises. Apesar disso, foi necessário estabelecer um ponto de corte entre àqueles autores que mais se alinham aos objetivos aqui propostos, dentre os quais o de analisar criticamente a cobertura midiática do caso da professora Sousa.

Assim sendo, por estarmos lidando com um contexto da imprensa, e compreendermos que os conglomerados de mídia por sua vez, representam grandes organizações, uma das perspectivas que nos chamou a atenção foi a de Cida Bento (2002), uma forte referência que desde o fim da década de 1990 tem se dedicado a investigar como a branquitude e seus pactos balizam as relações e tensões raciais nos ambientes das grandes corporações empresariais.

A autora parte da perspectiva de que, quando se fala de diversidade no Brasil, há quem relembre do que Milton Santos (2008, p. 10) chama de “mistura de povos, raças, culturas, gostos” que define o povo brasileiro, mas que normalmente, mais especificamente quando se pensa em relações raciais, isso signifique que exista um “problema negro”, ao invés de um “problema nas relações entre negros e brancos” (Bento, 2022, p. 9). Embora os brancos sigam a todo custo, tentando isentar-se de culpa, a relação de dominância entre o grupo branco e o grupo não-branco é o que garante os privilégios para um lado, às custas de condições péssimas de vida (e morte) para o outro cotidianamente, seja na cultura, na economia ou na política.

Para assegurar essa posição de conforto para o grupo étnico branco, as

organizações constroem narrativas sobre si próprias sem considerar a pluralidade da população com a qual se relacionam, que utiliza seus serviços e que consome seus produtos. Muitas dizem prezar a diversidade e a equidade, inclusive colocando esses objetivos como parte de seus valores, de sua missão e do seu código de conduta (Bento, 2022, p. 11).

Como resultado, há uma homogeneização até mesmo do perfil pessoal que se espera que ocupe/alcance certas posições e não outras dentro das mais diversas instituições, o que invisibiliza (e muitas vezes, inviabiliza) as contribuições e presenças negras nesses espaços, e garante uma alteração quase nula nas relações hierárquicas ali existentes. A esse fenômeno, Bento (2022, p. 11) chama de branquitude, e sua manutenção ao longo da história é explicada pelos pactos da branquitude.

É Sueli Carneiro que nos alerta que, da individualidade que a branquitude assegura para os brancos, que

são múltiplos, complexos e assim devem ser representados. Isso é demarcado também no nível fenotípico em que é valorizada a diversidade da branquitude: morenos de cabelos castanhos ou pretos, loiros, ruivos, são diferentes matizes da branquitude que estão perfeitamente incluídos no interior da racialidade branca, mesmo quando apresentam alto grau de morenidade, como ocorre com alguns descendentes de espanhóis, italianos ou portugueses que, nem por isso, deixam de ser considerados ou de se sentirem brancos. A branquitude é, portanto, diversa e multicromática. No entanto, a negritude padece de toda sorte de indagações (Carneiro, 2004, p.1).

É importante entender que esses pactos agem de forma não verbal, silenciosa, pois não é como se numa espécie de seita os membros do grupo branco fossem cúmplices em “reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros”. Isso também não quer dizer que pela existência dessa cumplicidade, não haja competição entre os próprios brancos, mas sim que quando competem entre si, há a consciência de que estão entre “iguais” (Bento, 2022, p. 12).

Mas se há um pacto não verbalizado que visa manter os privilégios das pessoas brancas, qual é o nosso entendimento do que se configura como privilégio racial? Por privilégio, entendemos “um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não. Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas. Há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco” (Bento, 2022, p. 42).

Há um elemento narcísico muito importante na composição desses pactos, pois tal qual o deus mitológico grego que nutria uma paixão perigosa por seu próprio reflexo, o grupo branco também preza pela “autopreservação” dos espaços que ocupa, com um medo da ameaça que os ‘outros’, os “diferentes” representam para o “normal”, o “universal” ao qual estão habituados quando convivem entre si (Bento, 2022, p. 12).

Foi durante o processo de colonização que a branquitude se constituiu, e com ela a ideia do europeu como “homem universal”, que fez da sua identidade uma “identidade substituta” para os outros, os não-europeus, uma “identidade comum” que usou como contraste principalmente os africanos, negros. Isso permitiu que os brancos construíssem não apenas significados (positivos) sobre si, mas também significados sobre esses “outros”, por meio de “projeções, exclusões, negações e atos de repressão” (Bento, 2022, p. 18).

As heranças da colonização existem para que tanto descendentes de escravizados, quanto descendentes de escravizadores lidem com elas, mas no geral leva-se em conta apenas os aspectos negativos que isso relegou aos afro-brasileiros, à deformação de suas personalidades, mas pouco se fala das benesses e vantagens que esses mesmos acontecimentos trouxeram para as pessoas brancas, o que inclui os brancos brasileiros (que conforme discutido anteriormente, pode até mesmo ser “menos” branco se comparado aos europeus ou estadunidenses), sejam da elite ou da classe trabalhadora.

Essa ‘não-existência’ de uma personalidade branca deformada pela escravização, não só constitui um efeito da branquitude, como também aponta para a existência do que Bento (2022, p. 26) chama de “teoria da personalidade autoritária”, que explica entre outras coisas, um movimento do qual nós, habitantes de países latino-americanos, ficamos familiarizados na última década – e mais especificamente no período entre 2018-2022 no Brasil – que é a facilidade com a qual regimes totalitários e supremacistas podem ser instalados a partir dos processos de identificação entre eles e uma parcela da população (nesse caso não exclusivamente, mas majoritariamente pertencente à população branca).

Isso corrobora com o fato de que “os brancos, em sua maioria, ao não se reconhecerem como parte essencial nas desigualdades raciais, não as associam à história branca vivida no país

e ao racismo”, de modo que não assumem um “compromisso moral” (BENTO, 2022, p. 77) e se distanciam psicologicamente daqueles outros que não são do grupo. Essas também são características desses pactos narcísicos,

que exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram. Devem reconstruir a história positivamente e assim usufruir da herança, aumentar os ativos dela e transmiti-los para as próximas gerações (Bento, 2022, p. 77).

E o que isso tem a ver com essa pesquisa? A mídia é uma das instâncias facilitadoras para a instauração desses regimes, e com ela, que explicitamente sejam definidos os contornos de quem somos “nós” e quem são “eles”. É em comparação com o branco, “que é considerado ‘a referência’, ‘o universal’”, que são definidos os “diferentes”, os “diversos”, e mais ainda, os “invasores”, os “fora do lugar”. Por isso, quando nos propomos a analisar os movimentos da branquitude na imprensa brasileira tomando como exemplo uma situação em que toda a atenção (negativa) foi atraída para uma mulher negra, buscamos problematizar o porquê tudo o que se afasta da “referência”, incomoda ao ponto de ser “considerado inapropriado e provoca exclusão e discriminação seja na educação, no trabalho ou em outras esferas da vida” (Bento, 2022, p. 48-68).

Mas que fique claro: não acreditamos ser possível fazer um “‘retorno’ à inocência racial”. Não há neutralidade em conceitos como raça ou branquitude, e tampouco acreditamos que elas foram corrompidas pelo colonialismo. Elas simplesmente não existiam antes do colonialismo, e isso nos exige admitir que estamos “todos imersos nas águas da história, e essas águas são bastante turvas”, pois não existe um espaço que possamos fugir, cujas relações não carreguem as chagas da colonização (Frankenberg, p. 310). Mas ao mesmo tempo, é Hall (2003, p. 385-386) quem nos faz o alerta de que não há garantias “quando procuramos uma identidade racial essencializada da qual pensamos estar seguros, de que esta sempre será mutuamente libertadora e progressista em todas as outras dimensões. Entretanto, existe sim uma política pela qual vale lutar”.

Então, se voltamos nossos olhos para quem não está acostumado a ser submetido à crítica, para quem está acostumado a não lidar com uma mínima tensão racial para não ter sua fragilidade branca perturbada, apenas para citar DiAngelo (2018), é porque acreditamos ser “imprescindível romper a aliança entre classes, elites políticas, educacionais, culturais e econômicas e uma parte da classe trabalhadora reunida pela supremacia branca”, mas mais do que isso, porque embora organizações como os conglomerados de mídia sirvam como um forte

apoio para essas formas de violência, também acreditamos que com a devida crítica, “essas mesmas organizações podem ser vanguardas na transformação do cenário de desigualdades” (Bento, 2022, p. 25-73).

2.3 PERCEPÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL E A ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA

Para conduzir as discussões propostas nessa seção, recorri à última edição do *Relatório da Percepção Pública da Ciência no Brasil, para fundamentar* e reforçar a importância da alfabetização midiática também no ensino de ciências, já que para nós, é a existência desse campo de pesquisa que também justifica o porquê escolhemos conduzir uma pesquisa sobre raça e racismo – temas que por muitas vezes ficam restritos ao campo das humanidades – mesmo estando em um contexto onde prevalecem as ciências exatas.

O relatório, elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), revela dados importantes sobre a percepção da sociedade brasileira em relação à ciência e tecnologia, com ênfase em temas como desinformação e acesso à informação científica (CGEE, 2023), o que por sua vez, conecta-se com essa pesquisa justamente por considerarmos a potencialidade, responsabilidade e a pedagogicidade que mídias como jornais, revistas, blogs entre outros, ponto inclusive que já defendi em minhas pesquisas anteriores¹², embasada também no pensamento de Kellner (2001, p. 9), de que

[...] uma cultura veiculada pela mídia, cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com o que as pessoas forjam sua identidade (Kellner, 2001, p. 9).

Dentre alguns dos pontos do relatório da CGEE que nos chamou a atenção, está a questão do acesso dos brasileiros a informações sobre ciência e tecnologia que, se anteriormente estava majoritariamente no que era veiculado pela TV, nos últimos 5 anos as redes sociais ganharam destaque como a principal fonte de informação científica para boa parte da população, já que 39,8% afirmaram que frequentemente buscam informações nesses formatos – o que reflete a centralidade da mídia na formação das percepções públicas.

¹²Camargo, Susan Caroline. **"Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades"**: a vida acadêmica e as formações identitárias de Peter Parker nas histórias em quadrinhos do Homem-aranha. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

Apesar desse indicativo servir para constatar o aumento do acesso à internet, como consequência da globalização, o relatório também revela um dado preocupante: 50,8% dos entrevistados relataram ter contato frequente com fake news, e 36,5% admitiram já ter compartilhado informações potencialmente falsas, evidenciando a influência da mídia na propagação de informações distorcidas (CGEE, 2023). De acordo com nossa interpretação, o próprio relatório nos oferece dados que nos ajuda a embasar essa ausência de referencial crítico para distinguir o que é ou não factível: 55,4% dos brasileiros alegaram nunca terem buscado informações sobre C&T em enciclopédias on-line, ou sequer livros digitais/impressos (49,7%) e rádios/podcasts (45,3%).

Essa realidade sinaliza a importância da alfabetização midiática. Embasados nos estudos de Kellner (2001), defendemos aqui, que a mídia se insere em sistemas de poder e serve a interesses de dominação ou resistência, o que quer dizer que a mídia serve ao Estado, ou ao poder corporativo, ou ao poder do povo. Então com o termo ‘educação crítica da mídia’ (do original *critical media literacy*) vem acompanhado da pergunta: os textos da mídia, as notícias, a informação, os tweets, o Instagram e o que vemos nas redes sociais, promovem o sistema dominante, o Estado, o capitalismo, o governo, o militarismo, ou o povo e a democracia? Qual partido, qual ideologia está sendo representada?

Podemos ir além, pois a educação crítica da mídia também envolve a política da representação. É aprender ensinar a fazer perguntas como: o conteúdo midiático que consumo reforça preconceitos, como racismo, sexismo, classismo, homofobia e outras formas de discriminação, ou apresenta uma abordagem progressista, com representações positivas no cinema, na televisão ou em filmes? Ele retrata homens e mulheres de forma estereotipada ou com profundidade e nuances? Quais vozes são ouvidas, e quais são silenciadas? De que maneira são representadas as pessoas de diferentes raças e etnias? A classe trabalhadora, e/ou pessoas pertencentes a outros grupos frequentemente estereotipados na mídia dominante são apresentados de forma respeitosa e positiva ou há reforço de estereótipos negativos?

Todo filme, todo programa de televisão, e formas de entretenimento popular contêm representações de gênero, raça e classe, porque todos nós temos uma posição de classe, gênero ou raça, sejamos instância de produção ou instância de recepção, apenas para citar Hall (2003) e sua teoria da recepção. Nossa cultura é uma cultura da mídia, pois esta última é uma das forças culturais mais poderosas da atualidade, mediando comportamentos, valores sociais e identidades. Não há neutralidade: seus conteúdos frequentemente refletem os interesses econômicos e políticos das corporações que os produzem, o que pode reforçar preconceitos, estigmas e desigualdades, como os relacionados à raça, classe e gênero, e desde que estamos na

cultura da mídia, temos a necessidade de sermos letrados, submetendo essa mesma mídia ao exercício constante da interpretação e da crítica.

Essa perspectiva é especialmente relevante no contexto brasileiro, onde a mídia hegemônica tem sido historicamente um canal de exclusão e marginalização de diversas vozes. Mas vale aqui o alerta: com o que escrevemos anteriormente, não temos a pretensão ou ousadia de sermos generalistas ao dizer que a mídia sozinha é capaz de tornar uma pessoa racista, por exemplo – já dialogando com nosso foco de análise – pois como bem coloca Charaudeau (2006, p. 243):

A máquina midiática é complexa, igualmente, pela tensão permanente que existe entre as duas finalidades de informação e de captação de seu contrato de comunicação. Isso explica por que ela está marcada por um paradoxo: por um lado, pretende transmitir informação da maneira mais objetiva possível, e isso, em nome de valores cidadãos, por outro, só pode atingir a massa se dramatizar a cena da vida política e social. Essa contradição não tem remédio: apresentar a informação de maneira mínima e neutra cortaria a instância midiática do grande público; apresentar a informação exageradamente dramatizada a faria cair em descrédito. Assim sendo, a palavra jornalística está minada pela máquina que ela deve servir (Charaudeau, 2006, p. 243).

Ainda assim, isso não quer dizer que os jornalistas e os respectivos veículos de mídia ao qual falam por/para, estão isentos de responsabilidade quanto ao que produzem. Mas esse é um tópico que aprofundaremos mais adiante nesta tese, durante a apresentação de nossas análises.

Diante do que discutimos até aqui, construímos essa seção no intuito de pontuar o quanto, do nosso ponto de vista, a alfabetização midiática é essencial para fortalecer a cidadania ativa e o engajamento social, aspectos que o relatório do CGEE apresentado no início de nossa discussão também destaca como fundamentais para o fortalecimento da democracia, e para a redução das desigualdades no acesso à informação. Ao integrar uma educação crítica da mídia nas políticas públicas e educacionais, é possível cultivar uma população mais consciente, capaz de interpretar a mídia de forma ética, reflexiva e empoderada, combatendo a desinformação e contribuindo para a construção de um espaço público mais plural e inclusivo.

Ademais, a relação entre desinformação e ciência, destacada no relatório do CGEE, aponta para a necessidade de integrar a alfabetização midiática às estratégias educacionais e políticas públicas. Combater fake news e promover uma análise crítica das informações compartilhadas nas redes sociais são passos indispensáveis para fortalecer a cidadania ativa e engajar a sociedade em temas importantes, como exemplo mudanças climáticas, vacinas e outras tecnologias emergentes.

Sendo assim, não enxergamos a alfabetização midiática apenas como uma ferramenta para interpretar e filtrar as desinformações que nos cercam, mas também um caminho para transformar a mídia em uma aliada na luta por uma sociedade mais justa. Analisar criticamente os valores implícitos nos textos midiáticos e questionar estruturas de poder que reproduzem exclusões, tal qual buscamos fazer ao longo desta pesquisa, é o que acreditamos ser fundamental para a promoção de uma democracia mais inclusiva e plural, em que histórias como a da professora doutora Joana D’Arc Félix sejam reconhecidas como parte importante do tecido social de nossa sociedade tão atravessada pelas tensões de raça.

No capítulo a seguir, apresentaremos as ferramentas metodológicas que embasaram nossa análise das reportagens e materiais que elegemos como representativas para a discussão que ora construímos, acerca dos atravessamentos e silenciamentos que a branquitude na mídia hegemônica brasileira provocaram na trajetória da professora Félix.

3 A TRILHA METODOLÓGICA E AS FERRAMENTAS USADAS PARA CONSTRUIR A ANÁLISE

Este capítulo trata a respeito do caminho metodológico escolhido para as análises empreendidas nesta tese. Inicialmente, contarei um pouco sobre como cheguei até a Análise Crítica de Discurso (ACD), abordagem escolhida como ferramenta teórico-metodológica. Em seguida, apresentarei um quadro geral do referencial, e as especificidades da abordagem crítica do discurso de Teun van Dijk, que será a utilizada nesta pesquisa. Por fim, apresentarei as etapas metodológicas construídas para organização e análise dos dados de acordo com os pressupostos da ACD e, também, dos softwares utilizados ao longo da execução da pesquisa.

3.1 O PONTO DE VIRADA: A BUSCA POR UM REFERENCIAL METODOLÓGICO

Operar segundo os Estudos Culturais, é participar de uma “conversa em andamento”. É também se sentir livre em uma “uma prática crítica incorporada ao compromisso com a complexidade, a contingência e a contextualidade, direcionada à política do discurso e da cultura” (Grossberg, 2019, p. 19, tradução nossa). Ainda assim, isso significa ter dúvidas e inseguranças, sentimento esse que também fez parte da opção por escrever esse breve relato, para que não ficasse a impressão de que os caminhos percorridos nessa jornada de pesquisa foram pré-determinados e sem qualquer angústia ou mudanças. Isso envolveu também a escolha de um referencial metodológico que pudesse me auxiliar durante as análises, pois embora eu já conhecesse algumas possibilidades que poderia seguir, ainda não estava segura o suficiente. Foi nessa busca por um direcionamento, que realizei diversos cursos com especialistas, mestres e doutores em áreas que eu julgava interessantes e potencialmente aplicáveis para a tese que eu estava construindo.

O primeiro deles foi o curso online ‘Epistemologias da Imagem: Semiótica, Estética, Representação’, ministrado pelos jornalistas Bruna Rocha e Cássio Santana, da Universidade Federal da Bahia, objetivando apresentar um histórico das teorias da imagem e suas possibilidades metodológicas para a análise dos discursos imagético-midiáticos na contemporaneidade. Logo em seguida, realizei ainda um outro curso com Bruna e Cássio, dessa vez intitulado ‘Mídia e Racismo no Brasil: Uma abordagem semiótica’, cuja proposta era articular os conceitos de semiótica, análise de discurso e teorias da imagem, trabalhados no curso anterior, em uma abordagem antirracista, para fomentar um olhar crítico acerca da

dimensão ‘racializada’ das manifestações midiáticas, principalmente do Brasil. Esses dois cursos foram fundamentais para que eu tivesse um contato menos superficial do que os anteriores com a semiótica, que naquele momento passou a ser uma possibilidade metodológica em minhas análises.

Sentindo a necessidade de estudar melhor a semiótica, e já pensando na possibilidade de utilizar a abordagem da semiótica discursiva para a análise dos dados, realizei também o curso de extensão “A semiótica discursiva em diferentes aplicações”, ofertado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), e quando eu já estava segura quanto àquela ser a abordagem que eu estava procurando, um detalhe me fez retroceder: o caráter estruturalista das teorias semióticas. Não que isso significasse um impeditivo para o uso dessas metodologias, mas provocou um receio quanto à coerência de diálogo com outros teóricos que influenciaram minhas análises.

Novamente sem ‘chão’, preferi deixar em suspenso a ideia de utilizar a semiótica discursiva – já que seria difícil, mas não impossível adaptá-la para a perspectiva teórica na qual a tese está situada – e seguir buscando um outro caminho. Coincidentemente, naquela mesma semana eu participei de um outro minicurso, que me inscrevi porque eu já flertava há algum tempo com a possibilidade de usar novamente alguma Análise de Discurso, mas não estava confortável com a linha francesa que eu me inspirei para proceder análises de mídias em trabalhos anteriores.

Foi então que durante o minicurso ‘Como analisar um discurso?’, com a doutora em linguística e produtora de conteúdo digital Janaína Viscardi, pude conhecer novas abordagens de análises discursivas, e me deparei com a que julguei ser a ideal para o tipo de pesquisa que eu estava desenvolvendo; a Análise de Discurso Crítica, também chamada de Análise Crítica de Discurso (ACD), a respeito da qual discutirei a seguir.

3.2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: ALGUNS ANTECEDENTES E ESPECIFICIDADES

Com essa seção, objetivamos trazer um panorama que abarque a ACD desde o contexto de seu surgimento, objetivos, contribuições e possibilidades, até o tipo de abordagem que escolhemos nesta pesquisa, que mesmo não filiada à linguística, busca tratar do discurso como central para as discussões que suscita acerca da ciência e seus atores da/na mídia brasileira. Para isso, foi preciso realizar escolhas de quais definições e conceitos trazer ‘ao jogo’, e isso ocorreu em detrimento de tantos outros que aqui não serão mencionados.

De início, penso ser necessário começar trazendo um entendimento do que é a Análise de Discurso Crítica, que pode ser descrita como uma abordagem de orientação crítica, que se presta a várias ciências e áreas do conhecimento, oferecendo suporte teórico-metodológico para o tensionamento de problemas sociais, uma vez que compreende a própria linguagem como prática social (Ramalho; Resende, 2011). A expressão apareceu pela primeira vez no artigo de Fairclough (1985), sendo trazido ao Brasil de forma pioneira por Magalhães (1986).

Em uma pesquisa qualitativa, o pesquisador que opta pela ACD tem a pretensão de submeter seus dados a uma crítica especializada, fazendo uso de uma perspectiva reflexiva e progressista, para propor interpretações dos fenômenos sociais envolvidos. Essa análise possibilita também a investigação dos aspectos do mundo a partir de um prisma questionador, e se destina a observar e interpretar os fenômenos e os objetos que dele derivam-se, os atores sociais e seus processos (Irineu et al., 2020).

A ACD, que surgiu principalmente com teóricos anglo-saxões nos anos 1980, não deve ser confundida com a Análise de Discurso (AD), que teve seu início na França dos anos de 1960, cuja vertente francesa ganhou projeção com os textos de Pechêux, que representaram uma verdadeira mudança nos estudos linguísticos que, até então, eram demasiado estruturalistas, com foco voltado “à análise de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas de sentenças abstratas e consideradas ideais” (Irineu et al., 2020). Essa mudança pode ser associada, também, à centralidade conferida à linguagem nos fenômenos sociais pela chamada ‘virada linguística’ na teoria social (Fairclough, 2001).

Para além das diferentes localizações geográficas nas quais se originaram, há algumas outras ponderações entre a AD e a ACD que julguei conveniente de serem mencionadas (brevemente) aqui, que dizem respeito a algumas convergências e divergências entre as análises.

A primeira delas trata da importância dos estudos de Foucault (1987), um dos principais teóricos da AD de linha francesa, e a compreensão de discurso deixada por ele, cujas contribuições são comuns a ambas as abordagens de análise de discurso. Embora entendido hoje enquanto um termo polissêmico - assim como vários na AD e ACD - convém apresentar a noção de discurso deixada por Foucault (2008 [1969], p. 136), que é

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo-espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Foucault (2003 [1971], p. 135) chama de discurso “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, referindo-se aos modos distintos com os quais prática social e área do conhecimento podem ser estruturados, a exemplo do discurso político, das ciências sociais, da medicina, da psiquiatria, economia, etc. No entanto, apesar da incontestável contribuição de Foucault, também foram algumas divergências quanto a essas concepções, que fizeram com que a AD na perspectiva foucaultiana (e até a francesa, de forma geral) tenha sido entendida por alguns linguistas como insuficiente em certos aspectos, algo que se buscou superar com emergência da ACD.

As críticas à AD, se dão principalmente por conta da visão determinista do aspecto constitutivo do discurso em sua definição foucaultiana, onde a estrutura disciplinar da sociedade constrange a ação humana, levando ao entendimento de que o sujeito, no entendimento foucaultiano, é manipulado pelo poder de forma que não contesta as opressões as quais está submetido, o que gera as chamadas relações de subordinação (FAIRCLOUGH, 2001).

No entendimento de Fairclough (2001), quando Foucault discute o modo como as pessoas são manipuladas pelo poder, ele se distancia da proposta da ACD em operacionalizar o discurso de modo ideológico e contra-ideológico na/para a mudança social, pois em seus trabalhos parece não dar a devida importância “a contestação das práticas, as lutas das forças sociais entre si, as possibilidades de grupos dominados se oporem a sistemas discursivos e não-discursivos dominantes, as possibilidades de propiciar a mudança nas relações de poder mediante a luta, e assim por diante” (Fairclough, 2001, p. 82-83).

Isso não significa que o filósofo ignora a possibilidade de resistência ou não está interessado na mudança, mas que

na totalidade de seu trabalho e nas análises principais, a impressão dominante é a das pessoas desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder. Foucault certamente insiste que o poder necessariamente acarreta resistência, mas ele dá a impressão de que a resistência é geralmente contida pelo poder e não representa ameaça (Fairclough, 2001, p. 83).

Não é impossível a existência de um projeto comum entre a AD e a ACD que resulte em desdobramentos tanto acerca das práticas discursivas, como a respeito das estruturas sociopolíticas que as apoiam, pois, apesar das divergências “as duas correntes não estão eximidas de possibilidades de intersecções, haja vista que sua tradição histórica em afirmarem-se abertamente políticas e, portanto, potencialmente polêmicas, sendo seus papéis analisar e revelar a função do discurso na (re)produção da dominação social” (Melo, 2009, p. 17). Ainda

assim, por entender a necessidade de distinguir essas duas vertentes de análise de discurso, o quadro abaixo traz algumas outras diferenças entre a AD e a ACD.

Quadro 1 - Principais diferenças entre a AD e a ACD

Análise de Discurso	Análise Crítica de Discurso
Análise do discurso como procedimento epistemológico sobre a língua.	Análise do discurso como instrumento político contra a injustiça social.
Os analistas do discurso contribuem com as hermenêuticas contemporâneas supondo que um sentido oculto deve ser captado. Sem uma técnica específica, tal sentido permanece inacessível.	Os analistas do discurso são posicionados e devem formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder, de contra-ideologia, de resistência à opressão social. A neutralidade do pesquisador, em uma pesquisa o torna cúmplice das estruturas sociais que ele investiga.
Discurso é uma forma de materialização ideológica. Enfatiza a reprodução da ideologia no discurso; é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite defini-lo como um espaço de regularidades enunciativas.	Discurso é modo de ação, é prática social que altera o mundo e os indivíduos nesse mundo em relação dialética; é moldado por relações de poder e por ideologias.
O que interessa não está na superfície do discurso, mas nos mecanismos de produção de sentidos do funcionamento discursivo.	Análise discursiva textualmente orientada (análise da superfície discursiva sustentada pela análise textual).
Sujeito social passivo.	Sujeito — ator social atuante; ator ideológico.
Não trata da resistência do discurso, da natureza dinâmica das práticas discursivas que provocam mudanças sociais.	Prática social transformadora, resistência, desnaturalização das práticas sociais.
Objetivos determinados: propósitos textuais	Objetivos determinados: propósitos comunicacionais.
Método estruturalista — linguística estruturalista	Método interacionista — psicologia e sociologia.

Fonte: Adaptado de Batista Jr., Sato e Melo (2018, p. 63-64).

Além das diferenças que possui com a AD, a ACD também possui em seu próprio espectro uma multiplicidade de abordagens teóricas, o que possibilita ao analista escolher dentre elas a que melhor se adequa a seus objetivos e objeto de pesquisa. Isso porque, como pontua van Dijk (2020, p. 115), por não constituir uma “diretriz específica de investigação, a Análise Crítica de Discurso não possui um enquadre teórico único”, sendo possível encontrar “muitos tipos de ACD, as quais podem ser bastante diversas do ponto teórico e analítico”. Desse

modo, o quadro abaixo sintetiza seis das principais vertentes da análise de discurso crítica, bem como seus respectivos teóricos.

Quadro 2 - Principais vertentes da ACD e seus respectivos autores

Autores	Vertente	Caracterização
Martin Reisigl e Ruth Wodak	Histórico-Discursiva	Parte de uma perspectiva diacrônica para focar na dimensão histórica de fatos discursivos.
Gerlinde Mautner	Linguística de Corpus	Uso de programas computacionais e procedimentos quantitativos, para analisar um grande volume de dados (discursos situados em contextos socioculturais específicos).
Theo van Leeuwen	Atores Sociais	Estuda operações linguísticas com potencial de significados, para investigar a maneira como atores sociais são representados no discurso.
Margarete Jäger e Michael Meyer	Análise de Dispositivo	Estuda a interação entre práticas, manifestações e materializações discursivas, não discursivas
Teun van Dijk	Sociocognitiva	Estuda a relação discursiva mediada pelo triângulo discurso, cognição e sociedade.
Norman Fairclough	Dialético-Relacional	Busca estudar a relação dialética entre discurso, sociedade e mudança.

Fonte: Autoria própria (2025).

Com o quadro acima, entende-se que a ACD não pode ser reduzida a uma proposta teórica única, exigindo então uma reflexão quanto o caminho a ser seguido, por aqueles que desejam realizar pesquisas filiadas aos estudos críticos do discurso. O que não impede também, que o pesquisador combine duas ou mais vertentes, para que esta amálgama contemple seus objetivos de pesquisa. No caso desta tese, o caminho escolhido foi a abordagem sociocognitiva proposta por Teun van Dijk, cujas especificidades, bem como a justificativa de sua escolha serão apresentadas na próxima subseção.

Antes de finalizar, entretanto, é prudente mencionar o aspecto mais geral e decisivo que une os pesquisadores que trabalham com a ACD: o desejo de se engajar em questões de justiça social a partir de “uma perspectiva partilhada de fazer análise linguística, semiótica ou discursiva” (van Dijk, 1998, p. 131).

No próximo tópico, discorro melhor acerca especificamente da ACD conforme proposta por Teun van Dijk, que foi a abordagem que considere mais apropriada e alinhada aos objetivos desta tese.

3.2.1 Uma abordagem sociocognitiva do discurso: Os Estudos Críticos do Discurso e seus conceitos sob o prisma de Teun van Dijk

O que é a análise de discurso crítica? Apesar de já ter construído na seção anterior uma propositiva de resposta para essa questão tão traiçoeira, sinto a necessidade de retornar à essa indagação um tanto quanto primária - embora indispensável - antes de continuar com a proposta de elucidar aqui a escolha de usar a abordagem sociocognitiva de Teun van Dijk para analisar os discursos aqui estudados.

Embora não veja problema algum com o uso do já amplamente difundido rótulo de Análise Crítica de Discurso – que escolhi adotar nesse texto, por ser também o mais utilizado no Brasil – van Dijk (2020) propõe também a utilização de Estudos Críticos do Discurso (ECD) para se referir a esse domínio, por considerar que o campo em si não representa um método de análise de discurso, e sim se vale de “qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa, e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos do discurso em geral” (van Dijk, 2020, p. 10).

Acerca do conceito de discurso, o teórico argumenta que o cenário ideal para nós pesquisadores, seria aquele no qual conseguíssemos condensar tudo o que sabemos sobre esse conceito em uma definição prática e única, mas que lamentavelmente a realidade é bastante diferente, e nos deparamos com algo que ocorre com “outros conceitos afins como ‘linguagem’, ‘comunicação’, ‘interação’, ‘sociedade’ e ‘cultura’: a noção de discurso é essencialmente difusa” (van Dijk, 2000, p. 21, tradução nossa). Desse modo, apenas levando em conta a totalidade do campo - nesse caso, a ACD - é que se pode tangenciar uma definição adequada aos objetivos da pesquisa que se realiza. Isso explica, entre outras coisas, porque múltiplas definições de discurso são acolhidas na pesquisa em ACD, embora seja tarefa do pesquisador optar pela que mais se alinha ao seu estudo.

Para essa pesquisa, meu entendimento de discurso também precisou abarcar essa amplitude de definições; mas apenas para estreitar melhor os caminhos que trilhei, optei pelo entendimento de discurso que van Dijk (2013) propõe em sua abordagem sociocognitiva da ACD, que é a de um “evento comunicativo” (van Dijk, 2013, p. 355) que inclui não somente as interações por meio da escrita e da conversa, mas também as expressões faciais e corporais dos sujeitos envolvidos, as semioses presentes nas diagramações de textos e imagens, e qualquer outra manifestação imbuída de significação passíveis de análise nos materiais aqui apresentados. Ou seja, mais do que estratégias de linguagem escrita, falada e etc. o discurso

precisa abarcar também elementos como o contexto, significados compartilhados, estruturas e crenças anteriores dos indivíduos, bem como sua própria cultura.

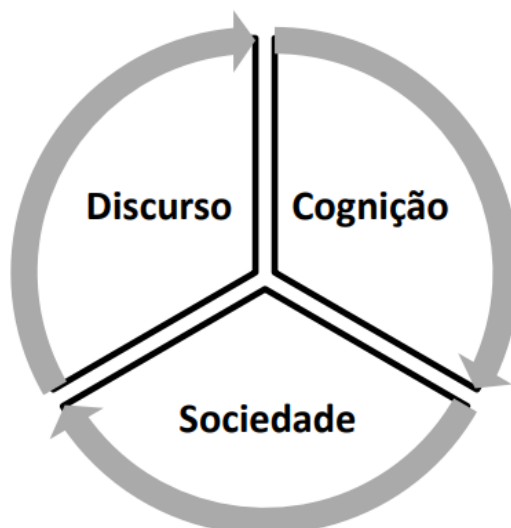
A respeito da especificidade da perspectiva sociocognitiva que aqui escolhi seguir, ela é assim chamada por defender a necessidade de os analistas de discurso terem “a visão de que a cognição é de fundamental importância (e não somente a sociedade) na análise crítica do discurso, na comunicação e na interação” (van Dijk, 2013, p. 354). Desse modo, apesar de rejeitar a alcunha de líder/representante de uma “abordagem, escola” e nem oferecer um “método van Dijk”, o autor propõe que a operacionalização da ACD seja realizada por meio do tripé discurso-cognição-sociedade, pois embora a tendência nas pesquisas críticas do discurso seja ligar diretamente o discurso e práticas sociais que estão sendo investigados com a sociedade,

[...] não há uma influência direta da estrutura social sobre a escrita ou fala. Antes, estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas e representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana. É essa (subjéctiva) representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam o discurso (van Dijk, 2020, p. 26).

Portanto, a necessidade de se estudar problemas sociais a partir dessa tríade, se dá pela impossibilidade de entender essas três dimensões de forma isolada, sem as outras. A figura abaixo ilustra a relação entre as dimensões discurso-cognição-sociedade

, tal qual propõe van Dijk (2020).

Figura 1 - Representação da tríade Discurso-Cognição-Sociedade



Fonte: Couto e Carrieri (2018).

Sendo o discurso também um ponto de interligação entre a cognição e a sociedade, vale também trazer para cá algumas ponderações acerca dos outros dois termos que compõem a tríade. Para a ACD sociolinguística, a dimensão cognitiva é importante por envolver tanto a cognição pessoal, ou seja, as representações mentais na forma de crenças, emoções, objetivos e memórias de cada indivíduo, quanto a cognição social, que compreendem as normas, valores, estereótipos e/ou quaisquer outras representações mentais que são compartilhadas entre os atores sociais de um determinado grupo - como os falantes de uma mesma língua, por exemplo - por meio das interações sociais e da cultura. Portanto, o interesse da ACD na cognição existe porque considera-se que os valores da dimensão cognitiva pessoal e social, interagem mutuamente e impactam o modo de produção e compreensão do discurso, ou seja, em uma situação discursiva, discurso e sociedade são mediados cognitivamente pelas representações mentais dos participantes (van Dijk, 1999; van Dijk; Medeiros; Andrade, 2013; van Dijk, 2016).

Por fim, o componente ‘sociedade’ na tríade, para além de tudo que já foi discutido, dá conta de incluir as relações e organizações entre os atores tanto no nível micro (ou local), que é onde os discursos e interações interpessoais entre membros em um contexto específico, como uma organização, por exemplo, estão situadas; quanto no nível macro (ou global), que é onde ideologias, estereótipos, sistemas culturais, políticos e econômicos, bem como o próprio poder social estão situados. Em resumo, enquanto o micronível trata das situações discursivas em um contexto específico, como entre pessoas de uma mesma região, falantes de um mesmo idioma, o macronível as explica em contextos sociais diferentes, a exemplo da própria manifestação do racismo enquanto uma ideologia dominante que é reproduzida por pessoas de diversos países, independente da classe social, gênero e afins. No entanto, se tratando das interações e experiências cotidianas, "os fenômenos de nível micro e macro formam um todo unificado" (van Dijk, 1999, p. 25, tradução nossa).

Embora seja papel do analista do discurso superar o abismo existente entre esses níveis - bem como seus intermediários, os ditos mesoníveis - além de ser capaz de operacionalizar em suas análises inúmeros conceitos, para além dos que já apresentei aqui, é importante não perder de vista aquilo que move a ACD e seus adeptos, que é: estudar a reprodução discursiva do abuso de poder.

Há múltiplos conceitos de poder de acordo com os teóricos e suas filiações nos campos da filosofia, sociologia e ciências sociais, o que faz deste um conceito polissêmico assim como outros que empreguei nesta tese. No entanto, na abordagem sociolinguística de van Dijk (1999), o interesse está nas relações mediadas pelo poder social, que pode ser definido pela noção de controle. Assim sendo, um grupo/instituição que detém mais poder o exerce sobre os membros

de outro grupo/instituição menos poderoso, para defender os próprios interesses, controlando assim as ações do grupo dominado, incluindo as ações comunicativas, e consequentemente, os discursos.

Isso conversa com aquilo que Kilomba (2019) nos provoca ao discutir o modo como as narrativas coloniais constroem subjetividades subalternas e marginais, colocando o discurso colonial para operar como violência simbólica que posiciona sujeitos racializados em papéis de inferioridade, passando a exercer controle não apenas sobre suas práticas, mas também sobre suas identidades e memórias. É nesse diálogo que a abordagem sociocognitiva de van Dijk nos ajudou a operar aqui, na perspectiva de que o poder não é exercido apenas pela imposição física, mas, sobretudo, pelas formas simbólicas que estruturam e condicionam os modos como grupos menos poderosos percebem a si mesmos e o mundo.

Importante frisar que van Dijk (1999) não considera que todo poder é negativo, explicando que seu uso também é necessário para regular as relações e também manter certa ordem social, a exemplo do poder exercido pelos pais e professores sobre as crianças, bem como o poder que as leis exercem sobre os civis - o que não quer dizer, entretanto, que também não possa haver abuso de poder nessas situações - mas para além disso, é importante sabermos identificar quando esse poder é mobilizado pelos grupos dominados como forma de resistência aos abusos e desigualdades, o chamado “contrapoder” (van Dijk, 2020, p. 43)..

Mas quem são os grupos dominantes? É a chamada elite simbólica, grupos e indivíduos que possuem “acesso privilegiado a recursos sociais escassos, como força, dinheiro, status, fama, conhecimento, informação, ‘cultura’, ou mesmo várias formas de discurso público e comunicação” (van Dijk, 1999, p. 26, tradução nossa), e/ou desfrutarem de uma posição de destaque na hierarquia social. É o acesso material e simbólico, que dá base ao poder social, permitindo que os discursos, e principalmente seus contextos, sejam controlados para perpetuar desigualdades sociais, e agir na manutenção do status quo daqueles que fazem parte dos grupos dominantes, quais sejam: empresários, políticos, jornalistas, cientistas, professores, etc.

Longe de generalizar, vale ressaltar que, nem todos os indivíduos que consomem e produzem esses discursos são membros da elite simbólica, até porque a composição da mesma varia de acordo com os contextos sociocultural e histórico na qual se insere. Além do que, não existe uma imobilidade que paralisa todos os indivíduos, deixando-os sem reação. Seja nos grupos dominados, ou ainda nos grupos dominantes, há até mesmo dentre os indivíduos ‘legítimos’ da elite simbólica, os chamados dissidentes, que lutam para (re)tomar os controles de contexto e discurso, resistindo ao controle (van Dijk, 1999).

E é aqui nesse ponto, que retorno à pergunta que abre essa seção: o que é a análise de discurso crítica? Nas palavras do próprio van Dijk, a ACD é um

tipo de pesquisa analítica do discurso que estuda principalmente a maneira pela qual o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são encenados, reproduzidos e **ocasionalmente contestados** por textos e discursos no contexto social e político. A análise de discurso crítica, com uma investigação tão peculiar, explicitamente toma partido e espera **contribuir efetivamente para a resistência à desigualdade social** (van Dijk, p. 23, 1999, tradução e grifos nossos).

Logo, para a análise de discurso crítica, torna-se imprescindível estudar a intrincada interação entre os grupos dominantes, dominados e dissidentes (ou de oposição), juntamente com seus respectivos discursos, a fim de esclarecer as diversas formas contemporâneas de desigualdade social, e propor meios de superar as ideologias dominantes.

É nesse sentido que a ACD enquanto abordagem analítica, auxilia na presente investigação, pois tal qual a discussão proposta pelos estudos a respeito da branquitude, tão importantes para orientar as análises aqui apresentadas, também entende que a reprodução do racismo e, por consequência, do poder do grupo branco não é atribuível somente a pessoas individualmente intolerantes, mas sim à cooperação diária, conjunta ou separada, dos membros (brancos) do grupo. Essa cooperação se manifesta na exclusão, marginalização e problematização de membros de outros grupos étnicos em diversas situações cotidianas distintas (van Dijk, 2016).

Dessa forma, para a análise dos discursos da mídia acerca do caso Joana D’Arc Félix de Sousa a partir da abordagem sociocognitiva da análise de discurso crítica, entendemos que o “racismo e o sexismo são, assim, não meramente sistemas abstratos de desigualdade social e dominância, mas na verdade “alcançam o chão” do cotidiano de várias formas, ou seja, por meio de crenças, ações e discursos de membros de um grupo” (van Dijk, 2013, p. 377), e desse caso, do grupo de jornalistas e veículos de mídia hegemônicos responsáveis pelos materiais que compõem o corpus desta pesquisa.

Na próxima seção, apresentaremos o acervo e os corpora de nossas análises, bem como detalharemos a trajetória e ferramentas que nos acompanharam durante a produção analítica desta tese.

3.3. O CORPUS DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DE UM DISPOSITIVO ANALÍTICO A PARTIR DA ACD SOCIOCOGNITIVA

A escolha de construir a pesquisa a partir do evento midiático ocorrido com a professora doutora Joana Sousa não foi algo a priori, nem tampouco ocorreu seguindo uma linearidade. Entretanto, uma vez definida a especificidade temática, foi necessário expandir o acervo de nossa pesquisa, visto que os materiais sobre a cobertura midiática do caso, consistiam, inicialmente, em cinco reportagens em formato audiovisual veiculadas na TV e no Youtube, que foram transcritas na íntegra para uma posterior análise.

Buscando diversificar as mídias a respeito do caso, e também sabendo o papel crucial que mídia jornalística escrita teve nesse caso em particular, visto que a sujeita que está no centro de nossas investigações, embora já tivesse aparições anteriores em diversos veículos de imprensa brasileiros, ganhou projeção nacional com a repercussão de uma reportagem escrita veiculada no site do jornal O Estado de São Paulo em maio de 2019¹³, realizamos um novo levantamento em 10 dos mais acessados jornais digitais e portais de notícia do Brasil¹⁴: O Estado de São Paulo (*Estadão*), Folha de São Paulo, Correio Braziliense, UOL, R7, VEJA, Metrôpoles, Gazeta do Povo, O Globo e Exame. Tanto o Google quanto os servidores dos veículos consultados serviram como bases de pesquisa, e foram usadas como chaves de busca o nome completo da professora Joana, ou o nome + último sobrenome para filtrar as notícias que a envolviam tanto direta quanto indiretamente.

Nesse primeiro momento, cada notícia acessada foi copiada do site em que estava, e alocada em um documento individual. Optamos por manter a disposição dos elementos gráficos da maneira mais fiel possível à apresentação original, incluindo todas as ênfases, diferenças de tamanho de fonte nas manchetes e lides¹⁵, além das imagens apresentadas pelos veículos de imprensa. Outro ponto importante é que nessa etapa inicial do levantamento, as notícias foram acessadas conforme apareciam na ordem de busca, sendo que a organização cronológica delas foi realizada em uma etapa posterior. Dessa busca resultaram para o acervo mais 38 textos jornalísticos publicados envolvendo a professora doutora Joana.

12 Falamos da reportagem “Professora que vai virar filme tem diploma falso de Harvard”, que foi o estopim para a série de ataques sofridos por Joana e que aqui analisamos, e que está disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/professora-que-vai-virar-filme-tem-diploma-falso-de-harvard/?srsltid=AfmBOooX7_6G6avn6P_iDeF9JxTFZaNhW-E-cahYLZdq7HcLCfp2Sw3Y.

13 Com base em diversos rankings publicados na última década por empresas voltadas à análise e auditoria de dados de internet, a exemplo da Comscore, Statista, Semrush e Instituto Verificador de Comunicação (IVC), consultadas para esta pesquisa.

15 Também grafado como ‘lead’, corresponde à abertura de uma notícia ou reportagem, sendo as primeiras frases do texto, e geralmente posicionadas logo abaixo da manchete.

Os documentos com as notícias que resultaram do levantamento foram então importados para o Atlas.ti 9, um *software* do tipo *code-based theory building* que dispõe de múltiplas ferramentas para auxiliar pesquisadores que trabalham com dados qualitativos, em especial em pesquisas filiadas às ciências sociais aplicadas e áreas correlatas¹⁶. É importante destacar que o *software* não faz a análise dos dados de forma autônoma, e sim auxilia o pesquisador em etapas como a organização, transcrição, leitura flutuante e atribuição de códigos e categorias aos materiais de pesquisa.

Especificamente para nossa pesquisa, o Atlas ti. 9 auxiliou na etapa de análise textual dos materiais. Abaixo, estão organizados os veículos de mídia considerados para a pesquisa, bem como a quantidade de textos que cada um produziu acerca do caso da professora Joana D’Arc Félix de Sousa.

Uma vez realizada a organização dos documentos, passamos selecionar o corpus a partir do acervo. Nesta etapa, realizamos leituras exploratórias de todos os textos jornalísticos na íntegra, a fim de rastrear tanto as características compartilhadas pelas mesmas, quanto as mais singulares. A partir dessa leitura, foi possível inferir que grande parte dos textos obtidos no levantamento eram apenas cópias exatas das reportagens do jornal O Estado de São Paulo republicadas por outros jornais, considerando que a primeira reportagem ‘pavimentou’ o caminho de todas as outras notícias envolvendo a professora doutora Sousa e sua relação com a universidade de Harvard. Nesses casos, em algum ponto das reportagens constava o rótulo ‘conteúdo *Estadão*’ ou algum outro aviso de que aquele texto havia sido veiculado originalmente pelo outro jornal.

Assim sendo, foram escolhidos nove textos jornalísticos para o corpus da pesquisa, sendo cinco deles publicados pelo jornal O Estado de São Paulo e os quatro restantes, publicados por outros veículos. Todas as reportagens analisadas constam nos apêndices A e B, ao final deste documento. Quanto a especificidade do corpus, escolhemos analisar as cinco reportagens do *Estadão* pelo fator de exclusividade que o jornal detém sobre esse caso de nosso interesse, o que fez dele uma fonte primária de informação até mesmo para outros jornalistas e jornais. Já os demais textos foram escolhidos por serem artigos de opinião – ou conter elementos desse gênero – diferindo esses materiais da suposta neutralidade discursiva com a qual foram redigidos os ‘furos’ de reportagem.

Com a definição do corpus, foi realizada uma leitura exploratória para rastrear temas e/ou marcas discursivas comuns entre os textos, bem como um destaque inicial de excertos em

16 Essas e outras informações estão localizadas no próprio site do programa, disponível em: atlasti.com. Acesso em: 05 mar. 2023.

potencial para as discussões. Nessa etapa, que também ocorreu com o auxílio do Atlas.ti 9, os recursos utilizados no software foram as funções de Citações (Quotations) para destacar os trechos que consideramos relevantes nas reportagens; Códigos (Codes), para nomear as marcas discursivas a qual os trechos em destaque estavam relacionados; e Memorando (Memo), para as anotações que emergiam durante a análise, e que não estavam contempladas por nenhum dos códigos criados anteriormente.

As anotações e inferências da etapa anterior, foram importantes para a construção da sumarização individual do corpus, que consistiu na leitura atenta de cada um dos textos jornalísticos para a definição dos significados globais, também chamados de macroestruturas semânticas¹⁷, em tópicos que “fornecem uma ideia geral do assunto de que o corpus trata, além de controlar muitos outros aspectos do discurso e da análise” (van Dijk, 2013, p. 360).

A macroestrutura está diretamente ligada ao conceito de tópico de texto ou tópico de discurso, e diz respeito também à “capacidade essencial de um locutor” de mesmo ao lidar com textos mais extensos, ser capaz de responder questionamentos do tipo “o que foi falado?”, “qual foi o propósito da conversa?” (van Dijk, Hunzinger, 1983, p. 57-58, tradução nossa). As respostas a essas perguntas requerem que o analista deduza o objeto do discurso, até porque não é comum que ele seja sempre mencionado explicitamente. Para isso, aplicam-se algumas macrorregras, que por sua vez,

são uma reconstrução daquela parte da nossa capacidade linguística com a qual vinculamos significados e os convertemos em totalidades significativas maiores. Isto é: introduzimos uma ordem naquilo que à primeira vista nada mais é do que uma longa e complicada série de relações, como por exemplo, entre proposições de um texto. Se considerarmos as proposições como uma representação abstrata do que normalmente chamamos de informação (semântica), as macrorregras organizam de certa forma as informações extremamente complicadas do texto (van Dijk; Hunzinger, 1983, p. 58, tradução nossa).

No caso desta pesquisa, recorrer a esse movimento de dedução das reportagens e artigos de opinião selecionados para o corpus, nos permitiu reconstruir os temas principais de cada um dos textos, mas também notar que as semelhanças na construção discursiva entre os textos de cada grupo, para além do gênero textual. Os quadros construídos com as sumarizações de cada texto estão apresentados no Apêndice C ao final deste documento.

17 Conforme mencionado na seção 3.2.1 os significados globais referem-se às estruturas sociais e ideológicas mais amplas em um discurso e o modo com este será interpretado (van Dijk, 1999).

Para a última etapa da análise, optamos por usar os questionamentos propostos por Couto e Carrieri (2018, p. 7-8), para uma análise ancorada na ACD sociocognitiva, no intuito de ajudar os pesquisadores críticos do discurso na operacionalização da análise dos materiais de investigação, mantendo o foco nas principais estruturas mentais e seus respectivos aspectos, conforme a teoria de van Dijk. O quadro com todos os questionamentos e categorias consta no Apêndice D, ao fim desse documento.

São questões embasadoras elaboradas de modo a permitir ao analista adaptar o questionário de acordo com seus próprios interesses, reformulando, suprimindo ou adicionando perguntas se necessário, sem engessar a análise, até porque não requer respostas únicas, e sequer supõe a existência de respostas tidas como corretas.

No caso dessa pesquisa, procedemos com uma última organização dos materiais do corpus, separando-as em duas unidades, sendo a primeira unidade composta pelas cinco reportagens do jornal O Estado de São Paulo, e a segunda pelos quatro artigos de opinião publicadas por outros jornais/portais de notícia, e só então, a partir das etapas anteriores da análise do material, e orientados pelos referenciais que elegemos para compor nossa caixa de ferramentas, que buscamos responder as perguntas do quadro direcionador, cuja sistematização por meio de tópicos que elaboramos, serão apresentados e discutidos no próximo capítulo, que refere-se à apresentação dos resultados de nossas análises, de fato.

4 JOANA D'ARC E A OUTRIDADE NO DISCURSO DA MÍDIA: ANALISANDO OS TEXTOS JORNALÍSTICOS DO CASO

4.1 RETROCEDENDO: UM BREVE CONTEXTO POLÍTICO DA ÉPOCA

Conforme já mencionei ao longo desta pesquisa, os debates acerca da questão racial no Brasil sempre tenderam a ser acalorados, pois de um lado está uma parcela da população que se empenha para fortalecer a luta por equidade racial no país com a maior população negra fora do continente africano, enquanto do outro lado estão aqueles que se negam a sequer aceitar a existência do racismo, por acreditar no tão falacioso mito da democracia racial. Entre 2019 e 2022, todas as discussões em torno dessa temática passaram a ter um contorno sombrio como não se via há tempos - ousar dizer que desde a Ditadura Militar nos anos de 1960, pois foi durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, a postura do governo brasileiro e da maioria de seus representantes em todas as esferas do poder, passaram a ir na contramão dos (poucos) avanços obtidos nas gestões anteriores, em especial no que tange às políticas públicas. No Paraná, meu estado de origem, o Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu de forma muito tardia, apenas em 1996, após um apagamento sistemático da militância negra nos anos da ditadura, que impôs resistência aos debates raciais mesmo nos espaços mais politizados e acadêmicos (Fernandes, 2024; Pires, 2018).

Voltando à mídia hegemônica brasileira, é importante destacar o papel que ela desempenhou na eleição de Bolsonaro, um líder que representou e representa mais um sintoma do fortalecimento da extrema direita mundo afora, e também por aqui. Ainda antes da eleição, em 2018, os veículos midiáticos que aqui se tornaram protagonistas de nossa análise, sempre se mostraram simpáticos, para não dizer acolhedores do vindouro 38º presidente do Brasil, como bem representa a que hoje é uma das mais famosas manchetes publicadas pelo Estadão, que apresento na figura abaixo.

Dito isso, apesar de ter mencionado brevemente o contexto em que se deram as acusações contra Joana, que originaram os materiais que me propus analisar nesta pesquisa, considere importante dedicar um trecho deste trabalho para falar especificamente dos contornos políticos que também permeiam nosso objeto de pesquisa. Conforme já mencionado anteriormente, as reportagens que analisamos datam do final do primeiro semestre de 2019, ano marcado pela posse - após uma conturbada campanha de eleição - do hoje ex-presidente da república, Bolsonaro.

Figura 2 – Embate político entre Haddad e Bolsonaro



Fonte: Twitter/Estadão (2018).

Sem a pretensão de oferecer uma biografia do ex-presidente, escolhi trazer uma retrospectiva com alguns fatos que ocorreram no Brasil dos últimos anos, bem como as consequências desse pleito, que representou a guinada da extrema-direita no país. Para isso, escolhi trazer algumas das manchetes publicadas - ainda que há contragosto - pela mídia brasileira, inclusive pelos mesmos veículos responsáveis pela ascensão e eleição de Bolsonaro, além de recortes do que foi levantado pelo Atlas da Violência (2021), e pelo periódico Políticas Sociais: acompanhamento e análise (2023), ambos elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no intuito de apresentar e discutir soluções para alguns dos principais problemas sociais brasileiros, incluindo obviamente, discussões de raça e racismo no país.

No âmbito da política geral, não foram raras as vezes em que autoridades do governo colocaram em xeque a existência de um racismo estrutural no país, e criticaram a existência de políticas afirmativas, que por sua vez, foram uma importante conquista obtida pelos movimentos negros nas gestões anteriores. Relativizações quanto a gravidade do racismo e suas

consequências para a população brasileira também passaram a ser um tema constante entre os simpáticos ao presidente.

Figura 3 – Bolsonaro nega racismo no Brasil

'Aqui no Brasil não existe isso de racismo', diz Bolsonaro em Fortaleza 150

ESTADÃO conteúdo
Gabriela Ramos, especial para a AE
Fortaleza 29/06/2018 | 12h03

Mateus Bonomi/Agif/Estadão Conteúdo



Fonte: UOL/Estadão (2018).

Figura 4 – Bolsonaro questiona a política de cotas

CORREIO BRAZILIENSE

Correio Braziliense

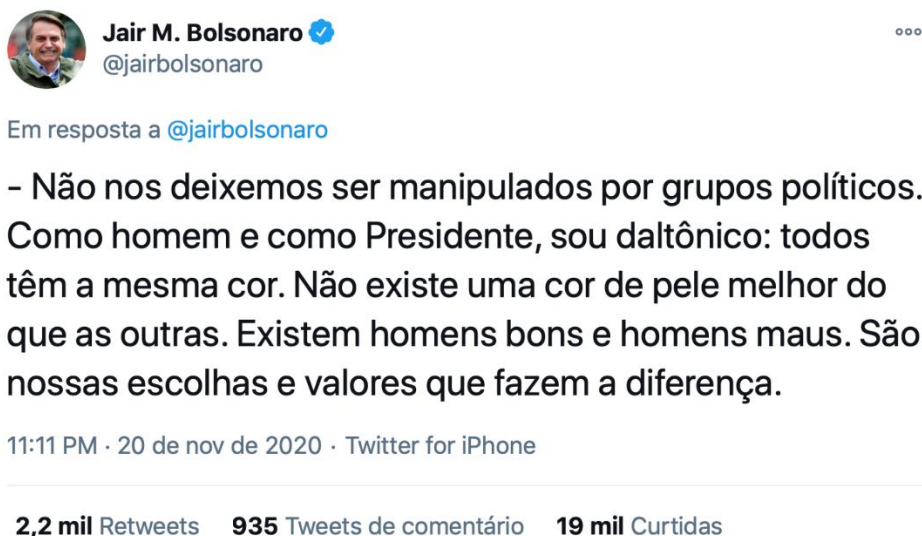
VÍDEO

Bolsonaro volta a negar racismo e diz: 'sempre questionei a questão de cotas'

O mandatário também rechaçou o rótulo de "racista". No último dia 6/5, ele afirmou a um apoiador com cabelo estilo black power que estava vendo uma "barata" em sua cabeça

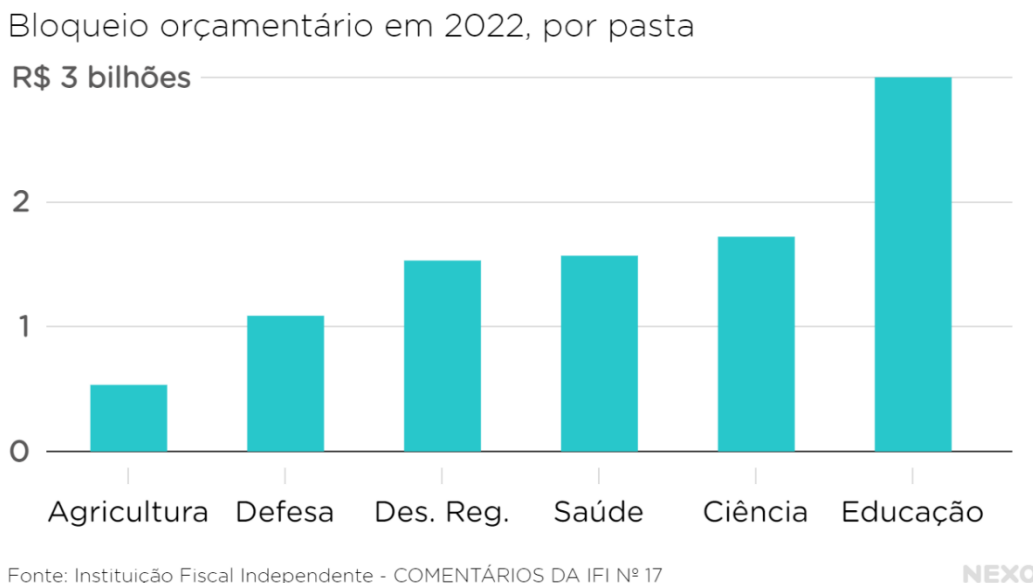
Fonte: Correio Braziliense (2021).

Figura 5 – Presidente Bolsonaro afirma que todos têm a mesma cor



Fonte: Twitter/Jair M. Bolsonaro (2020)

Como consequência dessas discussões conduzidas de forma irresponsável por várias autoridades, em uma das formas de validar que ‘aqui não existe isso de racismo’, como afirmou publicamente Bolsonaro ainda durante um ato de campanha (Figura 3 acima), além de anos depois se dizer ‘daltônico’ no que dizia respeito as violências motivadas pela racismo (Figura 5), observou-se ainda em 2019 um desmantelamento das políticas públicas para a Promoção da Igualdade Racial, incluindo cortes severos no orçamento – do início ao fim do mandato – destinado à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, além da severa diminuição orçamentária em vários setores essenciais, inclusive na verba destinada à educação, que por sua vez, sempre foi arena de lutas pela defesa da equidade racial.

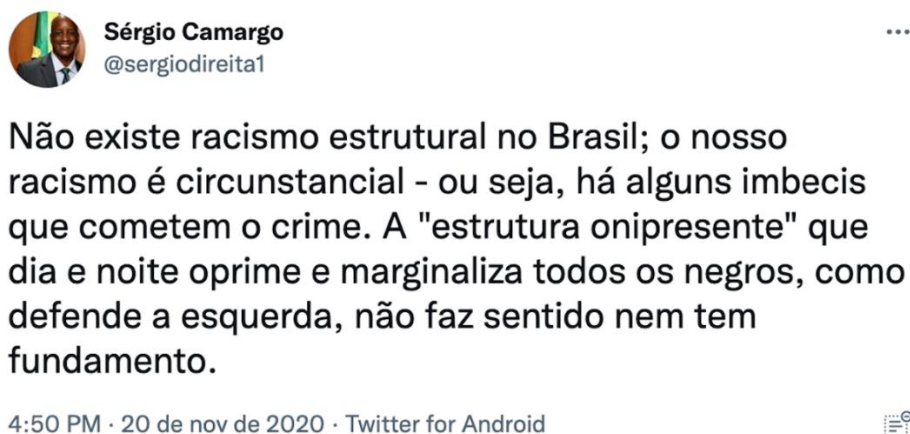
Figura 6 – Bloqueios orçamentários em 2022

Fonte: Nexo Jornal via Instituição Fiscal Independente (2022)

Além disso, no que tange diretamente à questão racial, a Fundação Cultural Palmares, instituição tão importante para a manutenção e defesa de direitos e da cultura dos afro-brasileiros, passou por uma ‘remodelação’ a partir da escolha de Sérgio Camargo para assumir sua presidência. Embora homem negro¹⁸, e filho de Oswaldo de Camargo, importante escritor e militante do movimento afro-brasileiro, o jornalista nunca escondeu seu posicionamento alinhado à extrema-direita, algo que passou a ficar ainda mais manifesto em seus discursos públicos e decisões políticas, que incluíram negar o racismo no Brasil (Figura 7), reproduzir racismo estético (Figura 8), criticar o Dia da Consciência Negra (Figura 9) e, entre outras coisas, cogitar mudar o nome da fundação que homenageia Zumbi dos Palmares, para ‘Fundação Isabel’ (Figura 10), em homenagem à integrante da família real portuguesa que utopicamente já foi considerada a defensora dos escravizados, já que em uma estratégia política, coube à ela assinar a Lei Áurea.

17 Um caso que também evidencia ser muito problemática a essencialização das pessoas negras enquanto pertencentes a um grupo homogêneo. Enquanto uma pesquisadora que defende a importância de as pessoas negras terem voz, entendo que de certo modo, defendo mesmo àquelas pessoas negras que usarão de toda sua verborragia para defender em seus círculos a inexistência do racismo, por exemplo, como é o caso de Camargo.

Figura 7 – Sérgio Camargo nega racismo estrutural no Brasil



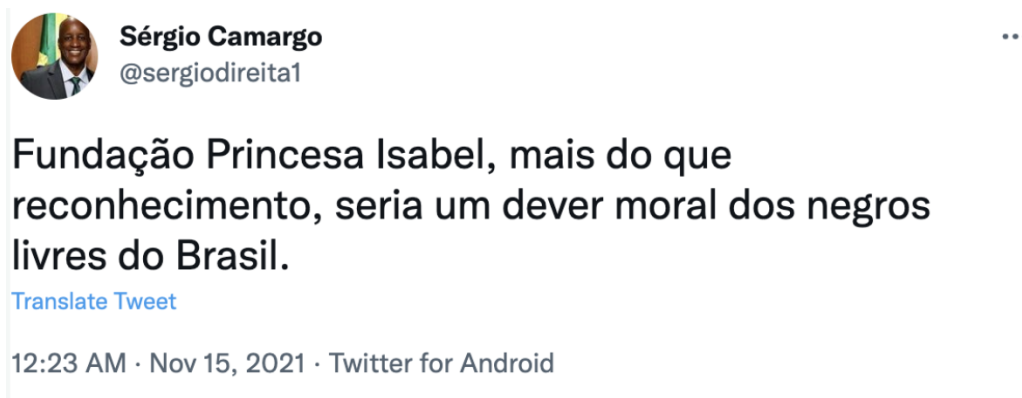
Fonte: Twitter/Sérgio Camargo (2020)

Figura 8 – Sérgio Camargo reproduz racismo estético



Fonte: Twitter/Sérgio Camargo (2021)

Figura 9 – Sérgio Camargo sugere mudança no nome da Fundação Palmares



Fonte: Twitter/Sérgio Camargo (2021)

Figura 10 – Sérgio Camargo critica o Dia da Consciência Negra

POLÍTICA

Presidente da Fundação Palmares critica Dia da Consciência Negra

Sérgio Camargo chamou a data, a qual classificou como racista, de "Dia da Vitimização do Negro".

Por g1

20/11/2021 22h09 · Atualizado há 3 anos

Fonte: Portal G1 (2021)

Casos de racismo durante a gestão Bolsonaro tornaram-se frequentes no país, inclusive nos próprios órgãos do governo federal, que teve um aumento de 160% nas denúncias desse tipo¹⁹. Soma-se a isso, o fato de que a gestão anterior foi uma das mais violentas em termos de mortes registradas, e deixadas sem registro. Conforme Xavier (2021) apontou em sua reportagem para a revista Carta Capital, ao analisar dados do Atlas da Violência (2021), a conclusão é de que

[...] embora os homicídios tenham diminuído, houve também um salto de 69,9% no número de mortes violentas por causa indeterminada (MVCI) em 2019. Ao todo, 16.648 morreram de forma violenta sem que o Estado fosse capaz de indicar uma motivação para o óbito, bem distante dos 9.799 óbitos sem causas determinadas registrados em 2017. Outro dado que indica a provável ocultação é a quantidade de pessoas vítimas de armas de fogo incluídas no grupo de mortes com causas indefinidas. Segundo Cerqueira, nada menos do que 1.991 das mais de 16 mil MVCI foram causadas por armas de fogo (Xavier, 2021).

Durante o governo Bolsonaro, o racismo estrutural no Brasil refletiu diretamente nas estatísticas de violência, tal qual documentos como o próprio Atlas foi capaz de indicar. A exposição da população negra a níveis mais elevados de homicídios e violência policial, urge a

18 De acordo com reportagem de Guilherme Amado, “Denúncias por racismo no governo federal aumentam 160% em 2020”, publicada no O Globo em agosto de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/denuncias-por-racismo-no-governo-federal-aumentam-160-em-2020-24586901>. Acesso em: 01 out. 2024.

necessidade de políticas públicas voltadas para reduzir essas desigualdades e enfrentar as diversas formas de racismo que operam no Brasil. Durante os últimos anos, “as falas e iniciativas de negação do racismo e de desqualificação da desigualdade racial, por parte do presidente e de gestores em exercício, foram usadas de forma sistemática como retórica e justificativa para cercear as ações de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial” (IPEA, 2023, p. 264), algo que sustentou e fomentou o desmonte dessas políticas em nosso país.

O intuito desta seção, foi apresentar um breve panorama político que já estava se formando em 2019, na forja de um contexto que favoreceu o relativismo da mídia também com as pautas raciais, e por consequência, possibilitou o surgimento de casos como os de Joana D’Arc. Embora tenhamos sido breves, escolhendo alguns dos recortes que mais nos pareceram relevantes de não serem esquecidos pelas pessoas, não poderíamos prosseguir para nossa seção de análise, que vem na sequência, sem ‘tocar’ nesta dolorosa ferida.

4.2 VOZES DISSONANTES: VERBORRAGIA DAS MÍDIAS E UMA VOZ SILENCIADA – A ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Conforme elucidamos na seção anterior, procedemos às análises das reportagens e dos artigos de opinião consideradas para o corpus da pesquisa, com base nas estruturas mentais propostas por Couto e Carrieri (2018). Antes disso, entretanto, faremos o movimento de identificar e descrever fisicamente (de forma resumida) os envolvidos nas reportagens, considerando que no Brasil, o dito ‘preconceito de marca’²⁰ ainda é prevalecente, sendo o fenótipo um fator determinante em situações de racismos. Esse movimento será realizado sempre que os redatores das reportagens mudarem, visto que a única pessoa em comum em todos esses textos jornalísticos é a própria Joana, motivo esse pelo qual sua descrição será feita somente nesse nosso parágrafo de abertura.

Justificamos como necessário esse movimento analítico de caracterizar os envolvidos nas notícias analisadas, porque se tratando esta pesquisa de um estudo acerca do poder da mídia hegemônica nas questões de raça e racismo, é preciso ter a consciência de que

Uma vez que um jornalista branco escreve não apenas em sua identidade como jornalista, mas também, pelo menos marginalmente, tem consciência de ser membro de um grupo étnico, todas essas atividades e contextos também podem ser permeados pela influência das atitudes étnicas do jornalista. [...] Ou seja, em todas **as fases da produção do discurso na imprensa, a**

²⁰ Conforme mencionado anteriormente na página 37 desta tese, com base em Hilton (2022), que por sua vez, baseou-se no histórico texto do sociólogo Oracy Nogueira (1917-1996), “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem: Sugestão para a Interpretação do Material Sobre Relações Raciais no Brasil”, publicado originalmente em 1955.

identidade étnica do jornalista e dos demais participantes tem papel fundamental (van Djik, 2015, p. 386, tradução e grifo nossos).

Obviamente, essa caracterização será proveniente da primeira imagem que obtivemos como resultado ao pesquisar o nome desses jornalistas no Google. Mas fazemos isso de maneira consciente, levando em consideração que basicamente todas as reportagens analisadas, usaram uma mesma foto de Joana, de um ensaio fotográfico realizado em um momento no qual ela ainda representava um ideal meritocrático a ser vendido. Isso nos permite inferir, que sequer foi lhe dada a possibilidade de controlar essa cristalização de sua imagem, usando por exemplo, certos recursos semióticos a seu favor, ajudando em sua ‘redenção’ com o público, uma sensibilidade que, cerca de um ano depois, criminosas como Sari Corte Real²¹ – uma mulher branca – assassina do menino Miguel, recebeu e desfrutou em rede nacional, no programa Fantástico, da Rede Globo, um dos líderes dominicais de audiência na TV aberta brasileira.

Das cinco reportagens do *Estadão* analisadas por nós, apenas uma foi indicada como sendo da ‘redação’, sendo todas as outras escritas pelos jornalistas Renata Cafardo e Felipe Resk. A respeito de Renata, ela pode ser descrita como uma mulher cisgênero da raça branca, que possui a pele bem clara, cabelos castanhos e lisos, e olhos castanhos esverdeados. Já Felipe, é um homem cisgênero também da raça branca, também de pele clara e que possui cabelos castanhos escuros geralmente apresentando corte social, barba cheia que cobre o maxilar e o queixo, e um bigode espesso e conectado à barba. A figura central das reportagens, a professora Joana, pode ser descrita fisicamente como sendo uma mulher cisgênero de raça negra, que possui a pele preta e cabelos na cor castanho-escuro, crespos e que ela conserva no comprimento médio, na altura de seus ombros.

Iniciamos a análise das reportagens e dos artigos de opinião selecionados a partir da estrutura mental Memória Pessoal, “que diz respeito aos conhecimentos e às opiniões acumulados ao longo da vida” (Couto; Carrieri, 2018, p. 7) sendo que o aspecto da Subjetividade foi o primeiro que levamos em conta, conforme o quadro 3 abaixo.

20 Sari foi condenada por assassinar Miguel, uma criança de 5 anos, que caiu do 9º andar do prédio onde ela morava após ela deixá-lo sozinho no elevador. A mãe da criança, Mirtes Renata, era empregada doméstica de Sari na época, em junho de 2020. Para mais detalhes do caso, reportagens como a disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2024/06/02/quatro-anos-apos-morte-de-miguel-como-estao-processos-contra-mulher-condenada-por-deixar-menino-que-caiu-de-9o-andar-sozinho-em-elevador.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

Quadro 3 – Análise da Subjetividade nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	1. Subjetividade	Quais são as crenças, valores e emoções expressas pelo enunciador?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Decepção com Joana, mas acima de tudo, compromisso com a verdade, para além de questões pessoais; • Culpa única e integralmente a professora por toda a situação; • Desconfiança total em Joana; • Desdém para com a trajetória acadêmica da pesquisadora; • Atitude de confrontar Joana repetidas vezes, mesmo já sabendo da ‘verdade’; • Construção do jornal/jornalistas como ‘vítimas’;		

Fonte: Os autores (2025).

Nossa análise das reportagens do *Estadão*, sendo três de autoria de Renata Cafardo e Felipe Resk, e apenas uma assinada como ‘da redação’, evidenciou que a construção dos discursos a respeito da Dra. Joana e a situação em que ela estava envolvida, de supostamente ter falsificado um diploma de Ph.D., expressam decepção, mas acima de tudo, reforçam o ‘compromisso com a verdade’ que os jornalistas e o jornal possuem, algo usado para esquivar acusações de que se tratava de um ataque pessoal à professora. Esse movimento também ocorre quando o discurso jornalístico indica a ‘culpa’ da professora na polêmica que ora estava envolvida, a exemplo do trecho em que destacam

A informação do pós-doutorado em Harvard consta no currículo de Joana na plataforma Lattes, o sistema oficial que reúne informações de pesquisadores de todo o País. **O preenchimento é feito pelo próprio profissional** (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso).

Outras construções discursivas comuns nas reportagens, foram àquelas que destacavam que Joana não era digna de confiança, nem mesmo quando se tratava de suas próprias pesquisas, algo reforçado com a necessidade de os jornalistas sempre recorrerem a confirmação de terceiros/branquitude, incluindo outros cientistas de áreas correlatas a de Joana, para confirmar até mesmo informações que não estavam relacionadas diretamente a formação acadêmica da mesma, algo que discutiremos melhor no quadro analítico da Intencionalidade, mais adiante.

Quanto aos contatos que as equipes de reportagem fizeram com Joana durante a construção do texto jornalístico, em alguns excertos discursivos as construções evidenciam uma atitude de confronto dos jornalistas para com a professora, como no trecho “**Novamente**

questionada, ela admitiu que ingressou aos 18, mas sustenta que foi aprovada no vestibular com 14 anos” (Resk; Cafardo, 2019, grifos nossos). Essa construção nos parece problemática não pela checagem de fatos, algo comum no jornalismo investigativo, mas porque foi redigida de maneira a induzir o público do jornal a interpretar que as vítimas foram o *Estadão* e seus jornalistas, que tal qual entes misericordiosos, deram inúmeras chances de ‘retratação’ para Joana antes de publicar a reportagem, como se essa ação fosse decisiva para a não publicação de tal pauta.

Já a análise da Subjetividade nos artigos de opinião escolhidos, demonstrou uma hostilização/vilanização mais explícita de Joana, imputando culpa e relevância muito maiores para suas ações.

Quadro 4 – Análise da Subjetividade nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	1. Subjetividade	Quais são as crenças, valores e emoções expressas pelo enunciador?
Análise dos artigos de opinião		
• Hostilizam/vilanizam Joana, imputando uma culpa e uma relevância muito maior para suas ações; • Relativizam/recusam as justificativas oferecidas por Joana; • Têm receio de que a situação de Joana reverbere negativamente na ‘ciência brasileira’; • Expressam o quanto se sentem enganados por Joana; • Ficam na defensiva quando tentam se afastar da problemática racial que acompanha o caso;		

Fonte: Os autores (2025).

Um exemplo disso, para além dos recursos linguísticos que serão discutidos adiante, é a relativização ou mesmo recusa das justificativas apresentadas pela professora, na tentativa de se defender da exploração pública de sua imagem, como nos excertos:

Ao ser pega na mentira, desmascarada por uma reportagem que denunciou não existir o título de PhD em Harvard que ela dizia possuir, a doutora em química **Joana D’Arc Félix de Sousa tentou se proteger usando o racismo como escudo. [...] A professora erra ao fazer essa avaliação.** A reportagem trouxe à tona uma verdade incômoda, mas isso não tem nada a ver com racismo. **Ela mentiu.** Admitiu que nunca fez pesquisa em Harvard, uma das mais conceituadas universidades do mundo. Se desculpou e disse que a inclusão da informação em seu currículo Lattes e a divulgação do falso título em diferentes entrevistas e nas suas redes sociais não foi má-fé, mas uma falha. [...] “A gente se empolga e acaba falando demais. É uma falha, peço desculpas, é uma falha”, afirmou na manhã desta quinta-feira (16) ao jornal Folha de S.Paulo. **Não se trata de ser negra ou não. Se trata de ser mentirosa** (Bresser, 2019).

“Eu não menti”. Afirmou Joana à repórter. **Ela continuou a insistir que seria apenas algo como um pequeno exagero** ter forjado sua saga de superação. Pequeno? **Ludibriou aqueles que a chamaram a fazer palestras** justamente por acreditarem em suas mentiras. Isso até em TEDx (Vilicic, 2019).

Ainda nesse aspecto, os artigos de opinião deram mais relevância do que as reportagens para o modo como a situação em que a Dra. Joana estava envolvida afetava/poderia afetar a ciência brasileira. A maior preocupação dos interlocutores foi no quanto a imagem da ciência brasileira estava sendo prejudicada, e redigiram isso responsabilizando a professora por todos esses danos – embora os danos à imagem da professora com toda a repercussão e exploração midiática do caso muitas vezes fosse rebatido com movimentos defensivos de uma branquitude que tenta a todo custo, se afastar de sua responsabilidade racial. Isso fica evidente até mesmo no título dos artigos, como no caso de um dos textos da VEJA, intitulado *A doutora mentirosa pode destruir a imagem da ciência brasileira* (Vilicic, 2019). Ainda nessa mesma reportagem, há alguns excertos como

Com isso, prejudica em demasia a imagem da ciência brasileira. Imagem esta que já tem sofrido agressões o suficiente, de muitos lados, inclusive do presidente Jair Bolsonaro e dos seus [...]. Com suas **falácias**, Joana D’Arc Félix de Souza **dá munição aos obscurantistas**. Assim, concede **desculpinhas** àqueles que querem ver como **enganadores, limitados ou não produtivos nossos cientistas, filósofos, estudiosos** (Vilicic, 2019).

A verdade é que ela não precisava disso. Não precisava inventar um título que não tem. O episódio da "falha" **joga muito contra pesquisadores e cientistas do País inteiro**, especialmente em um momento tão delicado para a educação superior (Bresser, 2019).

A história era tão extraordinária que parecia digna de um roteiro cinematográfico — e estava mesmo programado um filme sobre a vida de Joana, produzido pela atriz Taís Araújo. O **enredo magnífico**, no entanto, sofreu um vigoroso abalo. O motivo: **Joana mentiu em diversos pontos de seu relato** (Thomas, 2019).

Por fim, Joana D’Arc Felix, ao se pronunciar sobre o caso, **usou de um expediente ainda pior: disse estar sofrendo uma perseguição racista**. [...] Uma saída patética e tristíssima para um caso no qual perdemos todos [...]. (Cruz, 2019).

Se nas reportagens as emoções foram ‘postas de lado’ em nome de uma suposta neutralidade, o mesmo não ocorreu nos artigos de opinião. Os jornalistas que produziram textos a respeito de Joana, não usaram ‘meias palavras’ para culpa-la por toda a sua desgraça, há exemplo da jornalista de moda Deborah Bresser, mulher cisgênero branca, de cabelos castanhos cacheados e olhos verdes, escreveu ao R7 que “O episódio da "falha" [de Joana] **joga muito**

contra pesquisadores e cientistas do País inteiro, especialmente em um momento tão delicado para a educação superior” (Bresser, 2019, grifos nossos). A desproporcionalidade da culpa que foi atribuída à professora Sousa, reforça aqui a desumanização do sujeito negro discutida por Fanon (2008, p.30), usando de um discurso que perpetua o chamado “desvio existencial” que a branquitude impõe aos corpos negros, para mais uma vez produzir “uma construção do branco” do que é ser negro, e nesse caso, transformar em objeto uma mulher negra que ousou ocupar uma posição de destaque como uma cientista premiada.

Ao generalizar o quanto Joana prejudicava “pesquisadores e cientistas do País inteiro”, e reforçar o quanto a situação que concernia apenas à ela própria e sua formação era capaz de fazer passar “como enganadores, limitados ou não produtivos nossos cientistas, filósofos, estudiosos”, os jornalistas fizeram operar a dualidade do Nós x Eles, sendo ‘Nós’ a branquitude de jornalistas, cientistas e afins, e ‘Eles’ ou ‘Outros’, os grupos que não atendem os padrões determinados por essa mesma branquitude, que aqui no caso são representados por Joana.

Se trata da estratégia midiática de “autoapresentação positiva e outro apresentação negativa”, com um grupo de jornalistas “tolerantes e modernos negando, ou pelo menos mitigando, o ‘nosso’ [jornalistas] racismo, ao mesmo tempo que se focalizam nas características negativas dos outros [professora Joana]” (van Dijk, 2005, p. 9). Falaremos mais acerca desse preciosismo com ‘A’ ciência brasileira também na descrição dos quadros onde analisamos o Uso Linguístico e a Intencionalidade dos materiais nos quadros mais adiante nesse texto.

A polarização Nós x Eles foi uma constante tanto nas reportagens, quanto nos artigos de opiniões que analisamos, e desde que entendemos que “as ações discriminatórias são (intencionalmente ou não) baseadas em representações negativas dos outros e de sua posição na sociedade” (van Dijk, 2008, p. 60), isso nos disse muito acerca de como o racismo midiático está solapado na mídia hegemônica brasileira, e nos permite entendê-lo como um dos pilares para o racismo estrutural que infiltra o solo de nosso país.

Vale ressaltar, entretanto, que embora em nossa análise nos tenha ficado evidente as implicações da falta de sensibilidade racial demonstrada pelos enunciadores, isso não exclui a existência de manobras discursivas no texto, para esquivar apontamentos de um racismo discursivo, como o que ora aqui sustentamos, vide:

A professora erra ao fazer essa avaliação. A reportagem trouxe à tona uma verdade incômoda, **mas isso não tem nada a ver com racismo. Ela mentiu. Admitiu que nunca fez pesquisa em Harvard**, uma das mais conceituadas universidades do mundo. [...] **A questão não é a cor da pele, mas a conduta mentirosa.** A reportagem trouxe à tona uma verdade incômoda, mas isso não

tem nada a ver com racismo. [...] **Não se trata de ser negra ou não. Se trata de ser mentirosa** (Bresser, 2019).

Esses movimentos discursivos não foram meros acasos, ou apenas a fim de evitar polêmicas acusações ao veículo de mídia. Para além disso, aqui os interpretamos enquanto um movimento cognitivo suscitado pelo que DiAngelo (2018, p. 35) chama de “fragilidade branca”, que pode ser definido como “um estado em que até mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos”. Assim sendo, isso pode explicar o porquê a jornalista Déborah Bresser (2019) preferiu assumir uma posição defensiva ao afirmar na época que as acusações direcionadas à Joana “não tem nada a ver com racismo”, e mais, ‘refutar’ a professora professando que “A questão não é a cor da pele, mas a conduta mentirosa”.

Essa negação explícita do racismo nos artigos de opinião, nos permite dialogar com aquilo que van Dijk (2015, p. 385, tradução nossa) nos deixa acerca de como a imprensa atua “como uma fonte de informações das elites simbólicas”. Como elites simbólicas, temos àqueles que como “membros dos grupos sociais mais poderosos e as instituições, e especialmente os seus líderes (as elites), têm um acesso mais ou menos exclusivo e um controle sobre um ou mais tipos de discurso público”, ou seja, quaisquer ‘autoridades’ em variados contextos, indo de empresários (patrões), passando por professores universitários, e mais especificamente em nosso caso, cientistas e jornalistas, que controlam os discursos dos ambientes aos quais se relacionam (van Dijk, 2015, p. 206, tradução nossa).

Além disso, essas justificativas para isentar os jornalistas de terem alguma motivação racial para insistirem em denunciar Joana, pode ser explicada pela “culpa”, que conforme argumenta Kilomba (2019, p. 43-44)

[...] é vivenciada em relação a um ato já cometido, ou seja, o racismo já aconteceu, criando um estado emocional de culpabilidade. As respostas comuns à culpa são a intelectualização ou racionalização, isto é, a tentativa do sujeito branco de construir uma justificativa lógica para o racismo; ou descrença, assim o sujeito branco pode dizer: ‘Nós não queríamos dizer isso nesse sentido’, ‘você entendeu mal,’ ‘para mim não há negras/os ou brancas/os, somos todos humanos.’

Assim, essa empreitada intelectual e emocional para escapar da discussão da raça, é na verdade uma “estratégia para reduzir os desejos inconscientes agressivos em relação às/aos ‘Outras/os’”, e amenizar a culpa que sentem (Kilomba, 2019, p. 44).

Para a análise do Uso linguístico nos materiais analisados, levamos em consideração o uso de recursos como metáforas, hipérboles, advérbios de intensidade e demais estratégias linguísticas empregadas pelos jornalistas ao redigirem seus textos.

Quadro 5 – Análise do Uso Linguístico nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	2. Uso Linguístico	Quais os recursos linguísticos utilizados? (Metáforas e Hipérboles)
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Escrita em forma de narrativa 'onisciente', para conferir neutralidade a reportagem; • Personificação ao se referir ao Estado como uma espécie de entidade que desmascarou Joana, isentando os jornalistas que nomeiam e são responsáveis pela reportagem; • Ironia quanto aos títulos acadêmicos e demais feitos de Joana;		

Fonte: Os autores (2025).

No caso das reportagens do *Estadão*, apesar de terem sido construídas de modo impessoal, os textos não deixaram de resultar em uma construção narrativa no mínimo questionável, pensando no campo da representação discursiva, pois se afastam de qualquer responsabilidade de discutir como o racismo e as desigualdades sociais impedem que mulheres negras como Joana alcancem posições de destaque no campo da ciência, apenas para reforçar que foi a professora quem mentiu ou negou justificativas ao ‘Estado’ – a personificação quase mitológica do jornal para o qual trabalhavam.

O **Estado** entrevistou Joana pela primeira vez no fim de 2017. Na oportunidade, ela afirmou ter morado por dois anos em Cambridge, onde fica Harvard, e voltou ao Brasil após a morte do pai (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso).

O **Estado** mandou o documento para Harvard que, ao analisá-lo, informou que não emite diploma para pós-doutorado (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso).

Foi com intuito de contar a história de superação de Joana que o **Estado** viajou para o interior de São Paulo (Resk; Cafardo, 2019b, grifo nosso).

[...] o **Estado** revelou que a professora de 55 anos declarou uma formação na Universidade Harvard que ela não possui e usou um diploma falso na tentativa de confirmar a informação (Resk; Cafardo, 2019b, grifo nosso).

A primeira estratégia discursiva identificada é a adoção de uma narrativa "onisciente", justamente para dar a impressão de que há neutralidade nas reportagens. Essa quimera de ‘imparcialidade’ no discurso midiático com ‘missão informativa’, serve para mascarar os processos de dominação simbólica, na medida em que a instância de produção dos textos se

apresenta como uma mera observadora imparcial, enquanto na realidade, ela mesma seleciona e enquadra informações para enfatizar ou suprimir as informações que mais lhe forem convenientes (van Dijk, 2015). Nesse caso, são jornalistas brancos usando sua ‘voz’ para proteger uma branquitude acadêmica cujo legado foi ‘ameaçado’ por Joana, usando escolhas lexicais e estilísticas que, conforme nos deixa van Dijk (2016, p. 195), “geralmente ou contextualmente expressam valores ou normas, e que, portanto, são usadas para expressar um julgamento de valor”.

Assim sendo, ao estrategicamente atribuir ao ‘*Estadão*’ — uma entidade abstrata — a responsabilidade por “desmascarar” as supostas inconsistências no currículo de Sousa, os sujeitos reais da comunicação, os jornalistas Renata e Felipe, além de editores que decidiram sobre o enfoque editorial, permaneciam ocultos e inertes em um “ambiente social que os protege e isola do estresse relacionado às questões raciais” (DiAngelo, 2018, p. 36).

Ao tratar com escárnio toda a formação acadêmica de Joana, mencionando-a estrategicamente nos últimos parágrafos da reportagem, após enfatizar o quanto foi “sua história de superação” que motivou o jornal a procurá-la, reforçam o estereótipo de que pessoas negras precisam ser extraordinárias para receber reconhecimento, enquanto pessoas brancas são naturalmente qualificadas. Mas o que esse estereótipo dos textos da mídia fez com Joana? Ele tomou para si as características mais simples e memoráveis sobre a professora, a reduziu a esses traços e depois os exagerou a bel prazer. Assim, reduziu, essencializou, naturalizou e fixou a “diferença” entre Joana e os ‘cientistas de verdade’ (Hall, 2016).

Esse “fetichismo e rejeição” aplicado à Joana, ou seja, essa “substituição do todo pela parte, de um sujeito por uma coisa” (Hall, 2016, p. 205) é o que descreve o caráter ambíguo com a qual a mídia procede na representação de pessoas racializadas: ao mesmo tempo que celebra indivíduos negros como exceções, rejeita qualquer possibilidade de igualdade e equidade plenas, ao ignorar as condições sistêmicas causadas pela própria branquitude, e que perpetuam a exclusão, ou aqui em nosso caso, o acesso de mulheres e meninas negras à carreiras na área das ciências.

O Uso Linguístico nos artigos de opinião, foi complementar ao das reportagens, mas apresentou estratégias que intensificaram o discurso a respeito da ‘imoralidade’ de Joana, principalmente porque os jornalistas dispensaram a necessidade de polir as palavras que escreviam para desvanecer o racismo que estavam destilando.

Quadro 6 – Análise do Uso Linguístico nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
------------------	-----------	----------

Memória Pessoal	2. Uso Linguístico	Quais os recursos linguísticos utilizados? (Metáforas e Hipérboles)
Análise dos artigos de opinião		
• Constante uso de apóstrofe, para estreitar a comunicação direta seja com o público e/ou com Joana; • Uso de advérbios de intensidade para maximizar as consequências das ações de Joana; • Uso de metáforas para aumentar a responsabilidade de Joana. Ex: “Deu munição para...”; • Uso de verbos que caracterizam negativamente Joana/suas ações. Ex: ludibriou, enganou, mentiu;		

Fonte: Os autores (2025).

É lamentável que Joana tenha inventado essa experiência e se deixado engolir pela própria mentira. **Sua trajetória já é louvável, linda e inspiradora, mesmo sem PhD em Harvard** (Bresser, 2019, grifos nossos).

Não sendo mais as universidades centros de verdadeira cultura, como eram no tempo de sua criação no Ocidente – onde se produzia um tipo de conhecimento que “era o sistema de ideias sobre o mundo e a humanidade que o homem de então possuía” e o repertório de convicções que norteava sua existência –, mas somente fábricas de diplomas e de cientistas que vivem às custas de bolsas de estudo sem produzir nada de relevante, resta-nos, portanto, administrarmos o susto de, vez por outra, termos de lidar com nossa duríssima realidade através de exemplos fraudulentos – e tristes, muito tristes – como o de Joana D’Arc Felix de Sousa (Cruz, 2019).

Ao ser questionada novamente, disse que era um diploma feito para uma encenação teatral. Enfim, o castelo de cartas caiu (Cruz, 2019).

Mentiu, sim. **Sua atitude forneceu munição** para ataques preconceituosos — e pode minar os sonhos daqueles que desejavam um dia ser como ela se apresentara (Thomas, 2019).

Ao não explicar lorotas, como a de um falso diploma de Harvard, Joana D’Arc Félix **dá munição a obscurantistas** que atacam professores e alunos do país (Vilicic, 2019).

De todos os artigos de opinião analisados, um deles se destacou por fazer uso de um combo de recursos estilísticos para construir o roteiro de drama perfeito, onde a antagonista era Joana, e os inocentes vitimados por ela foram a imprensa e a ciência brasileira. O artigo foi publicado pela VEJA, e é de autoria de Filipe Vilicic. Antes de apresentar alguns dos trechos da reportagem, vale novamente descrever fenotipicamente o nosso enunciator da vez. Aqui, entretanto, farei uma dinâmica diferente, pois para além de dizer que ele é um homem branco, de cabelos lisos escuros e barba proeminente, utilizarei trechos de uma reportagem anterior²² de autoria dele, onde se autodescreve:

²² Trata-se do artigo de opinião “Por que o que Cocielo falou de Mbappé foi racista (e sobre fazer “mimimi”)”, publicada na Veja em outubro de 2018, e que segue disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/a-origem-dos-bytes/por-que-o-que-cocielo-falou-de-mbappe-foi-racista-e-sobre-fazer-mimimi>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Sou fã da boa comédia politicamente incorreta. sou homem, branco, heterossexual e estou numa posição de poder. **Nasci privilegiado.** Não tenho do que fazer “mimimi”. [...] Jamais fui maltratado por minha cor, etnia, classe social ou orientação sexual. Quando estou em uma reunião, ou em qualquer lugar da vida, é comum que baixem a voz, naturalmente, para falar comigo. Sou facilmente atendido em qualquer lugar, seja um restaurante ou uma balada. Não atravessam a rua ao me ver; pelo contrário, é comum que me abordem, por vezes só para perguntar um “tá tudo bem?”. E são incontáveis as vezes em que ouço coisas do tipo: “como você tem cara de rico” ou “nossa, que sorte você ter nascido com um cabelo assim”. [...] Jamais senti o preconceito na pele. Nasci como privilegiado. **Seria um cidadão grego na Grécia de antigamente.** Frequentei as melhores escolas, tive acesso amplo à cultura e tudo mais. Por isso sou seguro, confiante, liberto, sem medo da vida (Vilcic, 2018, s.p, grifos nossos).

Nesse ponto do texto farei um exercício um tanto incômodo para os padrões da academia eurocentrada e objetiva que já muito critiquei com a ajuda de Grada Kilomba (2019): ficarei ainda mais pessoal na pesquisa. Entendo que o foco de nossa análise aqui são os textos midiáticos que envolvem Joana, mas eu, Susan, não poderia deixar de analisar um trecho tão significativo como o apresentado acima, pois o mesmo jornalista branco que em junho de 2018 construiu um texto onde ofereceu uma “explicação científica para o preconceito” em uma situação de racismo entre duas figuras públicas, dizendo objetivar “uma autocrítica, uma autodepreciação da classe, etnia e gênero ao qual pertença”, e bravatando “arregacei as mangas e resolvi aproveitar os privilégios de minha posição para fazer algo que preste”, foi o mesmo que usou inúmeros adjetivos para ofender Joana, em um texto que, de todos os que analisei nessa tese, foi o que mais me gerou incômodo – além de paralisia e repulsa.

Filipe é a expressão da branquitude brasileira. É, e sabe que é um homem poderoso, praticamente imune à julgamentos e problemas sociais, tanto que não hesita em se declarar fã do ‘politicamente incorreto’, e embora tente fingir humildade, se orgulha que os outros digam que ele tem ‘cara de rico’, afinal, é praticamente um grego da ‘diáspora’ (risos, pois aqui temos um exemplar da “patologia-protesto” (Sovik, 2004, p. 367)), que na ânsia pela validação de brancura recorreu aos antepassados europeus, como já mencionei anteriormente nessa pesquisa). Mas modesto que é, jamais poderia deixar de cumprir seu papel de usar sua posição para cumprir com o dever moral de cientificamente provar: existe racismo no Brasil!

Padeceu, porém, de memória curta, pois em maio de 2019 (menos de um ano!), publicou um artigo onde foi categórico em primeiro comover o público dizendo o quanto se sentiu pessoalmente enganado por Joana, para depois minuciosamente escolher verbos que imputassem diversas ações exageradamente hiperbólicas para culpá-la de todas as maneiras:

Emocionei-me, com direito a lágrimas, na primeira vez em que li a história de Joana D’Arc Félix de Souza em VEJA. Era fantástica a saga da menina pobre que aprendeu a ler aos 4 anos de idade, passou na Unicamp aos 14, encarou o racismo no Brasil e nos Estados Unidos, conquistou pós-doutorado em Harvard [...]. “Eu não menti”. Afirmou Joana à repórter. **Ela continuou a insistir que seria apenas algo como um pequeno exagero ter forjado sua saga de superação.** Pequeno? **Ludibriou** aqueles que a chamaram a fazer palestras justamente por acreditarem em suas mentiras. Isso até em TEDx. **Enganou** os que deram espaço à sua voz na mídia. **Iludiu** também jovens que podiam ver nela inspiração para também chegarem tão longe quanto Harvard. **Trapaceou**, de tantas formas.

Não bastasse todos os disparates que dirigiu à Joana, terminou fazendo o que de melhor faz a branquitude: negando qualquer produção epistêmica que não seja de pessoas que atendam aos padrões eurocêntricos e ocidentais da ‘Ciência Moderna’:

[...] O maior risco é alguns passarem a tê-la como exemplo típico da academia brasileira. **Em vez de se recordarem de bons nomes, do passado e de agora, como Duília de Mello, Milton Santos, Walter Neves, Mayana Zatz, Marcelo Gleiser, Artur Ávila, Oswaldo Cruz, César Lattes, Carlos Chagas, Vital Brazil, Johanna Döbereiner etc., etc. e etc.**

A linguagem é uma ferramenta poderosa de subjugação, e essas escolhas lexicais de Vilicic em seu texto a respeito de Joana expõe um mecanismo de silenciamento e deslegitimação contra tudo o que a pesquisadora produziu e representa. Gabarita naquilo que Kilomba (2019, p. 82) nos explica ser as três formas de desrespeito que mais importam na vida das pessoas negras que vivem em sociedades dominadas por pessoas brancas: desrespeito político, desrespeito social e desrespeito individual. Esses desrespeitos são o que, dolorosamente “tornam a nossa realidade real”. Elas “colocam as vozes de grupos marginalizados como secundárias, privando-nos do direito à autorrepresentação”.

No trecho que destaquei acima, esse incômodo com o que Joana representa principalmente para as mulheres negras cientistas ou aspirantes à tal, fica ainda mais concreto: Vilicic **ESCOLHEU**²³ aplicar uma espécie de cota racial para citar “bons nomes” de cientistas brasileiros, cujos legados Joana, sozinha, colocou em risco. Isso porque, dos onze nomes citados pelo jornalista, apenas Milton Santos era um homem negro. Todo o restante, eram homens brancos e mulheres brancas. É claro, a elite científica nacional só poderia ter sido construída com a presença de uma branquitude tão generosa, a ponto de até permitir que um ou outro nome

²³ Faço questão de grifar esse termo, para não deixar sequer uma margem de possibilidade que leve a interpretação que isento a ação do jornalista, e transforme sua atitude em algo inconsciente. Não acredito nisso, pois não falamos aqui de alguém que desconhece o *modus operandi* da redação dos textos jornalísticos. Não é como se fosse um *tweet* publicado em uma centena de caracteres impulsivos. Foi um texto meticulosamente idealizado, redigido, revisado e então publicado.

fosse de alguém que destoasse da brancura padrão – mas desde que não cruzasse certos ‘limites’²⁴. E olha que falamos de limites bastante convenientes, e flexíveis, como possibilitar que ideais eugênicos se fortalecessem, com a desculpa de uma necessária sanitização do país, à exemplo do pai do sanitarismo brasileiro, Oswaldo Cruz, herói da ciência nacional lembrado pelo jornalista da VEJA.

Não pretendo aqui, discutir os méritos de Oswaldo Cruz. Nem tampouco, é minha intenção sugerir que invalidem suas contribuições para o avanço das ciências no Brasil. Apesar disso, é também consenso entre autores como Schwarcz (1993)²⁵ e Stepan (1976), que o legado de Cruz não impediu que ele, com suas campanhas públicas, “se transformasse em uma personalidade impopular” (Schwarcz, 1993, p. 269). Concordamos com Santos (2019, n.p.) quando este afirma que “o sanitarismo em si não era um problema. A divisão entre os que pretendiam higienizar o País e os que queriam “purificar a raça”, porém, era tênue”, e é nesse ponto que pesquisadores que se diziam discípulos de Oswaldo Cruz – a exemplo de Artur Neiva – simultaneamente atuavam no movimento sanitarista e no movimento eugenista, defendendo abertamente a necessidade de um branqueamento da população brasileira (Santos, 2019).

Partindo do modo como Joana foi posicionada pelo jornalista, como alguém que era um contraexemplo nos campos acadêmico e científico, problematizamos a necessária inversão dessa situação, buscando romper com essa universalização da ciência que permite que certos “exemplos típicos” escapem do revisionismo, enquanto pesquisadores da atualidade, em especial os que desafiam os padrões estabelecidos, sejam rechaçados ao menor deslize. De acordo com Stengers, é justamente quando as palavras de ordem dirigidas a nós são proferidas pelos “especialistas”, é que precisamos dar um passo para trás e desconfiar, em especial quando o discurso é fundado em um tom professoral e moralizante.

Ainda de acordo com a autora, quando a igualdade mina a possibilidade de construção de diferenças dentro dos processos sociais, ela se torna algo negativo, um *pharmakon*, “que

²⁴Como pontua Alves (2024) em sua dissertação de mestrado, por mais que a obra e atuação de Milton Santos receba críticas por não discutir a questão do negro no Brasil, o que aconteceu foi um processo de silenciamento enfrentado pelo pesquisador. Um exemplo oferecido por Alves (2024), é um discurso dado por Santos na Universidade de São Paulo (USP) ao ser homenageado, onde ele falou sobre a necessidade de ampliar o acesso de pessoas negras às universidades. Esse momento de seu discurso, porém, foi transformado por seus interlocutores em apenas uma ‘nota de rodapé’, e não teve o impacto que o autor pretendia inicialmente. Ou seja: Milton Santos só foi ouvido, até o ponto onde não cruzou o limite do que era confortável para a branquitude acadêmica.

²⁵Em seu livro *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XX*, Lilia Schwarcz nos traz uma ampliada revisão acerca de como os principais nomes da ciência brasileira fomentaram o racismo científico, muitas vezes sob o pretexto de ser uma ‘questão de saúde’. Em uma das passagens do livro, Schwarcz discute que Oswaldo Cruz nunca escondeu seu caráter “autoritário de auto-suficiente [sic]”, inclusive apresentando declarações bastante pretensas acerca de como o governo da época o deixaria livre e com todos os recursos necessários para seguir com seu plano de vacinação obrigatória, ou “ditadura sanitária”, como ficou conhecida (p. 230).

pode se tornar veneno quando associada não a uma produção, mas um imperativo, e a um imperativo que sempre incumbe porta-vozes privilegiados” (Stengers, 2015, p. 133). Não se trata então de defender a existência de uma “verdade objetiva científica”, e sim de relações desiguais de poder de “raça”, que intenciona a todo custo, manter a ideia do que é ciência como “‘propriedade’ exclusiva e inquestionável da branquitude” (Kilomba, 2019, p. 53).

Ao analisarmos a Intencionalidade dos textos, nos preocupamos em mapear a intenção explícita dos enunciadores e a respeito do que gostariam de convencer seu público.

Quadro 7 – Análise da Intencionalidade nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	3. Intencionalidade	Qual a intenção explícita do enunciador? Convencer sobre o quê?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Afirmar que Joana é mentirosa e fraudadora; • Reafirmar o compromisso do jornal/jornalistas com ‘a verdade’; • Afirmar e sustentar um discurso meritocrático; • Reafirmar quais são os/as sujeitos/sujeitas que podem acessar a universidade - no caso, a branquitude (polarização nós/eles); • Desqualificar Joana enquanto pesquisadora/cientista, e minimizar a relevância dos resultados já obtidos por ela e seus alunos em suas pesquisas; • Demarcar a ciência enquanto um espaço de branquitude, por meio da validação por ‘pares’;		

Fonte: Os autores (2025).

Analisando a Intencionalidade dos jornalistas nas reportagens, mais uma vez fica nítida a construção discursiva que desqualifica a trajetória acadêmica e profissional de Joana. A característica dos textos foi a intenção de convencer que a professora era uma fraudadora, e que suas conquistas seriam fruto de falsidade, inclusive insinuando – ou seria afirmando? – que ela era uma criminosa “condenada pela Justiça em 2014 a devolver R\$ 369,2 mil para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) por uma pesquisa que ela não comprovou ter feito” (2019), conforme enfatizado por Resk e Cafardo, usando de maneira desonesta uma ocorrência desconhecida por Joana, que quando veio à público explicou sequer ter sido notificada sobre prestação de contas e menos ainda processo movido pelo órgão. Inclusive, para apontar as inconsistências na narrativa da mídia, percebemos que nem houve consenso quanto aos supostos valores que a pesquisadora devia, pois em outro texto, o artigo de opinião de Cruz (2019), falou-se em 278.166,19 – quase 100 mil à menos do que o noticiado pelo *Estadão*.

Mas sem dúvida, o que mais chamou nossa atenção foi o forte discurso construído para diferenciá-la dos ‘cientistas de verdade’, algo intensificado pela necessidade constante de recorrer à terceiros para validar todas as informações sobre Joana, chegando até a desqualificar diretamente um dos trabalhos da professora, ironizando com o termo “pesquisa de ponta”. Vejamos alguns dos excertos mais significativos, e que representam bem a intenção de Filipe e Renata em invalidar o conhecimento de Joana:

A pedido da reportagem, **dois ex-alunos** procuraram o nome dela em um **sistema fechado** apenas para quem estudou na instituição e não encontraram, mesmo tentando com diferentes grafias” (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso)

Segundo cientistas, em um pós-doutorado, o pesquisador é convidado para fazer parte de um programa pré-estabelecido de um profissional que está no topo na carreira em uma universidade, no Brasil ou no exterior (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso).

Entre os prêmios recebidos pela professora, destaca-se o de melhor pesquisadora, dado em 2014 pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), por sua pesquisa com pele artificial. Na ocasião, foi divulgado que a professora submeteria amostras do resultado **a uma especialista da USP**, que testaria a compatibilidade com a pele humana. A reportagem **procurou a especialista** para saber se a pesquisa de Joana tinha bons resultados. “Ela nunca me mandou as amostras”, disse pesquisadora da USP, ao Estado. “Não posso emitir parecer” (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso).

Segundo o professor titular de Físico-Química da USP, Paulo Sergio Santos, porém, a área de Klemperer “não tinha absolutamente nada a ver” com o que pesquisa Joana (química orgânica). Ele explica que Klemperer era um físico-químico e fazia um estudo muito fino de estrutura molecular, com altíssima precisão. **Para Santos, por causa da concorrência por vagas de pesquisadores do mundo inteiro, a chance de uma pesquisadora de área diferente do orientador ser convidada é “quase zero”**. “Harvard está em primeiro lugar sempre, principalmente em química e física, é só contar o número de prêmios Nobel de lá” (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso).

Na Etec, Joana orienta uma série de projetos de iniciação científica, em que se propõe a criar de pele artificial para transplante humano a roupas mais seguras para bombeiros. **“Pesquisa de ponta”**, é como a professora costuma classificar, embora ela e os estudantes só **dispunham de um laboratório precário com oito bancadas e até instrumentos improvisados de garrafa pet** (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso).

Essas construções discursivas são expressões do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022) em pleno funcionamento na mídia, pois ao direcionarem questionamentos que a própria Joana seria capaz de responder, a outros cientistas e professores, perpetuam que Félix não é qualificada o suficiente para falar sobre seu próprio trabalho. Para intensificar a desqualificação de Joana, valeu até mesmo desmerecer sua trajetória acadêmica, como na primeira reportagem publicada sobre o caso, em 15/05/2019, onde apenas nos últimos parágrafos, após toda a

construção da problemática da ‘fraude’ nos diplomas da professora, é que mencionam a formação acadêmica completa, anterior ao pós-doutorado, conforme

Joana, de fato, cursou graduação, mestrado e doutorado na área de Química na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Suas pesquisas envolvem produção de couro ecológico e a reprodução de pele humana artificial para transplante. **A maior parte de prêmios, palestras ou entrevistas, entretanto, focam na história de vida da professora** (Resk; Cafardo, 2019a, grifo nosso)

Como nos alerta Bento (2022, p. 12) as discriminações dentro de organizações como é a própria imprensa, operam de modo a buscar sempre uma forma ‘racional’ de lidar com situações engendradas em dilemas éticos, incluindo questões de diversidade e acesso à ambientes institucionalizados. Portanto, se “constatamos representação excessiva de pessoas brancas nos lugares mais qualificados é porque elas mereceram isso, e a ausência de negras e negros e de outros segmentos deve-se ao fato de não estarem devidamente preparados”. Propomos ainda, que essa problemática seja elevada em algumas potências, visto que Joana faz parte de um grupo de profissionais cuja área sempre se gabou de possuir a racionalidade em sua gênese: falamos da Ciência, com ‘C’ maiúsculo!

Mas aqui, concordamos com Stengers (2015, p. 26) ao atribuir a essa mesma Ciência sua parcela de culpa em todo o tratamento racista recebido por Joana, porque não que esperássemos que ela fosse capaz de “evitar a barbárie” – já que ela também a produz – e nesse caso em específico, é pertinente ressaltar que, a mesma Sociedade Brasileira de Química (SBQ), instituição que celebrou com uma entrevista²⁶ a visibilidade e prêmios recebidos pela pesquisadora e química Joana D’Arc, não emitiu qualquer nota ao menos ‘atestando’ que haviam muito mais verdades dos que suspeitas na carreira da professora.

O único movimento realizado pela SBQ após a série de publicações do *Estadão*, foi editar o texto, publicado meses antes das dúvidas quanto a carreira da professora virem à público, como uma forma de se blindar de possíveis acusações de espalhar ‘informações falsas’, deixando como nota que removeram “da história todas as referências a Harvard em 21 de maio de 2019” e “reviram a história novamente em 3 de junho de 2019, para reduzir o número de patentes que Félix de Sousa detém” (Rodrigues, 2019).

²⁶ Se trata de uma reportagem publicada em parceria com a revista *Chemical and Engineering News*, em 10 de março de 2019, e disponível em: <https://cen.acs.org/careers/women-in-science/pt-quimica-brasileira-Joana-D-Arc-Flix/97/i10>.

Quanto às intenções explícitas nos enunciados dos artigos de opinião, e das narrativas apresentadas ao público, também nos chamou a atenção as estratégias de deslegitimação da figura de Joana, que ficaram ainda mais explícitas, afirmando que a professora não era uma cientista séria, como no excerto “Joana talvez conseguisse exhibir a quem soube de suas lorotas que ela é a exceção, não a regra. Que há incontáveis cientistas brasileiros sérios à frente de trabalhos igualmente sérios” (Vilicic, 2019). Novamente, esse é um movimento de ataque com base na defesa do padrão epistemológico eurocentrado e branco-cêntrico, e que não aceita que o conhecimento epistêmico proveniente fora desse padrão sejam equiparáveis ou válidos frente à ‘verdadeira Ciência’.

A Intencionalidade nos artigos de opinião, evidenciou que mais do que desmerecimento pela trajetória pessoal de Joana, também definida pelos jornalistas como mentirosa e “vitimista”, cada escolha lexical refletiu na intenção de invisibilizar as conquistas de pessoas negras em campos tradicionalmente ocupados pela branquitude.

Quadro 8 – Análise da Intencionalidade nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	3. Intencionalidade	Qual a intenção explícita do enunciador? Convencer sobre o quê?
Análise dos artigos de opinião		
• Afirmar que Joana não é uma ‘cientista séria’, e, portanto, não representa o ideal de ciência/cientistas brasileiros, • Reforçar que Joana é mentirosa e ‘vitimista’; • Enfatizar o quanto a mídia foi enganada por Joana; • Negar que as situações em que a mídia envolveu Joana tem a ver com questões raciais; • Responsabilizar Joana por ‘estragar’ sua “emocionante” história de vida e manchar definitivamente sua própria trajetória; • Demarcar que Joana é uma ameaça para a ciência brasileira, por dar “munição” para ataques futuros ao campo; • Culpar Joana por um possível agravamento na crise enfrentada pela ciência brasileira, e na incidência de racismo contra pessoas ‘afrodescendentes’; • Apesar do ocorrido, histórias de superação e trajetórias meritocráticas de sucesso continuam sendo emocionantes, e merecem espaço na mídia;		

Fonte: Os autores (2025).

O tom de denúncia com a qual os textos foram redigidos, com a ‘revelação’ da mídia ter sido “enganada” por Joana, foi uma saída para transferir a responsabilidade das narrativas publicadas à cientista, e possibilitar aos jornalistas se isentarem de discutir os processos estruturais que tornam a mídia um dos ambientes mais suscetíveis a reproduzir discursos alinhados aos interesses de uma hegemonia branca. Assim sendo, o produto resultante é um

compilado de textos onde não se fala acerca dos recortes raciais implicados no caso, ao mesmo tempo que Joana é posicionada como sendo uma ameaça ao campo científico brasileiro.

Ao ser **pega na mentira, desmascarada** por uma reportagem que denunciou não existir o título de PhD em Harvard que ela dizia possuir, a doutora em química Joana D'Arc Félix de Sousa tentou se proteger **usando o racismo como escudo** (Bresser, 2019).

Em sua nota de esclarecimento, publicada nas suas redes sociais (que aparentemente foram deletadas), ela escreveu que "tudo que foi publicado já está sendo apurado por um advogado ligado ao movimento negro brasileiro, porque tenho certeza que ainda estão achando que os negros (as) ainda têm que viver na senzala, ou seja, estão achando que os negros (as) não podem estudar, não podem ser doutores, não podem desenvolver pesquisa de ponta. Tudo isso em pleno século 21", **como se a denúncia feita pelo *Estadão* tivesse por base uma perseguição racial** (Bresser, 2019).

O enredo magnífico, no entanto, sofreu um vigoroso abalo. O motivo: **Joana mentiu** em diversos pontos de seu relato (Thomas, 2019).

É nesse antro – que reflete impressionantemente o Brasil atual, apesar de ser o retrato da Espanha de Ortega y Gasset de 1930 – que muitas Joanas D'Arcs são produzidas ano a ano. Evidente que generalizo, que certamente há excelentes pesquisadores e cientistas no Brasil. Mas o que ocorreu, na verdade, é outro fenômeno de que trata Ortega y Gasset: **a universidade perdeu-se de sua missão**. Aquele ambiente científico transmissor de cultura de outrora não existe mais, pois **foi transformado num centro de profissionalização e de pesquisa**, criando um problema paradoxal (Cruz, 2019).

A única sensibilidade demonstrada nos textos, é quando os enunciadores ensinam a autopiedade, admitindo que choraram ao se sentirem traídos por Joana, após inocentemente acreditarem em sua história de mérito e superação. Nesse roteiro de ‘drama’, somente a branquitude controla quem pode ser herói ou vilão.

No que tange à Coesão, o padrão que enxergamos na ordenação estratégica dos fatos das reportagens, é o que desde as primeiras linhas, construiu para Joana a narrativa de “criminosa” ou “fraudadora”.

Quadro 9 – Análise da Coesão nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	4. Coesão	Como o enunciador ordena estrategicamente os argumentos?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Apresenta Joana como criminosa/fraudadora logo nas primeiras linhas da reportagem, antes de oferecer qualquer contexto;		

- Reforça que a notoriedade de Joana tem mais a ver com a ‘superação da pobreza’ do que com seus projetos de pesquisa científica e/ou trabalhos sociais;
- Estrategicamente desloca para os parágrafos finais importantes informações que constatarem ser verdadeiras - que correspondem à quase toda a formação de Joana;
- Apresenta declarações recentes de Joana após o ‘confronto’, mas apenas as partes que corroboram para ‘desmantelar’ sua narrativa, e não como forma de oferecer voz e espaço de retratação para a professora;
- Oferece mais voz à terceiros (aliados) do que à principal envolvida na situação;
- Reforça um comprometido e ‘longevo’ trabalho de investigação do *Estadão*, ao mencionar que apuram detalhes do caso desde 2017, cerca de dois anos antes da publicação do ‘furo’ de reportagem;
- Apresenta fragmentos de declarações de Joana que corroboram com as ‘descobertas’ da reportagem;
- Responsabiliza unicamente Joana pelos ocorridos;
- Recorre a declarações de outros jornalistas/veículos de mídia a fim de consolidar a credibilidade do jornal e seus jornalistas (autoapresentação positiva);

Fonte: Os autores (2025).

Intencionalmente, não houve uma contextualização da trajetória da professora nos parágrafos de abertura, com sua formação acadêmica e relevância no campo científico brasileiro sendo informações deixadas para um último – e já cansado – parágrafo. Houve também, um movimento de buscar apoio em declarações de ‘compadres’, jornalistas de outros veículos de mídia, para consolidar a credibilidade do *Estadão*:

No mês passado, a professora foi escolhida como entrevistada do programa Roda Viva, da TV Cultura. **O programa chegou a ser gravado, mas a emissora decidiu não veicular por causa das inconsistências no currículo de Joana.** “É uma pena, a história dela já seria bonita suficiente se não tivesse essas coisas”, diz o jornalista e apresentador Ricardo Lessa.

Essa é uma estratégia característica da branquitude, na tentativa de invisibilizar a capacidade e valor de pessoas negras em espaços de prestígio (Bento, 2022), direcionando a interpretação do leitor para a credibilidade que especificamente nesse caso, a TV Cultura possuía a seu favor, ao mesmo tempo em que reforçava o descrédito à Joana. Isso condiz com o evidenciado por van Dijk (1998, p. 9), que “opiniões também podem ser expressas de muitas outras formas, muito mais complexas, no texto e na fala, como em manchetes, estruturas narrativas, argumentos, arranjos gráficos, estruturas sintáticas, estruturas semânticas de coerência, tópicos gerais e assim por diante”.

Quadro 10 – Análise da Coesão nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	4. Coesão	Como o enunciador ordena estrategicamente os argumentos?
Análise dos artigos de opinião		
• Apresenta Joana como criminosa/fraudadora logo nas primeiras linhas da reportagem, Início das reportagens enfatiza o quanto a história de Joana era fantástica, e o quanto a mídia foi enganada; • Ressaltam o papel heroico da mídia em denunciar as ‘mentiras’ de Joana; • Reforçam que as atitudes de Joana não condizem com a de uma ‘cientista séria’, e, portanto, ela não representa o grupo; • Apresentam trechos da nota de esclarecimento de Joana apenas para salientar que elas não são suficientes para justificar o ocorrido, e que essa ‘mancha’ em sua carreira continuará existindo; • Oferecem total credibilidade e espaço para a fala dos terceiros que ‘desmascararam’ Joana, enquanto silenciam a mesma e reforçam que ela não é digna de confiança;		

Fonte: Os autores (2025).

Na análise dos artigos de opinião, a ordem narrativa dos textos também priorizou uma construção que em primeiro momento enfatizasse a “fantasia” da trajetória de Joana enquanto a menina pobre que apenas com seu próprio esforço venceu as adversidades, até ocupar uma posição de destaque.

[...] a história relatada pela química Joana D’Arc Félix de Sousa sempre foi vista como de uma **superação exemplar**. [...] A história **era tão extraordinária** que parecia digna de um roteiro cinematográfico — e estava mesmo programado um filme sobre a vida de Joana, produzido pela atriz Taís Araújo. O **enredo magnífico**, no entanto, sofreu um vigoroso abalo (Thomas, 2019).

Depois dessa fabulação inicial – emprestando o termo usado por Jennifer Thomas²⁷ em seu artigo publicado na VEJA – partiram para demonstrar frustração com o “engano” da mídia, resultando na já corriqueira desconfiança sistemática direcionada a indivíduos negros em posições de destaque, além de reforçarem que agora Joana imputou uma “mancha” em sua própria carreira, que sobressai apesar de seu mérito.

É muito triste que isso tenha sido feito justo por Joana. O mérito de seu esforço acadêmico não pode ser desmerecido, **mas fica uma mancha que não deveria existir** (Bresser, 2019).

²⁷ Falamos do texto intitulado “As fabulações da doutora”, que também integra o escopo de nosso corpus de pesquisa, e que foi publicado pela *Veja* em julho de 2019. O artigo na íntegra consta no Apêndice B, ao final deste documento.

Mesmo com a personalidade dos textos de opinião, a construção discursiva não deixou de pautar a superioridade da mídia enquanto entidade supostamente neutra e objetiva, que foi “vítima” da história de Joana. Isso pode ser representado na defesa explícita que Bresser (2019) se empenhou em fazer aos jornalistas do *Estadão*, os grandes heróis justiceiros que trabalharam duro para mostrar o que Joana não era, ao expor suas supostas falhas. No trecho, que apresentamos a seguir, a jornalista repreendia Joana por ter acionado um advogado ligado ao movimento negro brasileiro para defendê-la “[...] como se a denúncia feita pelo *Estadão* tivesse por base uma perseguição racial. A professora erra ao fazer essa avaliação. A reportagem trouxe à tona uma verdade incômoda, mas isso não tem nada a ver com racismo”, escreveu Bresser.

Interpretamos que essa retórica de posicionar os veículos de comunicação como porta-vozes da verdade, já nega a Joana qualquer possibilidade de se defender de forma equivalente. Praticamente todas as reportagens analisadas têm como material de origem a reportagem de Resk e Cafardo para o *Estadão*, o que mostra que a branquitude midiática se protegeu e confiou tanto em si mesma, que a necessidade de contatar a professora ou proceder uma nova averiguação para apresentar fatos inéditos foi dispensada, o que legitimou a credibilidade dos veículos de mídia e dos jornalistas envolvidos, enquanto diminui e invalida a perspectiva da professora.

As reportagens também reforçam a ideia de que as ações de Joana não são condizentes com a de uma “cientista séria”, e que, por isso, ela não era um ‘bom exemplar’ do grupo. Esse ponto é crucial para entender como a branquitude opera na mídia: ao colocar Joana como um “desvio” ou uma “anomalia” dentro da comunidade científica, as reportagens reafirmam um padrão racializado de pertencimento que exclui pessoas negras dos espaços de prestígio e poder. Essa exclusão é alimentada por discursos que naturalizam a desconfiança e questionam a competência de indivíduos racializados em contextos de uma suposta ‘elite intelectual’.

Quadro 11 – Análise da Unidade nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	5. Unidade	Qual a mensagem geral que o enunciatário deseja expressar?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• O jornalismo do <i>Estadão</i> é comprometido com ‘a verdade’, e os jornalistas cumpriram com sua ‘missão’; • Joana D’Arc mentiu sobre toda sua trajetória e títulos; acadêmicos, e é a única responsável pelas situações que ora a envolveram; • Joana não mereceu todo o reconhecimento e prêmios que recebeu, e inclusive é criminosa;		

- No que tange às pessoas que ocupam espaços quais a universidade/ambientes onde se pratica ciência, nem todas são confiáveis;

Fonte: Os autores (2025).

Para a análise da Unidade, inquiremos os discursos para entender qual era a mensagem geral que os jornalistas do *Estadão* pretendiam expressar. Aqui o objetivo principal foi mesmo reforçar o compromisso do jornal e dos jornalistas com sua missão informativa, já esquivando qualquer cobrança quanto à uma abordagem profunda do quadro social que permeou a trajetória de Joana, incluindo um panorama racial das cientistas brasileiras. Argumentamos que ao analisar esse aspecto, obtivemos nesses textos exemplos de como práticas jornalísticas podem reproduzir relações de poder, justificando estarem em uma busca incansável pela verdade.

Posicionar Joana D’Arc Félix enquanto responsável por todo o seu calvário, transferia qualquer responsabilidade anterior dos mesmos veículos de mídia que tempos antes se dedicou a produzir manchetes reforçando a meritocracia que enxergaram em sua trajetória.

Por fim, os textos também sugeriram que Joana não mereceu o reconhecimento e os prêmios que recebeu, insinuando inclusive que ela era uma criminosa – conforme trechos que mencionamos ao discutir os quadros anteriores. A questão é que Joana aqui foi apenas uma peça posicionada no tabuleiro da branquitude, já que o efeito global do discurso é levantar dúvidas sobre a confiabilidade de certas pessoas – no caso, as pessoas negras – quando ocupam espaços como universidades e ambientes onde se pratica ciência, insinuando que nem todas são dignas de credibilidade.

Nossa análise da Unidade nos artigos de opinião foi similar à das reportagens, porém com algumas especificidades que a pessoalidade textual do gênero permite.

Quadro 12 – Análise da Unidade nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	5. Unidade	Qual a mensagem geral que o enunciatório deseja expressar?
Análise dos artigos de opinião		
• Não há pedido de desculpas/justificativa aceitável para as ações de Joana; • Joana é a única culpada por suas ações; • A mídia é a vítima da situação; • Os jornalistas do <i>Estadão</i> não têm culpa quanto aos prejuízos na imagem/carreira e Joana; • As reportagens sobre Joana não têm relação com questões raciais; • Joana se vitimiza ao mencionar o racismo; • No que diz respeito à classe dos cientistas, Joana é a exceção e não a regra (autoapresentação positiva da branquitude/outro apresentação negativa);		

- As atitudes de Joana podem resultar no aumento do preconceito racial e do negacionismo científico;

Fonte: Os autores (2025).

Nos artigos de opinião, mesmo as tentativas de agência discursiva por parte de Joana foram negadas, pois não havia justificativa aceita ou pedido de desculpas plausível, exceto àquelas em que ela assumisse exatamente a posição em que foi colocada: alguém que mentiu fria e descaradamente para enganar a mídia e se autopromover. Isso porque quando a professora, após oferecer várias explicações, pediu um ‘basta’ sustentando que se tratava de uma situação desproporcional, e de motivações raciais e de gênero, ela foi ainda mais desqualificada.

Mais que isso, **se admitisse e se explicasse**, aposto que teria maior chance de reerguer a si e a seu projeto de ensino a crianças em situação de vulnerabilidade. Em vez de continuar a **queimar o filme de si e de sua iniciativa social** – esta, sim, admirável, até onde se sabe do que é verdade –, assim se portaria com honestidade, para variar um pouco. E exporia como, mesmo sem o verniz todo que passou sobre si, ainda se manteria como exemplo de resiliência e superação (Cruz, 2019).

Quando a repórter Jennifer Ann Thomas, da equipe em *VEJA* da qual sou editor, voltou a falar com a química, **esperava-se que ela admitisse a série de mentiras e se justificasse** – seja lá com quais desculpas ou razões. Porém, fez e continua a fazer o contrário disso. O que tem representado uma **agressão à imagem da ciência brasileira** (Cruz, 2019).

Por fim, Joana D’Arc Felix, ao se pronunciar sobre o caso, usou de um expediente ainda pior: disse **estar sofrendo uma perseguição racista** (Cruz, 2019).

Uma **saída patética e tristíssima para um caso no qual perdemos todos [...]** (Cruz, 2019).

Aqui, suscito o questionamento nos deixado como desafio por Spivak (2010, p. 54), e que também nomeia uma de suas obras mais importantes: “Pode o subalterno falar?”. Já adianto a resposta: não, ele não pode. É claro que a autora nos apresenta um caminho para escapar da imobilidade perante essa conclusão tão ‘crua’, mas antes de aproximá-la com as discussões desta tese, precisamos submeter ainda mais ao exame crítico os discursos da mídia a respeito de Joana.

E o que mais nos chamou a atenção na análise dessa categoria, foi o entendimento de que os discursos – representados pelos excertos que destacamos acima – que mais desmereceram as implicações raciais denunciadas por Joana, endossando a ideia de que ela era a única culpada pelos seus atos, tiveram como enunciatório justamente o único jornalista negro dentre os profissionais de comunicação cujos textos compõem nosso corpus de análise. Paulo

Cruz, um homem negro de pele escura, cabeça raspada, barba bem definida e que usa óculos, é um professor e jornalista que frequentemente debate questões raciais já anunciando não estar vinculado à visão distorcida da esquerda²⁸. Tanto que há alguns anos, é colunista do jornal *Gazeta do Povo*, onde inclusive publicou o artigo que analisamos aqui. Mas se ainda no início desse texto, anunciamos que nos opomos a qualquer tipo de cristalização dos negros em uma categoria universal, que se encaixem em determinadas expectativas – inclusive a de que falar sobre o racismo é obrigatório, e não opcional – por que reagimos com espanto ao ver um homem negro defendendo uma narrativa caluniosa à uma mulher que também é negra? Porque dói comprovar como sendo real ainda na atualidade, os efeitos da colonização.

Não podemos justificar as opiniões, escolhas lexicais, racionais e emocionais de Paulo Cruz ao discutir o caso de Joana. Mas desde que analisamos os efeitos também cognitivos dos racismos – e de sua reprodução, já que aqui vemos Cruz como um homem negro que apenas reproduz uma lógica racista, do qual ele próprio acredita ser também vítima – podemos recorrer à passagem de Fanon (2008), quando este discute sobre o homem colonizado. Ele diz:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. **Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será** (Fanon, 2008, p. 34, grifos nossos).

Logo, já que tanto falamos em escolhas, é escolha nossa acreditar que quando Paulo Cruz rejeitou a possibilidade de acolher a professora Félix, foi porque ele aprendeu a posicionar-se emulando a branquitude. Assim, ainda que ele duvidasse das verdades da professora, poderia oferecer a ela uma escuta quando ela expressou sentir-se vítima de uma forma de racismo. Mas rejeitou essa possibilidade – e com isso, sua própria “negridão”, por já sentir-se confortável e de certa forma, em pé de igualdade com seus colegas jornalistas brancos.

Se levarmos em consideração o momento político no qual Paulo Cruz rescreveu seu texto, é justo dizer que ele não foi a única personalidade negra que expressou opiniões contrárias às pautas já tão reivindicadas pelo movimento negro brasileiro. Ele pode inclusive figurar ao lado de Sérgio Camargo, já citado em outro momento nesse texto, ou Hélio Lopes, deputado federal conhecido na época como o “Negão do Bolsonaro”, pois de forma comum, todos foram

²⁸ Um recente texto de Paulo Cruz onde ele muito se posiciona ideológica e politicamente, foi publicado no primeiro dia desse ano de 2025, enquanto eu finalizava esta pesquisa: Cruz, Paulo. **Minha carta aos brasileiros (sobretudo os de direita)**. *Gazeta do Povo*, 1 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/paulo-cruz/carta-brasileiros-direita-racismo-liberdade/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

posicionados no tabuleiro da branquitude para “se oporem aos movimentos antirracistas ou para ocuparem papéis político-institucionais subalternos em que sua cor [foi] utilizada estrategicamente para esvaziar ou negar a questão da desigualdade racial” (Francisco; Macedo, 2020).

Ainda de acordo com Francisco e Macedo, essa opção de pessoas negras alinharem suas atitudes às do dominador é algo explicado por um movimento de “subalternidade consentida”, que pode ir de uma reação enérgica ao silêncio em situações de debate racial, racismo e afins. Concordo com os autores, mas gostaria de expor que de minha perspectiva, falar em subalternidade pode não ser o suficiente para entender essa problemática de negros que querem ‘se fazer passarem por brancos’.

Partindo da explicação oferecida por Spivak (2010, p. 11), que inscrita na tradição gramsciana nos elucida que o subalterno pertence a “uma categoria alijada do poder”, preciso compartilhar um devaneio, que me ocorreu por eu não acreditar que a sensação experimentada por homens que como Paulo Cruz, negam o racismo mesmo quando este é evidente, seja a de estarem exógenos ao poder. Eles sequer se deixaram ser subalternizados, justamente porque acreditam estarem com o controle e poder suficientes, para falarem e agirem por si, ainda que isso signifique se rebelarem contra os seus.

Penso que quando Paulo Cruz usou seu espaço para negar categoricamente que Joana estava sofrendo racismo, ele expressou o poder que acreditava já possuir; isso porque antes, passou por um processo que chamei de ‘empoderamento paliativo’: o ato de tomar para si e usar o poder de forma defensiva, mitigando qualquer sentimento de inferioridade, sem a necessidade de chegar às raízes profundas do racismo.

Obviamente, também percebemos a existência de um componente de gênero nessa situação, que não poderíamos deixar de citar aqui. É Lélia González que nos explica que, “muitas vezes, os homens negros vão exercer seu machismo junto às mulheres brancas” (González, 2020, p. 332), e embora a autora fale isso quando vai discutir a questão da sexualidade, a subjetividade e necessidade de discutir esse componente homem negro/mulher negra, que aqui em nossa análise é representada pela dinâmica entre Paulo/Joana, permite que nos pautemos na mesma lógica. Assim, quando Cruz se une aos outros e outras jornalistas para hostilizar a professora Félix, ele está em um momento de “afirmação muito grande como macho e se acha então o rei da cocada branca”.

Lélia nos ajuda a entender a motivação que subjaz essa atitude, como “uma profunda carência de parte a parte”, mas mais do que isso, nos deixa um valioso conselho que reproduzimos aqui para o fechamento de nosso raciocínio acerca da presença de um homem

negro na fogueira feita para Joana, e que particularmente me afetou, enquanto uma mulher que se projetou mais do que deveria nessa situação: “[...] Se nós continuarmos muito ressentidas com nossos companheiros do movimento negro, se eles continuarem buscando uma relação de possessividade e de afirmação de seu machismo, nós, enquanto comunidade, estamos dançados, a esquizofrenia já se instalou aí, tranquilamente.” (González, 2020, p. 333).

Na análise da Coerência, buscamos nos atentar às incoerências e inconsistências no processo de construção dos textos.

Quadro 13 – Análise da Coerência nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	6. Coerência	Quais são as contradições ou inconsistências presentes na fala ou no texto?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Publicação das reportagens em um momento em que Joana estava ‘em alta’ na mídia, embora afirme que os jornalistas tinham conhecimento das ‘mentiras’ dois anos antes da ocasião - admitem que foram motivados pela notícia do filme sobre Joana; • Apresenta fragmentos de declarações de Joana selecionados minuciosamente para um ‘fact checking’, sem justificar porque não buscaram esclarecimentos da professora ainda durante a primeira entrevista, em 2017; • Utilizam a maior parte da reportagem para uma autoapresentação positiva (inclusive com validação por pares); • Recorrem à acontecimentos específicos envolvendo a professora pesquisadora, minuciosamente trazidos à tona para manchar ainda mais a imagem da mesma - tentam contato com a FAPESP para ‘incitar’ uma reabertura de processo já arquivado;		

Fonte: Os autores (2025).

Nas reportagens publicadas no *Estadão*, fica perceptível que as publicações ocorreram em um momento estratégico, já que Joana estava em evidência na mídia. Entretanto, os jornalistas alegaram já terem conhecimento prévio das supostas “mentiras” dois anos antes, quando entrevistaram a professora em 2017. Ainda assim, aguardaram o momento mais oportuno: o vindouro lançamento de um filme sobre a trajetória de Joana, o que certamente aumentaria sua evidência a nível nacional.

Nos últimos anos, recebeu dezenas de prêmios e, no mês passado, a Globo Filmes divulgou a preparação de um filme sobre a sua biografia, que **teria a atriz Taís Araujo como protagonista**. O *Estado* entrevistou Joana pela primeira vez no fim de 2017. Na oportunidade, ela afirmou ter morado por dois anos em Cambridge, onde fica Harvard, e voltou ao Brasil após a morte do pai (*Estadão*, 2019a). [...] **Só depois de ser questionada sobre o diploma que enviou à reportagem, ela disse que o documento foi feito para uma “encenação de teatro** (Resk; Cafardo, 2019a).

Sem ter como executar a sentença, **o processo foi temporariamente arquivado em dezembro de 2017, mas pode ser reaberto a pedido da Fapesp.** O caso prescreve em 2022, caso não haja nova movimentação no processo, de acordo com a Justiça. [...] **Procurada sobre a condenação de Joana, a Fapesp afirmou que não se manifesta sobre processos judiciais** (Resk; Cafardo, 2019c).

Houve também uma seletividade nas declarações que a professora concedeu aos jornalistas em momentos anteriores. Materiais que antes eram apenas bastidores de uma entrevista, foram resgatados sob o pretexto de “fact-checking”, algo que interpretamos com base na definição de coerência enquanto sendo “relações funcionais ou condicionais entre proposições e os fatos aos quais elas se referem (em um modelo mental)”. Com isso, cada escolha é estratégica para permitir aos enunciatários “exigir que os receptores estabeleçam ‘fatos’ ou relações semelhantes entre si em seus modelos”, inclusive entre os ‘fatos’ noticiados e informações não expressas de forma direta. Assim sendo, oferecer “muitos detalhes sobre um aspecto de um evento, e não fornecer muitos detalhes sobre outros é outra maneira semântica de orientar os modelos mentais dos usuários da linguagem” (van Dijk, 2005, p. 166).

A partir da análise dessa categoria, identificamos também uma outra estratégia de poder articulada pela branquitude: a tentativa de contato com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), para sugerir a reabertura de processos judiciais relacionados as questões da prestação de contas de Joana, um movimento que de acordo com nossa interpretação, está articulado a necessidade de deslegitimar a professora em todas as esferas, pessoal e profissional. Podemos perceber esse movimento também, como a forma de “incivilização” que Kilomba (2019, p. 79) discute que o sujeito negro é percebido nos espaços de domínio branco, onde o “torna-se a personificação do outro violento e ameaçador - a/o criminosa/o, a/o suspeita/o, a/o perigosa/o -, aquele que está fora da lei.

Nos artigos de opinião, ficou ainda mais evidente a cobrança constante dos jornalistas, por explicações ou esclarecimentos da pesquisadora sobre as rusgas recém apontadas em sua trajetória, apesar da contradição em negarem qualquer defesa ou justificativa apresentada por ela.

Quadro 14 – Análise da Coerência nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Pessoal	6. Coerência	Quais são as contradições ou inconsistências presentes na fala ou no texto?
Análise dos artigos de opinião		

- Ao mesmo tempo em que cobram explicações de Joana, qualquer declaração ou pedido de desculpas proferido por ela é ignorado/invalidado;
- Dizem temer por uma generalização que as atitudes de Joana possam ter sobre os ‘cientistas sérios’, bem como sobre as pessoas negras do país, embora não se importem com os efeitos negativos que a própria exploração midiática do caso teriam sobre a pesquisadora e sobre o grupo racial ao qual ela pertence;
- Seguem exaltando trajetórias de superação, como a atribuída a Joana, e reforçando um discurso meritocrático, apesar de ignorar/falar apenas superficialmente das questões econômicas, culturais (e raciais) que representam o cerne dos problemas de acesso à educação;

Fonte: Os autores (2025).

Trechos das reportagens mostraram que, enquanto os jornalistas cobravam esclarecimentos sobre inconsistências no currículo de Joana, não davam destaque proporcional às respostas apresentadas pela pesquisadora.

Houve também a manifestação de um temor que as ações ou declarações de Joana pudessem levar a uma generalização negativa sobre os cientistas brasileiros – algo que discutimos anteriormente, ao apontarmos o conveniente preciosismo com a ciência brasileira – e sobre a população negra em geral. Pontuamos que essa até seria uma preocupação válida dos enunciatórios, se paradoxalmente eles não tivessem negligenciado – propositalmente, e não de forma acidental – os efeitos nocivos que a própria exploração midiática e sensacionalismo do caso teve sobre Joana, e por esta ser uma mulher negra, todo o grupo racial ao qual ela pertence.

Essa postura reflete uma expressão de como as estruturas de poder branco têm interesse em preservar sua superioridade simbólica ao associar às pessoas negras um risco de desqualificação coletiva. Interpretamos que o produto dessas escolhas editoriais, foi uma abordagem marcadamente superficial e desinteressada no quadro social e estrutural de desigualdade racial no Brasil, algo de fácil acesso para àqueles que dedicaram intensas horas de trabalho averiguando cada pormenor da vida e trabalho da doutora Joana.

Os discursos foram divididos principalmente em duas narrativas: a que discutimos a pouco, que cobrava explicações de Joana, nunca se bastando daquelas já oferecidas; e outra que seguia sustentando a retórica meritocrática, conscientemente celebrando um único indivíduo, enquanto desconsidera as responsabilidades coletivas e institucionais. Podemos perceber esses movimentos sob a ótica da “fantasia da perfeição”, onde “se o sujeito negro se esforçar o suficiente para explicar será aceito e, assim, escapará da violência do racismo cotidiano” (Kilomba, 2019, p. 233). Mas não havia resposta certa para Joana. Nada que ela oferecesse como justificativa, seria de fato, aceito, assim como não foi.

É a ingratidão dessa fantasia, que leva a um estado constante de decepção, onde apenas a intenção de uma resposta ‘perfeita’ reforça a noção de um ego ideal, que sempre reage em conformidade toda vez que o sujeito branco age; mas desde que ninguém consegue alcançar

essa idealização de perfeição imposta pela branquitude, Joana mesmo se esforçando, também não escapou de ter suas próprias explicações usadas para fomentar o racismo que estava recebendo.

Após a análise das categorias da Memória Pessoal, procedemos com a análise das reportagens do *Estadão* pela estrutura mental Contexto, “que diz respeito à situação comunicativa em que se encontram os agentes”, iniciando com a categoria da Vantagem Direta (Quadro 15).

Análise das Estruturas Mentais

Quadro 15 – Análise da Vantagem Direta nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	1. Vantagem Direta	De que forma o discurso beneficia o enunciatário no contexto?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Ganho de credibilidade com a parcela de leitores a qual direciona à reportagem - brancos, conservadores, pró-governo vigente; • Aproveitar de uma data relevante para os movimentos raciais como uma oportunidade de auto-promoção por meio do esvaziamento de significação de um ícone negro como Joana, ora impedido de ganhar mais notoriedade positiva; • Manutenção da hegemonia/perpetuação da branquitude necessária nos principais espaços envolvidos na notícia;		

Fonte: Os autores (2025).

Nessa categoria da Vantagem Direta, buscamos entender de que forma os discursos a respeito de Joana estavam beneficiando seus enunciatários no contexto em que foram produzidos. Conforme já comentamos nessa tese, o contexto político do Brasil na época do caso envolvendo a professora Joana representou o que, até então, havia sido o auge da (re)ascensão da extrema-direita ao poder.

Frisamos isso para enfatizar que a mídia hegemônica na situação que aqui nos preocupamos, escolheu direcionar seus textos à uma parcela de leitores específica: eleitores e apoiadores do então presidente Bolsonaro, que de acordo com perfis traçados por órgãos como o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE (fundado em 1942, e extinto em 2021), possuía em seu “núcleo duro” brasileiros do sexo masculino, brancos, com escolaridade entre ensinos médio e superior, evangélicos e que moravam na região Sul e Sudeste²⁹ (El País,

²⁹ Segundo o artigo de opinião do El País “*Quem são os bolsonaristas convictos, segundo o Ibope*”, publicado em setembro de 2018 e disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/18/opinion/1537287943_517482.html.

s.p, 2018). Logo, a narrativa construída de negação à temática racial, não foi neutra nem inconsciente, mas sim para atender aos interesses de uma hegemonia cultural e política, reforçando as hierarquias até então estabelecidas no país.

Fazemos essa avaliação levando em conta a linha editorial do *Estadão* como um todo, já que não houve nenhum excerto com menção direta, por parte dos jornalistas, ao contexto político vigente. Por outro lado, a ausência de qualquer sinalização à implicação racial que a superexposição de Joana resultaria para a própria professora, somados a sistemática escolha de publicar uma reportagem tão agressiva à uma mulher negra naquele dia 14 de maio de 2019, data tão importante para a luta por justiça racial – uma antítese, um protesto ao 13 de maio, erroneamente celebrado como o dia da ‘salvação’ que uma monarca misericordiosamente concedeu aos negros em 1888 ao assinar a Lei Áurea – é uma escolha discursiva que permite inferir que, ao omitir pautas como o racismo, os enunciatários garantiriam não se indispor com seu público mais conservador, ainda que soasse desrespeitoso com a população negra e o movimento negro brasileiro. É uma situação em que o ‘não-dito’, importou tanto ou mais do que o discurso explícito.

Quadro 16 – Análise da Vantagem Direta nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	1. Vantagem Direta	De que forma o discurso beneficia o enunciatário no contexto?
Análise dos artigos de opinião		
• Retira a responsabilidade dos jornalistas/mídia por eventuais prejuízos à carreira/vida de Joana; • Reforça a missão jornalística de ‘neutralidade’ e compromisso com a verdade; • Conquista credibilidade da parcela conservadora do público;		

Fonte: Os autores (2025).

No caso dos artigos de opinião, nos chamou a atenção os artigos de Jennifer Thomas e Filipe Vilicic, jornalistas da VEJA que se posicionaram ‘não simpatizantes’ à gestão de Bolsonaro, e que de abertamente criticaram certas posturas do presidente, principalmente com a ciência.

Em meio a uma infinidade de evidências de que a população afrodescendente é discriminada no Brasil, embora o presidente Jair Bolsonaro negue a existência de racismo no país — em termos de homicídios, por exemplo, o número de vítimas negras é o dobro do de brancas —, a história relatada pela química Joana D’Arc Féliz de Sousa sempre foi vista como de uma superação exemplar. [...] Joana declarou: “Pode ser que eu não tenha explicado da forma correta, mas não menti em nenhum momento”. Mentiu, sim. Sua atitude forneceu munição para ataques preconceituosos

— e pode minar os sonhos daqueles que desejavam um dia ser como ela se apresentara (Thomas, 2019).

Os que não frequentam a academia – e que dificilmente passariam na USP, na Unicamp ou em Harvard – insistem em julgar pesquisadores como “idiotas” ou “idiotas úteis”. Com suas falácias, Joana D’Arc Féliz de Souza dá munição aos obscurantistas. Assim, concede desculpinhas àqueles que querem ver como enganadores, limitados ou não produtivos nossos cientistas, filósofos, estudiosos (Vilicic, 2019).

Apesar do posicionamento dos jornalistas, o ‘progressismo’ em seus discursos ainda tiveram como preocupação genuína proteger o grupo com o qual se identificavam (no caso, cientistas brancos), em detrimento do esvaziamento de qualquer significado positivo que pudesse estar associado à figura de Joana, cientista negra. Essa prática de atenuar o protagonismo negro em um ou mais espaços de visibilidade, é parte de uma estrutura discursiva na qual a mídia seleciona e manipula conteúdos de maneira a reproduzir narrativas que sustentem a manutenção do status quo, afinal

a ilusão de liberdade e diversidade pode ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade, incluindo as empresas que fabricam essas próprias tecnologias e seus conteúdos midiáticos, e que, por sua vez, produzem tal ilusão (van Dijk, 2008, p. 21).

Para a análise da Persuasão dos textos do *Estadão*, consideramos as formas ou recursos usados pelos enunciadores para influenciar a cognição de seus interlocutores (Quadro 17).

Quadro 17 – Análise da Persuasão nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	2. Persuasão	De que forma ou com quais recursos o enunciador visa influenciar a cognição de seu interlocutor imediato?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Usa do ‘tradicionalismo’ da empresa para reforçar o trabalho investigativo de ‘excelência’ em dismantelar mais uma fraude; • Direciona a atenção para ‘as mentiras’, ofuscando a relevância da pesquisa científica e trabalho social de Joana (outro apresentação negativa). • Enviesa o discurso da professora pesquisadora para minimizar chances de retratação posteriores; • Usa construções discursivas para colocar Joana como oportunista e criminosa; • Uso de superlativos ao se referirem à professora; • Excessivo uso de polifonia para reforçar a credibilidade do grupo hegemônico/retirar credibilidade de Joana- oferece muito mais voz à ‘terceiros’ que são os ‘verdadeiros’ especialistas;		

Fonte: Os autores (2025).

Sendo o *Estadão* um veículo já tradicional de imprensa no Brasil, por si só já recebe do público uma credibilidade que Joana, pouco conhecida, não receberia em uma proporção sequer semelhante, ainda mais com escolhas narrativas que invisibilizaram sua vida profissional, como deixar poucas linhas no final de uma extensa reportagem para relembrar a formação acadêmica e contribuições do trabalho da professora.

O discurso também foi minuciosamente redigido para antecipar possíveis revisões ou correções futuras que a pesquisadora pretendesse realizar, com os jornalistas valendo-se de superlativos – o grau máximo de uma qualidade – a exemplo do excerto onde Resk e Cafardo escreveram:

Na ocasião, Joana aceitara convite para falar sobre como “reduzir o abismo entre alunos e universidade” - **tema para o qual ela própria era o exemplo perfeito**. Filha de empregada doméstica e de funcionário de curture, a professora já havia contado na TV, em jornal e na internet sua história de superação por meio da educação (Resk; Cafardo, 2019a).

Um outro recurso usado pelos jornalistas foi uma excessiva polifonia, sustentada pela busca de respaldo e validação de terceiros diversas vezes, para silenciar Joana antes mesmo que essa tentasse falar.

A reportagem não conseguiu confirmar outras passagens narradas por ela, por não localizar outros envolvidos. Dois orientadores informados por ela, por exemplo, já morreram. Outro professor não respondeu (Resk; Cafardo 2019a).

Além dessas práticas sutis de reafirmação da branquitude nos discursos midiáticos, recorrendo a um grupo de confiança – uma validação por pares – também houve o reforço de estereótipos, a partir do uso de certas palavras e não de outras para falar da professora. Na construção “[...] ela própria era o exemplo perfeito”, o elogio aparente aos olhares mais desatentos, é por nós interpretado como um uso irônico do adjetivo para cristalizar a imagem de Joana enquanto uma figura exagerada ou caricatural. De acordo com Hall (2016, p. 250):

Os estereótipos que os meios de comunicação de massa fazem dos negros — como criminosos, atletas, artistas — testemunham a repetição contemporânea dessa *fantasia colonial*. Isso se dá porque a gama rígida e limitada de representações através das quais os homens negros tornam-se publicamente visíveis continua a reproduzir certas ideias fixas, ficções ideológicas e fixações psíquicas a respeito da natureza da sexualidade dos negros e sobre a “alteridade”, construída para encarnar estas fixações. (Hall, 2016, p. 250)

Logo, a análise dessa categoria apontou para um cenário de legitimação do grupo hegemônico ao mesmo tempo em que a credibilidade de Joana era desqualificada, pois, se os

verdadeiros especialistas não podiam validar o que a professora fez, então tudo passaria a ser olhado com desconfiança.

No Quadro 18 abaixo, apresentamos a análise da Persuasão para os artigos de opinião.

Quadro 18 – Análise da Persuasão nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	2. Persuasão	De que forma ou com quais recursos o enunciador visa influenciar a cognição de seu interlocutor imediato?
Análise dos artigos de opinião		
• Uso da escrita no modo indicativo, para reforçar que Joana não é confiável, mas os jornalistas/jornais sim; • Minimizam/distorcem os pedidos de desculpas e justificativas de Joana; • Defendem o discurso meritocrático para rebater as acusações de racismo; • Descrevem as emoções que sentiram com a história de Joana antes e depois da reportagem do <i>Estadão</i>, passando a ideia de que as ações dela configuraram ataques pessoais aos jornalistas;		

Fonte: Os autores (2025).

O padrão encontrado nos artigos de opinião foi o uso do indicativo para redigir os discursos a respeito de Joana, porque apesar de serem materiais com a opinião explícita dos enunciatários, ainda estavam respaldados na ‘objetividade’ do ato de informar.

Joana **sustentava**, ainda, que **obtivera** uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no que também **foi desmentida**. Nem a idade em que **dizia** ter começado a graduação **era** verdadeira. Em entrevista a VEJA, um dia após a divulgação das fraudes, Joana **declarou**: ‘**Pode ser** que eu **não tenha explicado** da forma correta, mas **não menti** em nenhum momento’ (Thomas, 2019).

Esse uso do indicativo é um recurso que legitima a autoridade dos jornalistas e veículos de mídia, que nesse caso, favoreceu a construção de uma percepção pública que confiasse nas informações veiculadas pela VEJA, Gazeta do Povo e R7, e desacreditassem nas retratações, ou redenção de Joana.

Quando a repórter Jennifer Ann Thomas, da equipe em VEJA da qual **sou** editor, **voltou** a falar com a química, **esperava-se** que ela admitisse a série de mentiras e se justificasse – seja lá com quais desculpas ou razões. (Cruz, 2019).

As emoções dos jornalistas também foram usadas como um recurso persuasivo, reforçando um “sentimento de traição” que sentiram em relação às ações de Joana, o que desvia o foco das discussões estruturais, e ‘humaniza’ os profissionais da imprensa.

Ao ser pega na mentira, desmascarada por uma reportagem que denunciou não existir o título de PhD em Harvard que ela dizia possuir, a doutora em química Joana D'Arc Félix de Sousa tentou se proteger usando o racismo como escudo. [...] É lamentável que Joana tenha inventado essa experiência e se deixado engolir pela própria mentira. Sua trajetória já é louvável, linda e inspiradora, mesmo sem PhD em Harvard (Bresser, 2019).

Uma saída patética e tristíssima para um caso no qual perdemos todos. Perde Joana Felix, cujo doutorado na Unicamp já faz dela um exemplo excepcional; perde a pesquisa brasileira, que certamente nos faz pensar em quantos casos como esse não existem por aí; perdem os negros brasileiros, que poderiam continuar vendo nela uma inspiração ímpolita para vencerem as adversidades; e perde o Brasil, que mais uma vez mostra ser o país do “jeitinho” e da vontade de levar vantagem em tudo (Cruz, 2019).

O apelo para a emotividade dos receptores do discurso, conforme nos explica van Dijk, ocorre porque o “uso da linguagem, os discursos e a comunicação entre pessoas reais têm dimensões inerentemente cognitivas, emocionais, sociais, políticas, culturais e históricas”, e que se tratando da noção de persuasão, “[...] significados e formas de discurso exercem mais influência na mente das pessoas do que outros” (Análise Crítica do Discurso, tradução minha). Assim sendo, uma última estratégia para evitar acusações de perseguição racial à Joana, foi explicitar o quanto foi ela quem deu o primeiro movimento, enganando os jornalistas deliberadamente. O resto? Foi apenas um movimento defensivo da imprensa.

Quadro 19 – Análise do Controle de Fala/Texto nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	3. Controle da Fala/Texto	Quem detém maior controle sobre os temas, as falas ou o texto no momento do proferimento do discurso?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• O jornal/jornalistas têm total controle acerca de quais fragmentos discursivos de Joana integrariam as reportagens, e por conseguinte, qual a versão de fatos que o público pôde acessar; • Os contatos para ‘confrontar’ Joana acerca dos fatos foram usados também como possível ‘espaço para retratação’; • O espaço oferecido à terceiros que fossem alinhados ao propósito da reportagem também reforçou o silenciamento a qual submeteram a professora pesquisadora;		

Fonte: Os autores (2025).

Constatamos como o controle do discurso é exercido para moldar narrativas conforme interesses hegemônicos. Sob a perspectiva da ACD, entendemos que o jornal – ou a empresa – *Estadão*, teve poder absoluto na produção, seleção e distribuição do texto, decidindo desde a

simbólica data de publicação do texto – que detalharemos melhor adiante, na análise das antíteses discursivas – até quais fragmentos discursivos de Joana seriam integrados às matérias. Ao controlar a narrativa, o jornal restringiu o espaço para que Joana se manifestasse plenamente, já que eles mesmos cercearam seus movimentos e possibilidades de retratação ao ‘confrontá-la’, antes mesmo de oferecer escuta às suas justificativas.

Essa abordagem nos remete à discussão proposta por Spivak (2010) sobre a forma violenta com a qual as manifestações epistêmicas negras são interpeladas, evidenciando que vozes marginalizadas, como a de Joana, só são convocadas a falar sob os moldes impostos pelas elites discursivas.

À restrita violência epistêmica do imperialismo nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral que é a possibilidade de uma episteme. [...] É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. **Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade** (Spivak, 2010, p. 15).

As reportagens também ilustram como a mídia pode reforçar desigualdades estruturais ao enfatizar dúvidas sobre o currículo de Joana, sem contextualizar os desafios enfrentados por cientistas negras. Essa estratégia reflete às discussões que van Dijk (1999) propõe acerca das omissões e escolhas editoriais e como estas alimentam preconceitos e deslegitimam epistemologias negras, já que, em “termos gerais, o controle da situação social pelos grupos dominantes pode então levar a modelos de contexto que tornam seu discurso mais credível, por exemplo. eliminando ou desacreditando fontes alternativas de informação e opinião” (van Dijk, 1999, p. 186, tradução nossa), ou mesmo formas de conhecimento produzidas fora da hegemonia.

Na sequência, analisamos como esse Controle da Fala/Texto ocorreu nos artigos de opinião.

Quadro 20 – Análise do Controle de Fala/Texto nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	3. Controle da Fala/Texto	Quem detém maior controle sobre os temas, as falas ou o texto no momento do proferimento do discurso?
Análise dos artigos de opinião		
• O controle da narrativa é exercido em sua maioria pela branquitude; • Os jornalistas em sua maioria se valem das reportagens já publicadas (por outros colegas) sobre o caso para apoiarem seus argumentos;		

- Quando buscaram a versão de Joana sobre os fatos, utilizaram um roteiro de perguntas estratégico e intimidador, e/ou descredibilizaram suas escusas em reportagens subsequentes;

Fonte: Os autores (2025).

A análise revelou um controle do discurso exercido de modo quase exclusivo pela branquitude, pois mesmo Paulo Cruz sendo um jornalista negro, seu alinhamento político e ideológico, conforme já mencionamos anteriormente, não difere daquele explicitado por seus colegas brancos. Com isso, a narrativa elaborada por Resk e Cafardo (2019) foi a fonte primária para a emissão de opinião por parte de seus pares.

Na terça-feira 14, o jornal *O Estado de S. Paulo* revelou que a cientista falsificara o documento de pós-doutorado de Harvard (Thomas, 2019).

Mas essa história comovente começou a ficar estranha quando os jornalistas Felipe Resk e Renata Cafardo, do *Estadão*, a entrevistaram, no ano de 2017, a fim de realizarem o seu perfil biográfico e profissional, como outros jornalistas, aparentemente, já tinham feito. O problema é que, como diz Felipe, ao perguntar, já no final da entrevista, a sua idade, ela disse ter 37 anos – quando, na verdade, tinha 54. Felipe achou estranho que ela tivesse mentido e, depois, ao confrontar outras informações, percebeu que, em seu currículo Lattes não continha o pós-doutorado (Cruz, 2019).

As dinâmicas de poder envolvidas na produção dos artigos, limitou quais as vozes estavam ou não autorizadas a falar, e definiram quais histórias eram legitimadas. Essa estrutura racista ‘invisível’, molda os espaços midiáticos e acadêmicos, onde o foco recai sobre inconsistências individuais.

Além disso, o uso de perguntas estratégicas e intimidatórias nas entrevistas com Joana, seguido pela descredibilização de suas respostas, foi uma típica estratégia de silenciamento. Esse mecanismo, analisado por Spivak (2010) e que discutimos anteriormente, reforça o silenciamento da voz de Joana. Mesmo quando ela foi ouvida, sua narrativa foi reinterpretada sob uma perspectiva que servia à hegemonia dominante, e que não apenas questionou sua trajetória, mas fez dela um exemplo para reafirmar a desconfiança estrutural direcionada a corpos negros em posições de destaque.

A próxima categoria que analisamos foi a Identificação (Quadro 21), onde nos interessamos a entender se os discursos a respeito de Joana estavam sendo proferidos em função de alguma obrigação legal ou papel social específico que os jornalistas do *Estadão* almejavam cumprir.

Quadro 21 – Análise da Identificação nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
------------------	-----------	----------

Contexto	4. Identificação	É um discurso proferido em função de alguma obrigação legal, social ou cultural ou de algum papel social específico?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Discurso proferido sob a égide da ‘missão jornalística’; • Direcionado à branquitude que caracteriza os espaços e instâncias envolvidos diretamente com a notícia (universidades/academia e ciência); • Discurso que ‘protege’ a sociedade dos falsos mitos - apenas os que fogem aos padrões hegemônicos; • Narrativa acolhida de forma massiva por conservadores/extrema-direita;		

Fonte: Os autores (2025).

Nas análises dessa categoria, nossa percepção foi de uma narrativa ancorada na ideia de ‘missão jornalística’, frequentemente utilizada como justificativa para reforçar estruturas de poder hegemônicas.

Foi com intuito de contar a história de superação de Joana que o *Estado* viajou para o interior de São Paulo. Simpática, a professora concedeu entrevista por mais de 2 horas e permitiu que a reportagem a acompanhasse por dois dias (Resk; Cafardo, 2019b).

Ao essencializar Joana a partir de ‘sua história de superação’, para em seguida questionar todas as suas certificações acadêmicas, o jornalismo reforça o padrão de exclusão que Bento (2022) identifica como central na configuração dos espaços de poder no Brasil, construindo uma narrativa que, sob o pretexto de proteger a sociedade de ‘falsos mitos’, coloca em dúvida a legitimidade de trajetórias que escapam aos padrões normativos da branquitude.

Essa prática, como destaca Kilomba (2019, p. 115), faz parte da expectativa da branquitude para que “‘Outras/os’ raciais digam suas origens e exponham suas biografias ‘no ônibus, em uma festa, na rua, em um jantar ou até mesmo no supermercado’”, para atender “uma dialética colonial na qual o sujeito branco se apresenta como a autoridade absoluta, o senhor, enquanto o sujeito negro é forçado à subordinação”. Daí, o sujeito negro é objetificado e diga autorizado aos/as “brancas/os olharem, se dirigirem e questionarem, a qualquer momento e em qualquer lugar”.

Os discursos das reportagens também denotaram que os saberes produzidos por pessoas negras podem ser tratados com incredulidade e exotização, ao mesmo tempo em que a romantização do esforço individual de Joana, presente em diversas passagens das reportagens, mascara as dinâmicas estruturais de exclusão racial e de gênero, e transfere para ela a responsabilidade pelos seus (in)sucessos, em detrimento de uma análise das barreiras sistêmicas que perpetuam essas desigualdades.

Mais uma vez sob a perspectiva de Spivak (2010), percebemos que essas reportagens não criaram espaço para que Joana falasse por si mesma; ao contrário, sua voz foi mediada por categorias hegemônicas que reforçaram narrativas esvaziadas de crítica e responsabilidade sociais. Logo, os discursos dos jornalistas do *Estadão* refletiram as expectativas da audiência conservadora e de extrema-direita, acolhendo narrativas que desqualificam sujeitos subalternos e deslocam debates estruturais para um enfoque que privilegia a branquitude e invisibiliza o racismo institucional.

Nos artigos de opinião, os discursos também foram pretensamente construídos para atender a missão de suposta ‘imparcialidade’, tendo a branquitude como norma invisível (Quadro 22).

Quadro 22 – Análise da Identificação nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	4. Identificação	É um discurso proferido em função de alguma obrigação legal, social ou cultural ou de algum papel social específico?
Análise dos artigos de opinião		
• Apoiado pela missão jornalística - compromisso com a verdade; • Busca defender a branquitude, enquanto grupo ‘ameaçado’ por Joana;		

Fonte: Os autores (2025).

Nesses textos, os jornalistas iniciaram exaltando Joana como sendo uma figura extraordinária e única; porém, quando passaram a discutir as denúncias que ela estava sofrendo, e precisaram defender os jornalistas responsáveis por ‘expor sua farsa’, faltou apenas o uso aberto da palavra ‘exótico’ para atender à intenção de justificar porque a professora não era tão qualificada. São escolhas lexicais, que “definem o racismo”, pois conforme argumenta Kilomba (2019, p. 156), nós “nos tornamos a corporificação de cada um desses termos, não porque eles estão inscritos fisicamente na superfície de nossas peles e não porque eles são reais, mas por causa do racismo”, que é “discursivo e não biológico”.

A análise das reportagens do *Estadão* sobre Joana D'Arc Félix evidenciou como o nível de conhecimento dos receptores foi moldado pelo discurso midiático, que por sua vez, reproduziu dinâmicas de poder e hierarquias raciais (Quadro 23).

Quadro 23 – Análise do Conhecimento dos Receptores nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	5. Conhecimento dos Receptores	Qual o nível de conhecimento expresso pelos receptores do discurso no momento do seu proferimento?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Público em geral: acolheu a versão das reportagens sem maiores questionamentos, vendo Joana como a única responsável e grande culpada por todas as situações em que foi envolvida; • Parcela do público que foge ao ‘alvo’: acusou os veículos de imprensa de explorarem a imagem de Joana, e de não terem sensibilidade quanto a questão interseccional que perpassa a veiculação da imagem da professora de forma tão negativa; • Público especializado (outros veículos de mídia, jornalistas e personalidades públicas): endossaram o discurso das reportagens, exaltaram o trabalho jornalístico dos responsáveis pelo ‘furo’ e passaram a rechaçar Joana, não lhe concedendo sequer o benefício da dúvida;		

Fonte: Os autores (2025).

Para fazer a análise dessa categoria, achamos pertinente apresentar alguns dos comentários feitos pelo público nas reportagens³⁰ – embora enxerguemos que eles por si só, são capazes de fomentar uma outra análise, inclusive usando o aparato analítico que aqui nos apropriamos.

O público em geral acolheu a versão apresentada, atribuindo a Joana uma responsabilidade unilateral pelos eventos descritos, sem questionar o contexto, e ainda reproduzindo a lógica da democracia racial para justificar a ausência de racismo nas motivações dos jornalistas. Houve também comentários associando Joana com a ‘esquerda’, o Partido dos Trabalhadores (PT), que representou a maior oposição ao governo de Bolsonaro, e até mesmo os que de alguma forma buscaram patologizar a professora.

Essa professora foi entrevistada com grande empolgação na "Conversa com Bial" e naquela oportunidade percebi que suas respostas estavam intelectualmente muito abaixo do currículo apresentado. Pensei até que estava sendo "preconceituoso", embora casado com uma afrodescendente, igualmente tenho filhos "mulatos" para todos nós sem nenhuma dificuldade dessa ordem. Não era preconceito, era sim uma percepção de que algo não combinava no sentido do primeiro parágrafo acima. Lamentável essa descoberta, isso reforça na sociedade a ideia de que os negros aprontam mais que os brancos, o que não é verdade. Sua história sem esse "lapso" mereceria as mesmas homenagens e destaques sem essa "nódoa" que vai acompanhá-la para o resto da sua vida e reforçar o repúdio que ela já vinha enfrentando pelo simples fato do destaque a que estava experimentando. A sociedade não está preparada para perdoar esse fato, não de uma negra, mesmo sendo preparada acima da média.

³⁰ Os trechos foram tirados das próprias reportagens, já que os próprios jornais oferecem espaço para comentários ao fim das publicações – embora em alguns, isso seja restrito aos assinantes.

Realmente já é uma história bonita e interessante o suficiente, não precisava aumentar mais com essas mentiras. Não a conheço mas analisando suas ações através do que foi relatado aqui nessa matéria me parece que ela talvez sofra de algum transtorno psicológico ou psiquiátrico (mitomania: compulsão por mentir). Porque até daria pra entender ela mentir sobre diplomas pra querer se valorizar mais, mas a mentira da idade foi o que me fez pensar nisso. Não sei...

Ela fez pós graduação em contar cascatas. Não precisava disso. Cada hora fala uma coisa. Tá parecendo que ela foi professora do MST, a convite do PT.

Como tudo da esquerda. Tudo é falso!

Convida o Wagner Moura para fazer o filme. Convida o Lula e a Dilma para fazer parte do elenco. O filme teria o QUARTETO FANTÁSTICO e ao mesmo tempo o TRIO MENTIROSO com Joana, Lula e Dilma.

Isso reflete como o controle do discurso direciona as interpretações, e reforça uma narrativa reducionista (van Dijk, 2015). Essa postura acrítica do público corroborou com a eficácia de uma narrativa hegemônica posta em funcionamento pelos jornalistas do *Estado*, que oculta as questões interseccionais e sociais, como a construída para deslegitimar a professora.

Por outro lado, não podemos desconsiderar a parcela do público que questionou a exploração midiática da imagem de Joana, e apontou a insensibilidade da cobertura em abordar questões interseccionais:

Sensacionalismo para tentar apagar a estrela dessa brilhante cientista formada na UNICAMP! Com certeza preconceito de raça e gênero! O que a faz especial não é apenas o trabalho que ela desenvolveu com professores da Harvard e sim os anos de pesquisa e trabalho num país tão pobre de incentivos!

Na dúvida, absolve-se o réu.

O que precisa ser destacado nesta história é isto: Joana, de fato, cursou graduação, mestrado e doutorado na área de Química na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Suas pesquisas envolvem produção de couro ecológico e a reprodução de pele humana artificial para transplante. A maior parte de prêmios, palestras e entrevistas, entretanto, foca na história de vida da professora.... - o resto é uma tentativa de liquidar com uma pessoa que tem algum mérito...só o fato de ela ter conquistado um doutorado já é suficiente...mas, ela não se encaixa na narrativa de esquerda...

Mesmo com essas críticas, notamos que elas não alcançaram visibilidade suficiente para desconstruir o discurso dominante, mostrando como a hegemonia discursiva dificulta a amplificação de vozes críticas. No caso do público especializado — jornalistas, outros veículos de mídia e personalidades públicas —, o apoio às reportagens e a rejeição de Joana sem conceder-

lhe o benefício da dúvida, reforçou um discurso punitivo e desumanizador, que reduziu a professora a uma figura unidimensional, e excluiu a possibilidade de uma narrativa que contemplasse sua própria voz e contexto.

Não acreditamos que esses efeitos foram um mero acaso. Antes, foi o resultado de uma estratégia na qual antes de definir o discurso a respeito de Joana, o *Estadão* precisou ter segurança quanto ao conhecimento de seu “público destinatário”. “A linguagem utilizada será, pois, a própria versão do jornal da linguagem do público a que se dirige principalmente: a sua versão da retórica, imagens e stock comum de conhecimento subjacente que supõe que o seu público partilha e que, deste modo, constitui a base de reciprocidade produtor-leitor. É algo que Hall et al. (1993, p. 237) chama de o “idioma público dos *media*”.

Na sequência, analisamos o conhecimento dos receptores nos artigos de opinião (Quadro 24), considerando aqui que os próprios jornalistas que produziram os textos opinativos foram antes disso, receptores dos discursos veiculados pelo *Estadão*.

Quadro 24 – Análise do Conhecimento dos Receptores nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Contexto	5. Conhecimento dos Receptores	Qual o nível de conhecimento expresso pelos receptores do discurso no momento do seu proferimento?
Análise dos artigos de opinião		
• Conhecimento sobre o caso adquirido por meio das reportagens iniciais do <i>Estadão</i>; • Os papéis de herói/vítima/culpado/vilão já estavam previamente demarcados; • Pouca resistência quanto à já corriqueira falta de sensibilidade racial da mídia hegemônica;		

Fonte: Os autores (2025).

O fato de o conhecimento dos próprios jornalistas que os redigiram ser amplamente moldado pelas narrativas iniciais, alçou o *Estadão*, responsável pelo ‘furo’ de reportagem, ao patamar de “definidor primário” (do original *primary definer*), pois os jornalistas do R7, VEJA e Gazeta do povo guiaram-se pela “preferência estruturada dada pelos media às opiniões dos poderosos”, e por sua vez se tornaram “porta-vozes” desses tópicos (Hall et al., 1993, p. 230).

Mas isso só aconteceu porque, no cenário geral, mesmo o *Estadão* com suas reportagens direcionadas à parcela conservadora do público, participou de uma “relação estruturada com o poder, [que teve] o efeito de fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado”, o que denota “uma posição de subordinação estruturada aos *primary definers*” (Hall et al., 1993, p. 233).

Isso não significa que desconsideramos aqui as diferentes “personalidades sociais” dos jornais, que selecionaram o que mais lhes era conveniente, para formular seus próprios textos, pois

nem toda a afirmação por parte de um *primary definer* importante em relação a um tópico determinado tem probabilidades de ser reproduzida nos media – nem todas as partes de cada afirmação. Exercendo a seletividade, os media impõem os seus próprios critérios nas “matérias-primas” estruturadas – e, assim, se apropriam ativamente delas e as transformam (Hall et al., 1993, p. 235).

Desse modo, apesar de a notícia sobre Joana ser basicamente a mesma em todos os jornais, cada um imprimiu sua ‘identidade’ ao noticiar. Esses textos estabeleceram um enquadramento que delimitou os papéis de “herói”, “vítima”, “culpado” e “vilão”, reforçando uma visão superficial e estereotipada da história. O público receptor assimilou essas narrativas como verdades consensuais, evidenciando o controle discursivo exercido pela mídia hegemônica, que, como aponta van Dijk (1999), orienta a percepção e compreensão coletiva.

Essas narrativas, fundamentadas em uma lógica de branquitude, contribuíram para normatizar o privilégio branco e marginalizar as narrativas negras. A exaltação de Joana como “heroína” e “exemplo de superação” obscureceu as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres negras, ao mesmo tempo em que reforçou a narrativa meritocrática. Essa abordagem desconsiderou as dinâmicas históricas e sociais que tornam a trajetória de Joana uma exceção em um sistema marcado pela exclusão racial e de gênero, o que conforme Kilomba (2019), é parte da estratégia de ignorar as experiências racializadas que ousam contrapor epistemologicamente o discurso hegemônico. Assim sendo, o discurso majoritário dos artigos analisados demonstrou pouca resistência à insensibilidade racial da mídia, o que reforça a branquitude enquanto narrativa universal.

No quadro 25 abaixo, passamos a analisar a estrutura mental da Memória Social, “que consistem nos conhecimentos, crenças e valores compartilhados com outros membros do mesmo grupo e cultura, o que alguns denominam como representações sociais (dizem respeito às manifestações culturais, hegemônicas ou de resistência, existentes ao tempo da fala ou texto)” (Couto; Carrieri, 2018, p.7), iniciando pelas formas costumeiras de controle do discurso que os jornalistas do *Estado* se valeram.

Quadro 25 – Análise dos Estilos Discursivos nas reportagens do *Estado*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	1. Estilos Discursivos	Quais as formas costumeiras de se controlar o discurso sobre o

		tópico específico do discurso analisado?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Linha editorial historicamente alinhada com pautas conservadoras e neoliberais, o que justifica entre outras coisas a ênfase ao discurso meritocrático; • Histórico de reportagens sem sensibilidade com pautas raciais;		

Fonte: Os autores (2025).

Ao analisarmos as reportagens identificamos uma estrutura discursiva alinhada a uma narrativa meritocrática e descontextualizada das dinâmicas de poder racial e social. A linha editorial historicamente conservadora e neoliberal do jornal prioriza o mérito individual, sem questionar as desigualdades estruturais que marcam o contexto educacional e científico no Brasil. Dessa forma, o discurso reproduz estruturas de poder, reforçando a invisibilidade das contribuições de mulheres negras e silenciando os desafios impostos pelo racismo institucional.

Observamos que a branquitude, conforme descrita por Bento (2022), permearam essas narrativas, contribuindo para a manutenção de privilégios e para o apagamento das experiências racializadas. O jornal, ao desconsiderar pautas raciais e de gênero, reforça a normatividade branca, apresentando Joana como uma exceção meritocrática em um sistema que segue excludente. A história de Joana é celebrada de forma parcial, e seu sucesso é apresentado sem uma análise crítica das barreiras históricas e sociais que tornam sua trajetória única e tão difícil de ser reproduzida.

Os estilos discursivos empregados nas reportagens controlam sutilmente a narrativa, destacando conquistas individuais e ignorando os fatores estruturais que dificultam a ascensão de outras pessoas em condições semelhantes às de Joana. O discurso universalista da ciência, alinhado às abordagens do *Estadão*, favoreceram a naturalização de desigualdades ao evitar qualquer contextualização crítica sobre racismo estrutural e exclusão de gênero no Brasil. A crítica aqui é necessária, porque “mais que considerar ‘a exatidão’ dos fatos e a sua correspondência com uma realidade externa, podemos considerá-los como contribuintes da narrativa, como elementos numa ordenação humana dos mesmos”. É uma ‘norma’ que Hall et al. (1993, p. 244) nos orienta ser muito útil: “ver as notícias é considerá-las como um mito, um ponto de vista que dissolve a distinção entre entretenimento e informação”, pois no processo comunicativo, notícias podem constituir uma espécie de folclore, que mais especificamente no cenário que analisamos de Joana, reforçou a “ideologia meritocrática”, enquanto despolitizou “os debates sobre justiça social e racial” (Hall et al., 1993, p. 244).

O histórico de insensibilidade do jornal com pautas raciais evidencia a perpetuação de uma memória social que silencia vozes subalternas. Mesmo quando a trajetória de Joana é narrada, ela é enquadrada dentro de limites que minimizam suas experiências enquanto mulher negra em um sistema opressor. É nosso dever questionar e desconstruir essas práticas discursivas, promovendo narrativas que valorizem a equidade, reconheçam as dinâmicas de poder e ampliem as vozes historicamente marginalizadas.

Ao analisarmos os Estilos Discursivos dos artigos de opinião (Quadro 26), identificamos o uso de um estilo predominantemente narrativo para possibilitar um maior controle do discurso e moldar percepções sociais dos leitores de forma estratégica.

Quadro 26 – Análise dos Estilos Discursivos nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	1. Estilos Discursivos	Quais as formas costumeiras de se controlar o discurso sobre o tópico específico do discurso analisado?
Análise dos artigos dos artigos de opinião		
• Estilo predominantemente narrativo, pois são artigos de opinião, • Pouco ou nenhum espaço para Joana contar sua versão dos fatos, • Recorrem a comparações/contraexemplos para evitar que o grupo dominante não seja prejudicado; • Evitam mencionar aspectos raciais, exceto em caso de escusas, para demonstrar ‘neutralidade’;		

Fonte: Os autores (2025).

Esses textos, ao priorizarem enquadramentos específicos e limitarem o espaço para que Joana expusesse sua própria versão dos fatos, o que, mais do que uma omissão, foi uma ação de exclusão discursiva, no qual a voz subalterna da professora foi relegada a um segundo plano em favor de narrativas dominantes.

Além disso, observamos que os artigos frequentemente recorrem a comparações ou contraexemplos que protegem o grupo dominante de críticas diretas, colocando o pacto silencioso em funcionamento, de modo que as narrativas foram cuidadosamente ajustadas para preservar privilégios e evitar qualquer responsabilização pelas desigualdades raciais. Embora aparentem neutralidade, esses mecanismos discursivos reforçam as estruturas de poder existentes e mascaram as dinâmicas de exclusão enfrentadas por indivíduos como Joana.

Outro elemento significativo é o apagamento quase total de aspectos raciais nos artigos, exceto quando mencionados como uma forma de escusa para demonstrar uma suposta “neutralidade”. Esse apagamento, conforme Kilomba (2019) discute, é uma forma de deslocamento

que deslegitima a centralidade do racismo nas experiências de Joana. Assim, os textos reforçaram a ideia de que questões raciais são irrelevantes ou externas ao debate, invisibilizando a branquitude como estrutura opressiva e ignorando a realidade das desigualdades raciais.

Os artigos também destacam a narrativa do mérito individual como explicação para o sucesso de Joana, o que, à primeira vista, pode parecer uma valorização de sua trajetória. No entanto, essa abordagem nada mais fez do que negligenciar as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres negras como a professora, nos campos acadêmico e científico.

Ao analisarmos as reportagens do *Estadão* sobre o caso de Joana D’Arc Félix, analisamos como o discurso midiático atua para consolidar estruturas de poder e reforçar desigualdades sociais (Quadro 27).

Quadro 27 – Análise da Vantagem Indireta nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	2. Vantagem Indireta	De que forma o discurso beneficia a posição social ou o poder do enunciatário?
Análise dos artigos das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Isenta a mídia de responsabilidade social/letramento racial, já que o ‘compromisso com a verdade’ está acima dessas questões • Ofusca a responsabilidade do veículo de mídia e seus jornalistas na condução da reportagem e consequências/prejuízos que ela poderia causar à pessoa que está no centro da polêmica, transferindo-a integralmente para a vítima; • Fortalecimento de narrativas da extrema-direita, e conquista/reconquista da parcela do público alinhada com essa ideologia;		

Fonte: Os autores (2025).

A categoria de “Vantagem Indireta” nos ajudou a compreender como o veículo de mídia se isenta de responsabilidade social ao priorizar uma narrativa de “compromisso com a verdade”, que ignora questões fundamentais como racismo e desigualdades estruturais. Essa postura não só beneficiou a posição dos enunciadores, mas também contribuiu para o fortalecimento das narrativas hegemônicas que perpetuaram a exclusão de epistemologias negras e outras vozes subalternas.

Observamos, também, que o discurso do *Estadão* transferiu integralmente as consequências da polêmica para Joana, enquanto a própria mídia se eximia de responsabilidade pelo impacto de suas reportagens. Trabalhou com uma recusa em “assumir responsabilidade pelo significado daquilo que escreve; que foge às obrigações que são imediatamente criadas entre o autor e o leitor num momento em que ele pega na caneta e no papel; e que cinicamente manipula

a confiança do leitor”. O resultado foi uma “estória” elaborada por narradores não fidedignos, com o objetivo de “mistificar o leitor”, simultaneamente ao ato de informá-lo (Weaver, 1993, p. 297).

Vendo ainda por outra perspectiva, foi um movimento sistemático da branquitude de apagar o papel de suas próprias instituições no reforço de dinâmicas de dominação, para construir uma narrativa que silencia o impacto do racismo estrutural, e deslegitima o lugar social da vítima, alinhando-se aos dispositivos de invisibilização descritos Bento (2022).

Como veículo midiático, o *Estadão* constrói uma narrativa que protege seus interesses enquanto perpetua a ideia de neutralidade como um valor absoluto. No entanto, essa suposta neutralidade é um elemento que sustenta estruturas de exclusão e privilégios. Ao priorizar o foco em polêmicas e alegadas inconsistências, o veículo desviou o olhar do público da responsabilidade institucional e das injustiças sistêmicas que afetam a trajetória de Joana.

Na próxima discussão (quadro 28), tentamos dar conta de analisar a Vantagem Indireta nos artigos de opinião. Percebemos que os discursos publicados desresponsabilizam os grupos dominantes ao evitar um debate sobre as questões raciais e estruturais envolvidas.

Quadro 28 – Análise da Vantagem Indireta nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	2. Vantagem Indireta	De que forma o discurso beneficia a posição social ou o poder do enunciatário?
Análise dos artigos de opinião		
• Blinda/defende os jornalistas envolvidos das cobranças quanto a responsabilidade racial que o caso exigia; • Posiciona Joana como a única culpada/responsável pelo desenrolar do caso e possíveis prejuízos sucedidos; • Sustenta/assegura a associação de cientistas enquanto pessoas do grupo dominante, e não ‘outros’ (como é o caso de Joana); • Ganha a simpatia da parcela conservadora do público ao desmontar narrativas que envolvam grupos historicamente oprimidos;		

Fonte: Os autores (2025).

Mais uma vez, a estratégia principal foi blindar os jornalistas e instituições que primeiramente se fizeram porta-vozes das denúncias contra Joana, fazendo uso de uma culpabilização individual como uma estratégia central. Ao posicionar Joana como a única responsável pelos desdobramentos do caso, as reportagens transferem para ela o peso de um sistema excludente, ignorando os contextos históricos e sociais que condicionam a sua trajetória. É uma prática

dialógica já comum, até mesmo na academia, no que diz respeito ao modo como pessoas brancas participarão da discussão de questões raciais:

por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente. É flagrante observar que alguns estudos das primeiras décadas do século XX focalizaram o branco, não para compreender seu papel nas relações entre negros e brancos, mas para garantir sua isenção no processo de escravização da parcela negra da população brasileira (Bento et al., 2002, p. 22).

Ainda de acordo com Bento et al. (2002, p. 5), esse componente narcísico assegura a geração de “um modelo de isenção da sociedade branca e, por conseguinte, de culpabilização da população negra”.

Também observamos como as reportagens reafirmam o espaço da ciência como pertencente majoritariamente à elite branca, enquanto tratam Joana como uma exceção. Essa representação reforça a exclusividade do grupo dominante e naturaliza a ausência de pessoas negras nesses espaços. Essa lógica, demonstra que mesmo a presença de sujeitos racializados na ciência pode ser utilizada para reafirmar a hierarquia hegemônica, em vez de desafiá-la.

Ademais, percebemos o esforço em ganhar a simpatia do público conservador por meio da deslegitimação de narrativas que denunciavam opressões históricas. Simpatia essa, que obviamente era para si, e não para Joana, com a qual não havia problema em admitir zero responsabilidade de preservação moral no todo de sua trajetória. Bento nos ajuda a entender essa solidariedade seletiva da branquitude, nos explicando que de maneira geral,

expressamos sentimentos de obrigações morais na família, com amigos, mas nem sempre com estranhos e, menos ainda, com inimigos e membros de grupos negativamente estereotipados. Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados (Bento et al., 2002, p. 5).

Logo, como Joana não era parte do ‘universal’, era natural que ela não experimentasse esses sentimentos por parte dos jornalistas. As reportagens ainda relativizaram o racismo e descreditaram movimentos sociais, fortalecendo o antagonismo contra grupos historicamente marginalizados, desestimulando um olhar crítico sobre as desigualdades estruturais.

Nossas análises evidenciaram que o caso de Joana D’Arc Félix não foi um evento isolado, mas parte de um padrão sistêmico que perpetua a exclusão e as desigualdades raciais.

A próxima categoria analisada foi a Influência sobre Abuso de Poder nas reportagens (Quadro 29), buscando entender o modo com o qual os discursos reforçaram ou resistiram aos abusos de poder praticados na atualidade de suas produções.

Quadro 29 – Análise da Influência sobre Abuso de Poder nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	3. Influência sobre Abuso de Poder	De que forma o discurso reforça ou resiste aos abusos de poder praticados no tempo-espço sociais da fala?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Perpetua o modus operandi da mídia hegemônica tradicional no que tange à sua (falta de) responsabilidade ao lidar com questões raciais; • Corrobora e reforça a associação costumaz que mídia promove de pessoas negras à atos criminosos ou de ‘moralidade questionável’;		

Fonte: Os autores (2025).

Com base nas reportagens analisadas, percebemos como o discurso midiático ainda opera como ferramenta de manutenção do racismo estrutural, reproduzindo padrões que associam pessoas negras a narrativas de dúvida e desconfiança. No caso de Joana, a mídia priorizou elementos que questionam sua trajetória, desviando o foco de suas contribuições científicas. Ao destacar controvérsias e reforçar estereótipos, o discurso se torna uma forma de abuso de poder simbólico, perpetuando desigualdades e invisibilizando barreiras estruturais enfrentadas por pessoas negras, especialmente em espaços de prestígio.

A cobertura do caso não apenas deslegitimou as realizações da professora, mas também evidenciou como a mídia ainda sustenta narrativas colonialistas que reduzem histórias de luta coletiva a superações individuais, em detrimento de uma associação de pessoas negras como sendo de moral questionável. De acordo com Bento et al. (2002, p. 5)

agentes da exclusão moral compartilham de características fundamentais, como a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos. O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados.

Por isso, entendemos que desqualificar toda a trajetória de Joana foi uma espécie de pedra angular nas reportagens do *Estadão*, demonstrando por parte dos jornalistas, o “descompromisso político com o sofrimento de outro” (Bento, 2002, p. 5).

No caso dos artigos de opinião (Quadro 30), os discursos não foram diferentes.

Quadro 30 – Análise da Influência sobre Abuso de Poder nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	3. Influência sobre Abuso de Poder	De que forma o discurso reforça ou resiste aos abusos de poder praticados no tempo-espaço sociais da fala?
Análise dos artigos de opinião		
• Minimiza os limites éticos que os veículos de comunicação e comunicadores devem trabalhar; • Perpetua o modo negativo com o qual as mídias tendem a posicionar sujeitos que considera racializados;		

Fonte: Os autores (2025).

Nos artigos de opinião, os jornalistas construíram um apanhado de textos que reproduz e legitima práticas de exclusão racial e social. Foram construções discursivas que legitimaram a meritocracia, ao retratar a trajetória da professora Félix como “heroica” e “excepcional”, silenciando os contextos estruturais de desigualdade racial e de classe que ela também fazia parte.

Os textos apresentaram também uma ‘permissão’ para que a voz de Joana fosse mediada por narrativas que reforçassem a branquitude como norma, moldando a história da pesquisadora de maneira a destacar apenas aspectos de esforço individual, sem problematizar os privilégios que sustentam a exclusão histórica de pessoas negras. Além disso, com a exotização da trajetória de Joana, a mídia reforçou a ideia de que o sucesso de pessoas de fora do grupo dominante é uma raridade.

A mesma pessoa que antes foi elevada pela mídia, por ser um exemplar raro de superação, rapidamente foi rebaixada a uma típica exemplar de seu grupo, já que a partir do que houve com ela, nenhum pesquisador negro poderia mais ficar intangível às checagens excessivas em cada aspecto de suas trajetórias pessoais e profissionais. É o “lugar de raça” que a branquitude faz uso sempre que projeta uma excessiva visibilidade grupal do outro” em contraste com uma “intensa individualização” de seu próprio grupo. Esse “lugar de raça”,

é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos desta relação. Assim, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. Não se trata, por tanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros (Bento et al., 2002, p. 17).

Por esse mesmo motivo, ainda que algum jornalista branco se colocasse a criticar a postura de um de seus colegas em sequer tangenciar a problemática racial, o fariam porque são

‘iluminados’, e diferentes de seus pares. Mas para Joana, restou ser promovida a representante de todos os negros e negras ‘vitimistas’ do Brasil, em especial àqueles envolvidos com ‘pautas de esquerda’.

Na sequência (Quadro 31), nos interessamos em saber se de algum modo os discursos dos textos do *Estadão* reforçavam ou resistiam à reprodução das desigualdades existentes em seus determinados tempo-espço sociais

Quadro 31 – Análise da Influência sobre Reprodução das Desigualdades nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	4. Influência sobre Reprodução das Desigualdades	De que forma o discurso reforça ou resiste à reprodução das desigualdades existentes no tempo-espço sociais da fala?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Reforço da ideologia dominante da branquitude ‘como regra’ ao se tratar de quem pode ocupar/acessar locais como a universidade/meio acadêmico e a ciência; • Fomento das tensões raciais já existentes na sociedade brasileira; • Não contribui para a alteração da já conhecida estratégia da mídia beneficiar-se da exploração e exposição de pessoas negras a situações humilhantes e de conotação negativa;		

Fonte: Os autores (2025).

Nosso entendimento, foi que o discurso midiático nesse caso, desempenhou sim papel significativo na perpetuação das desigualdades sociais e principalmente na recepção de seu público a debates que discutam questões como racismo na ciência e na academia. Isso porque atrás do discurso meramente informativo, estabeleceu-se normas e regras implícitas sobre quem poderia ocupar ou acessar espaços como universidades, o meio acadêmico e a ciência. Quem não poderia ter acessado tudo isso? Joana. Mas como Joana representa todo o grupo de pessoas afrobrasileiras, logo, é como se esse grupo todo merecesse ter seu acesso restringido, e ser inquirido acerca da confiabilidade de suas contribuições.

Além disso, a linha editorial do jornal foi guiada pela cartilha das estratégias midiáticas já conhecidas na mídia hegemônica, que frequentemente exploram e expõem pessoas negras em situações de conotação negativa ou humilhantes em benefício próprio, ao mesmo tempo que negligencia o papel que algum desses sujeitos – como Félix – efetivamente tiveram na transformação social e no avanço científico dos ambientes que ocupam, mesmo em condições que lhes permitiu ter apenas um laboratório improvisado e garrafas pet para produzir ‘ciência de ponta’.

O que foi colocado em funcionamento para Joana, nos permite apoiar na discussão que Sovik (2009, p. 53 – Aqui ninguém é branco) propõe para explicar porque, por mais que a

“convivência social mais afável, mais comunicativa” seja tão valiosa, ela não se aplica em contextos de relações raciais. Ela nos diz:

A fraternidade não existe por decreto, como comprova o caso de Sandro do ônibus 174³¹, pois ele não era “qualquer um”, nem parente dos leitores das revistas semanais. A igualdade diante do sofrimento e do gozo não é fato cotidiano, ao contrário, tudo indica que o sofrimento gerado pela opressão seja distribuído de forma desigual. Assim, diversos atores e circunstâncias dizem: se é para preservar a convivência amena, cordial, há que buscar a democracia e criar as condições para uma maior presença de negros em espaços onde hoje parecem fora de lugar (Sovik, 2009, p. 53).

O aparente prazer que a branquitude midiática demonstrou sentir, a cada reportagem publicada para insuflar reações negativas contra Joana, foi quase pornográfico. A partir disso, tivemos como resultado narrativas que romantizaram a superação individual e serviram ao conforto do público branco, simultaneamente à perpetuação de estereótipos racializados. A trajetória da professora pesquisadora foi apresentada com foco desproporcional em sua origem humilde e nas dificuldades financeiras, desumanizando-a ao reduzir sua identidade às suas lutas pessoais.

Identificamos, ainda, que a mídia romantizou a resiliência de Joana sem problematizar as condições que tornam sua trajetória possível. A narrativa de “exceção” polarizou o debate, separando o “nós” (hegemonia branca) do “eles” (pessoas negras), e deslegitimou a agência de sujeitos negros no campo acadêmico. Além disso, a insistente ênfase na individualidade da professora ignorou categoricamente algumas lutas coletivas e conquistas importantes do movimento negro, como as políticas afirmativas, que viabilizaram o acesso de outras pessoas negras à universidade.

No quadro 32 abaixo, apresentamos nossa análise do modo que os discursos dos artigos de opinião reforçaram ou resistiram à reprodução das desigualdades existentes no tempo-espaço sociais em que estavam situados.

Quadro 32 – Análise da Influência sobre Reprodução das Desigualdades nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	4. Influência sobre Reprodução das Desigualdades	De que forma o discurso reforça ou resiste à reprodução das desigualdades existentes no tempo-espaço sociais da fala?
Análise dos artigos de opinião		

³¹ Neste ponto, Liv Sovik relembra o caso do sequestro do ônibus 174, um dos mais emblemáticos ocorridos no Brasil dos anos 2000, e a posterior exploração da imagem de Sandro, jovem negro que assaltou o ônibus e fez vários reféns.

- Reforça a falta de responsabilidade dos jornais e jornalistas ao veicular notícias que envolvam pessoas negras;
- Reforça o discurso de que a academia/ciência é local cujo acesso não deve ser para todos;
- Contribui para o silenciamento das vozes de pessoas negras;

Fonte: Os autores (2025).

Aqui, entendemos que o discurso midiático contribuiu para a perpetuação de uma visão teórica hegemônica, novamente sustentada pelos pilares da branquitude e da desigualdade estrutural. Ao analisarmos o quadro geral implicado no caso da professora Félix, percebemos como mais uma vez, o discurso presente nos artigos esvaziou as especificidades de sua trajetória como cientista negra e professora, adotando uma narrativa descontextualizada que ignora marcadores raciais e os desafios históricos enfrentados por pessoas negras que de alguma forma se destacaram no campo científico.

Ao ignorar essas dinâmicas, a mídia contribuiu para o apagamento de um histórico mais amplo de resistência e luta de pessoas negras. Spivak (2010), por sua vez, nos alerta para como o discurso dominante molda as narrativas de grupos marginalizados. Ainda que a história de Joana seja apresentada, isso ocorreu por meio de uma perspectiva que minimizou as dinâmicas de opressão racial, diluindo o impacto transformador que sua trajetória poderia representar.

A respeito da Influência sobre a Visão Teórica Hegemônica, que perpetua desigualdades e discursos dominantes na sociedade, pela análise das reportagens do *Estadão* (Quadro 33), identificamos que os discurso ‘neutros’ do jornal, foram estruturados para reforçar o esvaziamento de significado de ícones que ameaçam os espaços ocupados pelo grupo hegemônico ou pela branquitude, funcionando como uma forma de manutenção de poder.

Quadro 33 – Análise da Influência sobre Visão Teórica Hegemônica nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	5. Influência sobre Visão Teórica Hegemônica	De que forma o discurso reforça ou resiste à visão teórica hegemônica sobre o fenômeno social tratado na fala?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Reforça o esvaziamento de significação de ícones que ameaçam espaços ocupados pelo grupo hegemônico/branquitude, como forma de manutenção de seu poder; • Retira a individualidade de pessoas negras, e reforça a generalização de casos particulares como sendo regra para todo o grupo - uma parte vale pelo todo; • Contribui com a visão simplista e que diminui as contribuições de pessoas negras nas áreas de ‘erudição’ da branquitude, como o campo científico;		

Fonte: Os autores (2025).

Além disso, mais uma vez foi perceptível o quanto os discursos minavam o direito à individualidade de pessoas negras, já que por mais que estivessem se valendo exclusivamente do caso de Joana, não estavam inocentes quanto à generalização que seria estendida para todo o grupo ao qual ela pertence, ou seja, a parte foi utilizada como representativa do todo, evidenciando o processo de invisibilização e homogeneização que autores como Bento (2022; 2002), Fanon (2008) e Kilomba (2019) já nos ajudaram a discutir anteriormente nessa tese.

Por fim, o discurso dos textos do *Estadão* foi propositalmente redigido de forma simplista, esvaziado de crítica social, porque assim, para desvalorizar as contribuições de pessoas negras em áreas de destaque, como o campo científico, bastava reafirmar que esse é um campo de erudição reservado à branquitude – haja vista que por mais que tenham recorrido à terceiros, nenhum desses era do mesmo grupo racial que Joana.

Não problematizar o racismo estrutural presente no sistema educacional e no próprio jornalismo, é o mesmo que reforçar essas exclusões. Ao favorecer a generalização de casos particulares como se fossem uma regra, os jornalistas anularam a potência de transformar trajetórias como a de Joana em símbolos de mudança estrutural, para apenas retratá-la como uma exceção, uma ‘anomalia’ que, paradoxalmente, apenas confirmou a ordem vigente: certos espaços, como a ciência, DEVEM ser restritos à branquitude, senão... Alguma ‘Joana’ certamente os ‘destruiria’, emprestando o termo de Vilicic (2019).

A análise dos artigos de opinião apresentada nessa categoria (Quadro 34), nos demonstrou os mecanismos de reforço às visões teóricas hegemônicas, particularmente no campo das ciências e na representação social de pessoas negras em posições de destaque acadêmico e profissional.

Quadro 34 – Análise da Influência sobre Visão Teórica Hegemônica nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	5. Influência sobre Visão Teórica Hegemônica	De que forma o discurso reforça ou resiste à visão teórica hegemônica sobre o fenômeno social tratado na fala?
Análise dos artigos de opinião		
• Reforça indiretamente o discurso de que pessoas negras são menos competentes que seus pares profissionais não negros; • Reforça o discurso meritocrático e o individualismo como únicos caminhos para alcançar ‘sucesso profissional’; • Reforça indiretamente a ideia de que ‘altos’ investimentos do governo em universidades, ciência e tecnologia não são produtivos para a sociedade;		

Fonte: Os autores (2025).

Outro ponto importante que identificamos é a maneira como as reportagens desvalorizam os investimentos em ciência, tecnologia e instituições educacionais públicas. Isso foi destaque no texto de Paulo Cruz, que usou o seu espaço para manter um discurso midiático que defendeu visões eurocêntricas da ciência, sem levar em conta que a produção de ciência no Brasil é permeada por dinâmicas específicas:

Não sendo mais as universidades centros de verdadeira cultura, como eram no tempo de sua criação no Ocidente – onde se produzia um tipo de conhecimento que “era o sistema de ideias sobre o mundo e a humanidade que o homem de então possuía” e o repertório de convicções que norteava sua existência –, mas somente fábricas de diplomas e de cientistas que vivem às custas de bolsas de estudo sem produzir nada de relevante, resta-nos, portanto, administrarmos o susto de, vez por outra, termos de lidar com nossa duríssima realidade através de exemplos fraudulentos – e tristes, muito tristes – como o de Joana D’Arc Felix de Sousa.

Cruz aqui, fez uso de um expediente bastante problemático, fruto de sua mente colonizada. Foi incapaz de sequer incluir em sua crítica – independente das ressalvas específicas que tivesse à Joana – a exclusão racial e de gênero enfrentadas por mulheres nos ambientes acadêmicos, à exemplo das trajetórias de autoras de Lélia González e Carolina Maria de Jesus, que praticamente não conseguiram acompanhar o alcance e relevância de seus textos quando ainda estavam vivas.

Mais problemático ainda, se levarmos em consideração que Cruz se aproveitou da situação para desmerecer pesquisadores brasileiros, acusando-os de “viver às custas de bolsas de estudo sem produzir nada de relevante”, demonstrando estar imerso no que Rosa, Alves-Brito e Pinheiro (2020, p. 1442) consideram ser o “estado de pós-verdade para pessoas negras e suas epistemologias” que a ciência hegemônica, eurocêntrica e branca, representa. Infelizmente, Paulo Cruz em seus discursos elaborados não só para invalidar a produção científica de Joana Félix, mas também de pesquisadores brasileiros no geral, endossa “o projeto de domínio, subalternização e invisibilização de corpos negros e dos subalternizados no sistema colonizador da Europa se deu, sobretudo, por meio da educação”. E preciso continuar concordando com os autores, quando estes colocam que mesmo na atualidade, a realidade brasileira continua usando a educação como “ferramenta de controle e de poder dos pensamentos hegemônicos” (Rosa; Alves-Brito; Pinheiro, 2020, p. 1447).

Apenas para não encerrar a análise dessa categoria de forma a retribuir a agressividade que Paulo Cruz ofereceu à Joana, proponho que nos firmemos nas palavras de hooks, quando

esta diz que “muitas pessoas negras são convencidas de que nossas vidas não são complexas e, portanto, não são dignas de reflexões e análises críticas sofisticadas” (hooks, 2019, p. 14), que “amar a negritude é perigoso em uma cultura supremacista branca — tão ameaçador que a punição é a morte” (hooks, 2019, p. 56). Então mesmo não defendendo, de certa forma somos capazes de entender algumas das motivações de Cruz para não ser diferente dos demais colegas de profissão nesse caso.

Abordagens como a de Cruz, perpetuam o mito da neutralidade científica, ocultando as estruturas de poder que moldam o campo e dificultam a democratização do acesso.

A penúltima estrutura mental que avaliamos foi a Coesão Social, que diz respeito a aceitação social dos discursos, iniciando pelas reportagens (Quadro 35).

Quadro 35 – Análise da Coesão Social nas reportagens do *Estadão*

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	6. Coesão Social	É um discurso de fácil aceitação social?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		
• Discurso facilmente aceito pela sociedade em geral, em especial a parcela alinhada a ideologias de extrema-direita; • Discurso que reforça múltiplas formas de racismo;		

Fonte: Os autores (2025).

Conforme discutimos nos quadros 23 e 24 mais acima nesta pesquisa, a respeito do conhecimento dos receptores, o discurso das reportagens foi bem recebido de forma geral, por conta do contexto político extremamente polarizado que a sociedade brasileira estava enfrentando. Observamos que os discursos midiáticos foram capazes de fomentar consensos sociais entre seus leitores, ao enfatizar narrativas de “superação individual”, desviando a atenção de questões estruturais, como o racismo. No caso de Joana, sua trajetória foi apresentada como excepcional, se valendo de uma despolitização proposital de sua história para reforçar a meritocracia. Essa construção invisibilizou o impacto coletivo e estrutural que subjaz a trajetória de pessoas negras, destacando apenas aspectos que se alinham aos valores hegemônicos, como esforço e mérito.

A branquitude, como estrutura de privilégio racial, se manifestou na naturalização de desigualdades e na invisibilização de barreiras enfrentadas por pessoas negras, usando como pano de fundo a perspectiva de enquadrar o sucesso da professora como resultado exclusivo de esforço pessoal, ignorando a pergunta principal: porque não são recorrentes cientistas negras que ocupem espaços de relevância, como fez Joana? Para responder essa pergunta, entretanto,

a prioridade deveria ser deixar de normalizar as desigualdades e silenciar debates sobre racismo estrutural, algo que definitivamente não estava na agenda dos jornalistas e nem do jornal.

Assim sendo, nossa percepção foi a de que discurso das reportagens foi amplamente aceito pela sociedade da época – e infelizmente ousou dizer, que na sociedade atual também seria – porque se alinha a valores já predominantes na formação do Brasil, como uso da meritocracia e despolitização do racismo, reforçando a coesão social em torno de ideologias hegemônicas. Esse mesmo cenário se repetiu na análise dos artigos de opinião abaixo (Quadro 36).

Quadro 36 – Análise da Coesão Social nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	6. Coesão Social	É um discurso de fácil aceitação social?
Análise dos artigos de opinião		
• Público em geral tende a não questionar/problematizar a conduta da mídia; • Ideia de que cobrar sensibilidade racial dos meios de comunicação equivalem a um ‘vitimismo’, uma cobrança por algo que não existe (suposta democracia racial); • Desconhecimento da população quanto a formação e trabalho de cientistas e pesquisadores, perpetuando a ideia de que é/deve ser um local restrito;		

Fonte: Os autores (2025).

Ao longo das reportagens, notamos a atuação do pacto não verbalizado, já tão discutido no âmbito desta tese, e que se valeram do reforço à narrativas meritocráticas para desautorizar a luta por inclusão e justiça racial, ao mesmo tempo em que garantiram a difusão de um ideal que ‘justifica’ o porquê determinados espaços não devem ser acessados ou ocupados por quem não pertence ao grupo de interesse – no caso, apenas cientistas negros, como Joana, não são capazes de alcançar brilhantismo em suas carreiras de maneira ‘honesta’.

É uma espécie de memória social racializada que exclui a negritude como sujeito de conhecimento, algo evidente na ausência de cientistas negros no imaginário popular. Neste sentido, a mídia só fez reforçar essa exclusão, ao colocar a professora Félix como um raro ‘caso de sucesso’, perpetuando uma visão de que o espaço científico é restrito e inacessível para a maioria das pessoas, narrativa que contribui para a violência epistêmica, ao desconsiderar as contribuições históricas e atuais de negros na ciência. Mais uma vez, Joana foi posicionada pela mídia como sendo a exótica, uma colonizada, emprestando a visão de González de que “o colonizado é aquele que não é sujeito do próprio discurso, na medida em que é falado pelos outros” (González, 1988, p.134).

No quadro 37 abaixo, analisamos a última categoria em busca da presença de Antíteses Discursivas tanto nas reportagens do *Estadão*, quanto nos artigos de opinião, procurando entender se esses textos apresentavam outros discursos que poderiam levar seus leitores a crenças alternativas.

Quadro 37 – Análise das Antíteses Discursivas com base nas reportagens do *Estadão* e nos artigos de opinião

Estrutura Mental	Categoria	Pergunta
Memória Social	7. Antíteses Discursivas	Existem outros discursos que levam a crenças alternativas?
Análise das reportagens do <i>Estadão</i>		Análise dos artigos de opinião
- Ausência de discursos que denunciavam a desproporcionalidade da mídia no que tange às notícias de situações semelhantes envolvendo pessoas brancas e negras; - Não houve no <i>Estadão</i> discursos que denunciasses o controle narrativo de mídias hegemônicas frente a seus alçozes, ou mesmo veículos de imprensa ‘alternativos’; - Ignoraram as críticas à isenção de responsabilidade que os veículos de imprensa gozam frente aos prejuízos materiais e psicológicos que suas ações podem gerar às ‘pessoas comuns’;		- Apenas tangenciam a falar sobre abuso de poder das autoridades ao discursar a respeito de situações que envolvam a população negra e/ou vulnerável; - Ausência de denúncias quanto a falta de representatividade nas redações dos grandes veículos de comunicação; - Ignoram a necessidade de regulamentação da mídia hegemônica;

Fonte: Os autores (2025).

No quadro geral, observamos uma ausência de discursos que problematizem a desproporcionalidade da cobertura midiática entre casos envolvendo pessoas brancas e negras. As reportagens do *Estadão* não abordaram críticas ao controle narrativo exercido pelas mídias hegemônicas, ignorando até mesmo a perspectiva de veículos alternativos. Além disso, deixaram de destacar a responsabilidade moral e material da imprensa pelos danos causados às populações vulneráveis, consolidando um discurso que prioriza interesses elitistas.

Nos artigos de opinião, o padrão de invisibilização continua, uma vez que esses textos apenas tangenciam temas relacionados ao abuso de poder de autoridades, sem abordar diretamente questões de racismo estrutural e desigualdade social. Não há denúncias explícitas sobre a falta de representatividade nas redações dos grandes veículos de comunicação, reforçando a homogeneidade ideológica e racial dos espaços midiáticos dominantes. Também é ignorada a necessidade de regulamentação da mídia hegemônica, evidenciando uma postura de manutenção do status quo em detrimento de discursos transformadores ou alternativos.

A análise nos permitiu visualizar que a mídia não apenas relatou fatos, mas também estruturou o acesso à informação de modo a reproduzir desigualdades e relações assimétricas de poder. No caso de Joana, observamos uma tensão entre o reconhecimento de sua história como cientista e a omissão ou minimização de sua identidade racial e de classe. As reportagens analisadas muito exaltaram sua superação pessoal, enquadrando-a como uma exceção que confirma a regra de exclusão estrutural, mas falharam em abordar criticamente as condições que tornam trajetórias como as da professora tão ‘raras’.

Mesmo a tímida presença de antíteses discursivas nos artigos de opinião, como quando criticavam a postura do governo em negar o racismo e a ciência, foram atenuadas pelo contexto geral das reportagens – e acreditamos que também por conta do pacto narcísico dos jornalistas, tanto por fazerem parte de uma branquitude que se protege, quanto pelos acordos da profissão.

Isso não quer dizer que não houve, para além dos veículos de mídia aqui escolhidos por nós, outros jornalistas e personalidades que se colocaram na defesa de Joana, no que tangia à evidente motivação racial que a súbita publicação de textos jornalísticos com o intuito de dismantelar a relevância de seu trabalho e de sua pessoa, enquanto uma cientista negra de referência na área do ensino e da química.

A questão é a dificuldade de desfazer uma narrativa impulsionada de modo selvagem e capitalista pelo *Estadão*, que jornalistas vinculados a empresas independentes de comunicação se depararam no processo de se posicionarem frente ao caso de Joana. Ainda assim, textos como o que Luciana Barreto escreveu e publicou pelo *Notícia Preta*, o artigo intitulado *Por que a história da doutora Joana D’Arc fere toda a comunidade preta?*³² apresentaram um ponto de vista mais crítico quanto ao racismo que permeou o caso de Joana, inclusive questionando a escolha dos jornalistas Resk e Cafardo em publicarem sua matéria em uma data particularmente sensível para a comunidade negra brasileira.

Cito o *Notícia Preta* porque podemos facilmente comparar seus números nas redes sociais com os do próprio *Estadão*: apenas no Facebook, o *Estadão* soma cerca de 3,6 milhões de seguidores, enquanto o *Notícia Preta* possui cerca de 20 mil seguidores. É um dado que nos traz muito o entendimento que van Dijk (2008) pontua ao discutir o que, de fato representaria um cenário a se esperar para combater ou disputar de maneira igual com o poder da mídia hegemônica:

Diversidade entre os jornalistas pode não ser o suficiente. Jornalistas das minorias, se recrutados de fato, são selecionados pela semelhança de seus valores com os do dono ou do editor principal dos jornais, ou porque esses

³² Publicado em 18 mai. 2019 e disponível em: <https://noticiapreta.com.br/por-que-a-historia-da-doutora-joana-darc-fere-toda-a-comunidade-preta/>.

jornalistas se adaptam aos colegas para poder manter seus empregos ou condições razoáveis de trabalho. Nesse caso, é a diversidade dos compradores de jornais que constitui um incentivo poderoso para mudar as políticas editoriais. De forma mais geral, empresas tenderão a discriminar menos quando seus diretores compreendem que, tanto para o recrutamento de pessoal qualificado como também para satisfazer seus clientes, esse preconceito é ruim para os negócios (van Djik, 2008, p. 36).

Dentre outras notícias que encontramos na época do caso, e que foram além de simplesmente desmerecer a professora e desconsiderar as implicações raciais envolvidas em expor excessivamente sua figura à fim de desmascarar sua suposta ‘carreira fraudulenta’, podemos também destacar a matéria de Marcelo Lima publicada no blog do site Quero Educação³³. O texto intitulado “Joana D’Arc Félix de Souza: uma reputação acadêmica colocada em xeque”, foi publicado cerca de uma semana após a primeira reportagem do *Estadão*, e apresentou uma entrevista com a professora, que ao contrário do programa *Roda Viva*, não foi simplesmente cancelada para evitar envolvimento no assunto. A justificativa para a entrevista está ainda nos parágrafos iniciais do texto, onde Lima escreve

Apesar da polêmica e de sua reputação ser questionada, a professora doutora desenvolve diversas pesquisas, junto aos seus alunos, na escola técnica (Fatec) de Franca-SP.

Desde 1999 a professora leciona na escola e coordena projetos sustentáveis, pautados no reaproveitamento de resíduos da indústria coureiro calçadista da região. Tais projetos já deram origem a, aproximadamente, 17 patentes e diversos prêmios.

Na última sexta-feira, 17, durante o evento de Educação Bett Educar, o blog conversou com a pesquisadora sobre os fatos que tomaram a mídia e, também, acerca de sua percepção sobre a pesquisa brasileira, corte no financiamento e alternativas.

Essa escolha do blog em seguir com a entrevista e oferecer à Joana a possibilidade de fornecer suas explicações sem receber julgamentos na sequência, rompe com o ciclo tão fomentado pelos demais veículos que tanto usaram de sua imagem para autopromoção. Foi como retirar da professora “máscara do silenciamento” que até então ela havia sido forçada a usar, apenas para me apropriar da discussão que Kilomba (2019, p. 33) propõe ao falar na máscara de Anastácia. Joana ao ser entrevistada, e receber perguntas como “O que aconteceu em relação a história do diploma de Harvard? Ele é falso? Você foi muito longe com seus projetos de pesquisa, mesmo com poucos recursos. Como um professor pode se espelhar na

³³ Conforme consta na aba ‘Sobre nós’ do site Quero Educação: “nosso DNA de startup, desenvolvemos serviços e soluções 100% digitais para que instituições de ensino de todo o país possam alcançar mais pessoas, melhorar sua gestão e focar no que realmente importa: um ensino de qualidade”. Ou seja, não é um canal de notícias cujo objetivo principal é discutir notícias gerais, e sim àquelas relacionadas ao universo acadêmico. Isso faz com que o público do site seja bem específico, então não há possibilidade de ser comparado em alcance com os veículos de mídia que analisamos ao longo desta pesquisa.

senhora e fazer muito com pouco?”, ela pode então “revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer “se desviar”, “manter à distância” nas margens, invisíveis e ‘quietas’” (Kilomba, 2019, p. 37).

Houve alguns outros também: Euler Belém, com seu texto A química Joana D’arc admitiu que mentiu sobre Harvard. Que tal deixá-la em paz?” publicado pelo Jornal Opção; Dimitrius Dantas, com “Santos e Oliveira divergem sobre o caso de Joana D’Arc Félix de Sousa”, do O Globo-Época, e até mesmo o escritor e romancista brasileiro Itamar Vieira Junior³⁴, com seu ensaio ““Amada” e o martírio de Joana D’Arc”, publicado na revista literária São Paulo Review. Desse último texto mencionado, de autoria de Vieira Junior, o escritor provou que de maneira alguma seria necessário endossar alguma inconsistência no currículo de Joana para exercer um olhar crítico aos ataques por ela sofridos:

Não faço a defesa do ilícito, da fraude em currículos, que fique bem claro, mas ninguém quis saber por quais motivos ela haveria prestado informações falsas, mesmo sabendo que as oportunidades não são iguais para todos, sobretudo para uma mulher negra. **Joana D’Arc é mais um corpo negro “linchado em praça pública” – e, por ironia, como a Joana D’Arc da *Place do Vieux Marché* –, como sempre ocorreu desde que os negros aportaram neste continente.** E quando se diz que é racismo ouve-se sátiras e negações baseadas nos valores de uma sociedade branca e patriarcal, o inabalável paradigma do nosso mundo. Definitivamente, se um não-negro não exercitar o seu olhar compassivo – e a compaixão é o sentimento que nos permite nos colocar no lugar do outro –, jamais poderá compreender que não se trata a todos da mesma forma (Vieira Junior, 2019, grifos nossos).

Grifei um dos trechos do excerto acima, porque encontrei no texto de Vieira Junior exatamente a mesma indignação que senti quando escolhi o título desta tese. Penso que compartilho com o romancista, o sentimento de que em minhas palavras a respeito de Joana, por mais que não fosse ela falando diretamente, busquei falar por ela não projetando-a como ‘Outra’, e sim como ‘Eu’... Enfim, tentei lançar um olhar livre da já determinada “representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer” que a mídia a relegou.

No próximo capítulo, proponho um fechamento para o que intencionei nesta tese, apresentando um resumo das principais discussões que realizei nesta seção de análise, além de algumas últimas considerações sobre Joana D’Arc Félix de Sousa, e o que aconteceu com ela desde então.

³⁴ Autor do livro ganhador do Prêmio Jabuti em 2020, o romance Torto Arado.

5 O QUE SOBRA QUANDO A FOGUEIRA SE APAGA? À GUIA DE UM EPÍLOGO

Soy, soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano
El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
(Latinoamérica, Calle 13)

No capítulo de abertura desta tese, expressei que considero os inícios desafiadores... Após minha jornada de pesquisa, posso dizer com propriedade que os desfechos podem ser ainda mais difíceis! Nesta pesquisa, me propus a analisar criticamente a cobertura midiática do caso da professora doutora Joana D’Arc Félix de Sousa, mais especificamente as reportagens e artigos de opinião publicadas pelo jornal Estado de S. Paulo (*Estadão*), *VEJA*, *R7* e *Gazeta do Povo*. Calibrei minhas análises com os pressupostos metodológicos da Análise Crítica do Discurso (ACD) sociocognitiva de Teun van Dijk, buscando articular diversos autores e autoras que me ajudassem a discutir de que modo a branquitude midiática brasileira operacionalizou e exerceu poder com seus discursos acerca da professora.

Não foi arbitrária minha escolha de analisar o caso da professora Joana. Ela foi inclusive, bastante emocional, pois a educadora possui uma trajetória ‘comum’ para mulheres negras que passam a ocupar espaços historicamente idealizados para a branquitude. Essa é em certa medida, a minha história. Logo, se ‘Ciência’ de ‘verdade’ só pode ser produzida com 100% de objetividade e 0% de afetividade, já adianto que falhei... E me orgulho disso!

O modo como organizei as análises dos textos, foi utilizando as estruturas mentais propostas por Couto e Carrieri (2018), para buscar padrões discursivos. A primeira estrutura mental analisada foi a Memória Pessoal, que possibilita considerar o modo como as opiniões e experiências de vida mobilizam os discursos. Na categoria da *Subjetividade*, as análises

permitiram inferir que os discursos midiáticos, tanto nas reportagens do *Estadão* quanto nos artigos de opinião, hostilizaram e vilanizaram Joana, relativizando suas justificativas e expressando um receio de que sua situação prejudicasse a ciência brasileira. A visão unânime de ciência que prevaleceu nos discursos foi àquela advinda do colonizador: eurocêntrica e branca. Esse inclusive, foi um recurso muito utilizado para deslegitimar a ciência produzida pela professora Félix.

O *Uso Linguístico* denotou que as reportagens adotaram uma narrativa onisciente para buscarem respaldo em uma suposta ‘neutralidade’, esquivando-se de críticas quanto à falta de responsabilidade racial. enquanto os artigos de opinião utilizaram metáforas, hipérboles e um léxico escolhido meticulosamente para caracterizar Joana negativamente.

Quanto à *Intencionalidade* geral dos discursos, interpretei que se tratava de convencer o público de que a pesquisadora era uma mentirosa e fraudadora, sempre reafirmando o compromisso da mídia com a verdade.

Com a análise da *Coesão*, evidenciei uma estratégica omissão de informações relevantes sobre a trajetória de Joana, sustentada pela excessiva validação por terceiros, aliados e do mesmo grupo racial dominante, para consolidar a credibilidade do jornal.

Na *Unidade*, sobressaiu a reafirmação do discurso meritocrático e a ideia de que apenas certos sujeitos podem acessar a universidade e o campo científico, pois Joana sendo mulher negra e de origem humilde, destoava desses espaços que historicamente foram construídos para e pelos grupos dominantes.

Na *Coerência*, última categoria que analisamos na Memória Pessoal, a análise mostrou que os discursos hegemônicos se fundaram em contradições e inconsistências, como por exemplo a cobrança de explicações por parte da professora Félix, ao mesmo tempo em que suas justificativas eram categoricamente ignoradas ou invalidadas.

A segunda estrutura mental que analisei foi o *Contexto*, que direcionou meus olhares partindo da situação discursiva em que se encontravam os envolvidos no discurso, fossem produtores ou receptores. Iniciando pela Vantagem Direta, com a análise foi possível perceber que os discursos beneficiavam os enunciatários, ou seja, os jornalistas e seus respectivos veículos de mídia, ao reforçar sua imagem de defensores da verdade. Isso também possibilitou a eles, conquistar a credibilidade de um público conservador, em um momento da história do Brasil marcado pela polarização política.

Para exercer a *Persuasão*, os discursos se valeram da apresentação de estereótipos para reforçar a desqualificação da credibilidade de Joana. Já no que diz respeito ao Controle da fala/texto, prevaleceu o controle exercido pela mídia hegemônica, que restringiu o espaço de

manifestação reservado à Joana (ou seus aliados, como o movimento negro brasileiro), algo que ocorreria em uma disputa de poder justa no campo discursivo.

Na categoria da *Identificação*, analisei os discursos para averiguar se eles foram proferidos em função de alguma obrigação legal, social ou cultural, ou outro papel social específico. Contudo, o intuito principal dos jornalistas foi justificar na missão de informar e proteger a sociedade de falsos mitos, usando a narrativa que construíram de Joana para reforçar uma narrativa de exclusão e silenciamento.

A última categoria permitiu levantar hipóteses acerca do *Conhecimento dos Receptores* das mídias, e usando alguns dos comentários realizado pelo público nas próprias reportagens, defendendo que o contexto político e social no Brasil da época – e que infelizmente, pouco se alterou – favoreceu que o discurso midiático que reproduziu hierarquias raciais e deslegitimou epistemologias negras fosse aceito com pouca resistência.

A Memória Social foi a última estrutura mental cujas categorias estruturaram as análises que apresentei ao longo desta tese. De modo geral, ela direcionou os interesses analíticos possibilitando identificar os conhecimentos, crenças e valores que os interlocutores compartilham entre os membros de seu próprio grupo e cultura – no caso, dominantes – principalmente quando se referem a outros grupos.

Iniciando a análise pelos *Estilos Discursivos* dos textos, de acordo com as análises, a mídia adotou uma narrativa meritocrática e descontextualizada, que partiu da superexploração da imagem de Joana e das inconsistências que encontraram em sua trajetória acadêmica e profissional, para naturalizar desigualdades e invisibilizar as contribuições de mulheres negras (especialmente cientistas), mas não somente elas. Isso porque a professora não foi vista em sua individualidade, e sim como representante de todo seu grupo racial (algo que foi reforçado com a constante necessidade de diferenciá-la dos ‘verdadeiros cientistas’, em geral homens brancos.

A *Vantagem Indireta* que a mídia hegemônica obteve com os discursos, foi a de isentarem-se de responsabilidade social, já que assumiram uma postura que perpetuou narrativas hegemônicas que excluiu a voz de Joana, aqui vista como subalterna – apenas para relembrar Spivak (2010) – interpelada e ‘autorizada’ a falar apenas quando conveniente.

A respeito da *Influência sobre a reprodução das desigualdades*, a hostilidade com a qual Joana foi tratada, combinada com a transferência de responsabilidade integralmente para a professora, resultou em um reforço da hegemonia branca, e na manutenção de tensões raciais na sociedade brasileira.

Com a categoria *Influência sobre a visão teórica hegemônica*, pude constatar que os discursos da mídia retiravam a individualidade de pessoas negras – paradoxalmente ao ato de

partir de um caso individual como o de Joana, para elegê-la como representante de todas as pessoas negras – contribuindo com uma visão simplista de suas produções nas áreas ditas de ‘erudição’, conforme apontado pelos próprios excertos discursivos analisados, em especial a ciência.

A *Coesão Social* foi mantida em torno de ideologias que reforçaram a meritocracia e a despolitização do racismo, que quando citado pelos jornalistas em seus discursos, era apenas para imediatamente sofrerem um esvaziamento de pauta, com a negação de qualquer motivação racial em desconstruir a reputação e carreira de Joana Félix.

Na última categoria busquei a existência de *Antíteses Discursivas*, fosse dentro dos próprios textos midiáticos analisados, ou em outros veículos de mídia ‘alternativa’. No caso das reportagens e artigos de opinião provenientes da mídia hegemônica, houve uma ausência de discursos que problematizassem a desproporcionalidade da cobertura midiática entre casos envolvendo pessoas brancas e negras. Em outros veículos de mídia, incluindo no O Globo (que também é parte da mídia hegemônica), houve algum espaço para vozes alternativas, que contestavam abertamente principalmente a cobertura do *Estadão*, mas o cenário geral foi que, por mais que tenham se esforçado para contrapor a narrativa hegemônica, produziram apenas um ‘ruído’, tendo em vista algumas ‘consequências’ sofridas por Joana, que me arrisquei a supor com base na análise e em algumas evidências, que discuto adiante.

E retomando o questionamento que suscitei ao nomear este capítulo de encerramento:

O que sobra quando a fogueira se apaga?

Tentarei responder essa pergunta sem contradizer os ensinamentos de Spivak (2010) e de Kilomba (2019), pois não posso falar por Joana. Aliás, foi minha a decisão de não a contatar de forma alguma – por mais que tenha recebido incentivo dos colegas para isso. Eu simplesmente seria incapaz de provocar nela a sensação que teve quando passou por toda a exposição da mídia, ao anunciar que submeteria à análise os discursos produzidos para deslegitimá-la.

As dinâmicas de poder na mídia, moldam o acesso ao conhecimento e a legitimação de vozes dissidentes. Em última instância, somente uma transformação estrutural que confronte as hierarquias raciais, de gênero e de classe permitirá, que histórias como as da professora Joana sejam contadas de maneira plena e justa – ou ao menos respeitando o direito individual de falar ou não sobre determinados assuntos. Assim, pensar em um modo de regulamentação da mídia, em especial em termos de valores injetados em campanhas de impulsionamento que privilegiam os interesses do grupo hegemônico, não é meramente uma questão ética, mas uma luta por reestruturação de poder discursivo.

Não pude me “abster da representação”, e por menos sedutor que parecesse analisar a história de Joana por um ângulo já pré-determinado, onde escolhi estender um olhar que se não pudesse defendê-la sem exceções, pelo menos não a julgaria, me empenhei para “criar espaços e condições de autorrepresentação e de questionar os limites representacionais” relacionados à sujeita Joana D’Arc – novamente do modo como nos conceitua hooks (2019) – de modo a também entender meu próprio “lugar de enunciação” nessa jornada de pesquisa (Spivak, 2010, p. 15).

Sem mais rodeios: para Joana, após a fogueira ser ‘apagada’, o que significa ser esquecida pela mídia que antes de atirá-la ao chão, tanto a elevou, restou viver sua vida como qualquer um de nós, anônimos, ainda que possua em uma de suas redes sociais (Instagram) mais de 60 mil seguidores. Se antes Joana compartilhava coisas pessoais, hoje – fiz questão de atualizar isso em fevereiro de 2025, apenas para fins de localização temporal posterior – ela se restringe a compartilhar uma vez ao ano um anúncio dos processos de seleção e ingresso da instituição que leciona. Os comentários em suas redes são fechados, e creio que sabemos bem o porquê. A professora não atualiza seu currículo Lattes desde 26 de maio de 2019, pouco mais de uma semana após a publicação da primeira reportagem do *Estadão*. Mas ainda assim, presumo que continue trabalhando e produzindo ciência de ponta, só que agora não quer mais o reconhecimento midiático.

Para mim, após a fogueira que montei para mim mesma se apagar – quase uma autoimolação – fica um gosto agridoce. Apenas para não ser cobrada de retomar um dos tantos referenciais que coloquei em funcionamento, tento me apegar ao ato de ‘esperançar’, como verbo, como nos ensinou Paulo Freire. Esperançar que esta empreitada analítica represente pelo menos mais um pequeno ‘ruído’ junto às poucas reportagens que encontrei, e que tratavam Joana com a dignidade que ela merecia. E não usei a palavra ruído para minimizar a importância dessas mídias ‘dissidentes’ de forma alguma. Que bom que elas existiram! Divulgar as formas de “contrapoder” (van Dijk, 2020, p. 43) faz parte do papel do analista da ACD, e ousar dizer que acreditar em uma inversão de valores construída por elas também.

Mas apenas para deixar um último pensamento que emprestei de Spivak (2010) nessa reta final – afinal, prometi comentar a respeito da imobilidade perante conclusão tão ‘crua’ de o subalterno não poder falar, e do modo como a autora me possibilitou ‘escapar’ dela, não é mesmo? A justificativa de Spivak (2010, p.126), que me tirou o chão somente para me devolver em seguida, é que

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. À representação não definhou. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio.

Mas assim como não tive “floreio” a oferecer (e nem a aceitar!) para me esquivar da responsabilidade de falar sobre a história de Joana, responsabilizando quem merecia ser responsabilizado, espero que as próximas que venham depois de mim, sejam pesquisadas ou pesquisadoras, também não o aceitem!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Waleska Miguel; MASTRODI, Josué. Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 2332-2359, 2018.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva et al. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. Editora Companhia das Letras, 2018.

CARDOSO, Lourenço Cardoso. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação**, [S.l.], v. 47, n. 1, p. e72/ 1–24, 2022.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 88-106, 2014.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara. **Portal Geledés**, 2004.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias** São Paulo: Contexto, 2006.

CORAZZA, Sandra Mara. Manual infame... mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. **Em tese**, v. 22, n. 1, p. 95-105, 2016.

COUTO, Felipe Fróes; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Análise Crítica do Discurso: a teoria a partir de Teun A. Van Dijk. In: **Seminários em Administração**, 21, 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA USP, 2018.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 35-57, 2018.

FAIRCLOUGH, Norman L. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of pragmatics**, v. 9, n. 6, p. 739-763, 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERREIRA, Ligia F. “Negritude”, “Negridade”, “Negrícia”: história e sentidos de três conceitos viajantes. **Via Atlântica**, v. 1, n. 9, p. 163-184, 2006.

FERNANDES, Mayala. O apagamento da militância negra durante a ditadura militar no Paraná. **Brasil de Fato Paraná**, Curitiba, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2024/06/24/o-apagamento-da-militancia-negra-durante-a-ditadura-militar-no-parana>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola. 2003 [1971].

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 307-338, 2004.

GILROY, Paul et al. A diagnosis of contemporary forms of racism, race and nationalism: a conversation with Professor Paul Gilroy. **Cultural Studies**, v. 33, n. 2, p. 173-197, 2019.

GIROUX, Henry. Por uma pedagogia e política da branquidade. **Cadernos de pesquisa**, p. 97-132, 1999.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lelia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988.

GROSSBERG, Lawrence. What Did You Learn in School Today? Cultural Studies as Pedagogy. **Cultural Studies in the Classroom and Beyond: Critical Pedagogies and Classroom Strategies**, p. 19-55, 2019.

HALL, Stuart. Race, Articulation, and Societies structured in dominance [1980]. **Essential essays**; Volume 1: Foundations of cultural studies, p. 172-221, 2019.

HALL, Stuart. **Essential essays, volume 2: Identity and diaspora**. Duke University Press, 2018.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart et al. (Ed.). **Culture, media, language: Working papers in cultural studies**, p. 1972-1979. Routledge, 2003.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, v. 24, n. 1, 1996.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, p. 224-248, 1993.

HILTON, Jorge. **Preconceito De Marca X Preconceito De Origem Na Atualidade**. Clube de Autores, 2022.

HOOKE, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKE, Bell. **Olhares Negros: raça e apresentação**. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IRINEU, Lucineudo Machado et al. **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes, 2020.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno eo pós-moderno**. Edusc, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

MAGALHÃES, Maria Izabel S. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 2, n. 2, 1986.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna (Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura)**, [S.l.], ano 5, n. 11, 2 sem. 2009.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 73-87, 2014.

MOREIRA, Camila. Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco. 2012.

MÜLLER, Tânia MP; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos**. Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, v. 19, p. 287-308, 2006.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **@ Descolonizando saberes: mulheres negras na ciência**. Editora Livraria da Física, 2020.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: **Simposio internacional do adolescente**. 2005.

RAMALHO, Viviane e RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas/SP: Pontes Editora, 2011. 194 páginas.

RODRIGUES, Gabriela Machado Bacelar. Mulatos, pardos, ‘afrobeges’: negros de pele clara ou ‘afroconvenientes’?. **REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, v. 32, 2020.

SANTOS, Alexandre. **Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no Brasil**. Superinteressante, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarçado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008 (15ª edição).

SARAIVA, Luiz Alex Silva; BATINGA, Georgiana Luna. **Discursos e Organizações**. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. Veneta, 2016.

SILVA, Priscila Elisabete da et al. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, p. 19-32, 2017.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora & Consultoria, 2009.

SOVIK, Liv. Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. **Contemporanea| Revista de Comunicação e Cultura (PósCom-UFBA)**, v. 3, n. 2, 2005.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e media no Brasil. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 363-386, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 1054-1079, 2018.

VAN DIJK, Teun. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Letrônica**, p. s8-s29, 2016.

VAN-DIJK, Teun A. Análisis crítico del discurso. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, n. 30, p. 203-222, 2016.

VAN DIJK, Teun A. Racism in the Press. In: **The Routledge Handbook of Linguistic Anthropology**. Routledge, 2015. p. 384-392.

VAN DIJK, Teun. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha d'Água**, n. 26 (2), p. 351-381, 2013.

VAN DIJK, Teun A. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **El discurso como estructura y proceso**. Vol. 1. Gedisa Editorial SA, 2000.

VAN DIJK, Teun. **El análisis crítico del discurso**. *Anthropos*, v. 186, n. 1, p. 23-36, 1999.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology: A multidisciplinary approach**. *Ideology*, p. 1-384, 1998.

VAN DIJK, Teun A. Opinions and Ideologies in the Press. **Approaches to media discourse/Blackwell**, 1998.

VAN DIJK, Teun A.; HUNZINGER, Sibila. **La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario**. Barcelona: Paidós, 1983.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

XAVIER, Getulio. Com Bolsonaro, Brasil vive a maior deterioração de dados sobre a violência da história. **CartaCapital**, 31 ago. 2021.

WARE, Vron. O poder duradouro da branquidade: 'um problema a solucionar'. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

WEAVER, Paul H. As notícias de jornal e as notícias de televisão. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**, v. 2, p. 294-305, 1993.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 1, n. 1, p. 07-17, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REPORTAGENS DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

Professora que vai virar filme tem diploma falso de Harvard

Por Felipe Resk e Renata Cafardo

15/05/2019 | 15h43

Atualização: 14/05/2019 | 18h30

Conhecida por ter saído da pobreza e chegado à universidade mais conceituada do mundo, Joana D’Arc tem várias inconsistências em seu currículo



Nos últimos anos, Joana recebeu dezenas de prêmios Foto: Alex Silva/*Estadão*

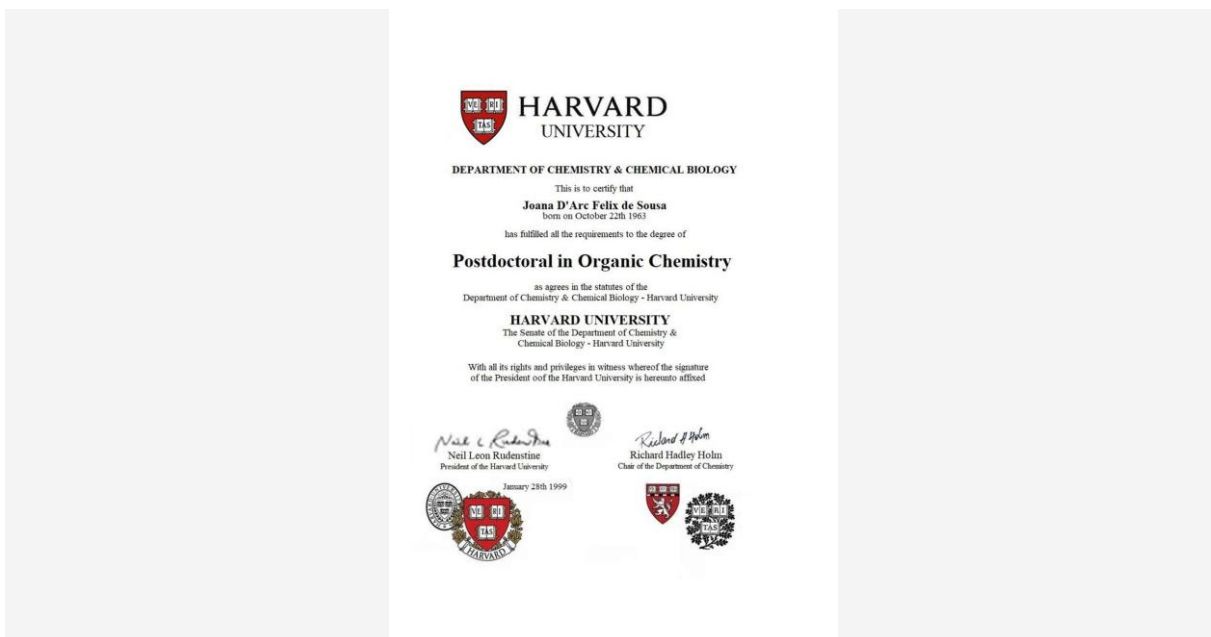
Conhecida por uma história de superação que deve virar filme, a professora de ensino técnico **Joana D’Arc Félix de Sousa**, de 55 anos, declara uma formação na **Universidade Harvard** que ela não possui e usou um **diploma falso** na tentativa de confirmar a informação. Joana também repetidamente dizia em entrevistas e palestras que entrou na faculdade aos 14 anos, o que ela agora reconhece não ser verdade.

A professora ganhou notoriedade por ser de família pobre, nascida em um curtume no interior de São Paulo, e chegar a um pós-doutorado em uma das mais conceituadas universidades do mundo. Nos últimos anos, recebeu dezenas de prêmios e, no mês passado, a Globo Filmes divulgou a preparação de um filme sobre a sua biografia, que **teria a atriz Taís Araújo como protagonista**.

O **Estado** entrevistou Joana pela primeira vez no fim de 2017. Na oportunidade, ela afirmou ter morado por dois anos em Cambridge, onde fica Harvard, e voltou ao Brasil após a morte do pai.

A reportagem pediu documentos que demonstrassem o trabalho que havia sido feito nos Estados Unidos. Ela enviou um diploma, datado de 1999, com o brasão de Harvard, o nome dela e titulação de “Postdoctoral in Organic Chemistry”. O **Estado** mandou o documento para Harvard que, ao analisá-lo, informou que não emite diploma para pós-doutorado. Também alertou sobre um erro de grafia (estava escrito "oof", em vez de "of").

Há, ainda, duas assinaturas no diploma: uma delas é do professor emérito de Química em Harvard Richard Hadley Holm. Procurado, ele respondeu por e-mail: “O certificado é falso. Essa não é a minha assinatura, eu não era o chefe de departamento naquela época. Eu nunca ouvi falar da professora Sousa”.



Ao analisar o documento, Harvard informou que não emite diploma para pós-doutorado Foto: Arquivo/Joana D’Arc Félix de Sousa

A informação do pós-doutorado em Harvard consta no currículo de Joana na **plataforma Lattes**, o sistema oficial que reúne informações de pesquisadores de todo o País. O preenchimento é feito pelo próprio profissional. Para realizar a suposta pesquisa no, o currículo informa que ela recebeu bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (**Capes**), órgão do Ministério da Educação (**MEC**). A Capes, no entanto, afirmou que o nome de Joana não consta em nenhum registro de bolsista.

Já em sua ficha cadastral como professora do Centro Paula Souza, autarquia do governo que administra as escolas técnicas, o pós-doutoramento não é citado. Joana fez concurso público e trabalha como professora de Química na Escola Técnica Professor Carmelino Corrêa Júnior em Franca, desde 1999. Segundo seu currículo Lattes, ela teria acabado de sair de Harvard (1997-1999).

O **Estado** entrevistou Joana novamente esta semana. Só depois de ser questionada sobre o diploma que enviou à reportagem, ela disse que o documento foi feito para uma “encenação de teatro”. “Mas eu não concluí (*o pós-doutorado*), eu não tenho certificado”, afirmou. “As meninas mandaram junto quando o jornalista me pediu documentos. Eu pensei: tenho que contar isso para o jornalista, mas não falei mais com ele.”

Ao contrário da primeira entrevista, ela também informou que não trabalhou no laboratório da universidade nem morou na cidade de Cambridge. “Não fiquei o tempo físico lá, conversei com

orientador. Participei até de um congresso em Boston”, conta. Segundo ela, a pesquisa foi desenvolvida no Brasil. “Coloquei isso no Lattes, não sei se está certo ou errado.”

O **Estado** não conseguiu confirmar qualquer passagem de Joana por Harvard. A pedido da reportagem, dois ex-alunos procuraram o nome dela em um sistema fechado apenas para quem estudou na instituição e não encontraram, mesmo tentando com diferentes grafias. A professora também disse que não lembrava se havia recebido uma bolsa da Capes, como informa seu currículo.

Segundo cientistas, em um pós-doutorado, o pesquisador é convidado para fazer parte de um programa pré-estabelecido de um profissional que está no topo na carreira em uma universidade, no Brasil ou no exterior. O pós doutorando faz suas pesquisas no ambiente de trabalho desse outro professor, que atua como um supervisor. Ao fim da pesquisa, em geral, é publicado um artigo sobre a pesquisa. Também é obrigatório enviar relatórios periódicos ao órgão financiador da bolsa de pesquisa para prestar contas. A comunicação ou colaboração com pesquisadores de fora, em hipótese alguma, podem ser consideradas um pós-doutorado.

Joana, de fato, cursou graduação, mestrado e doutorado na área de Química na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Suas pesquisas envolvem produção de couro ecológico e a reprodução de pele humana artificial para transplante. A maior parte de prêmios, palestras ou entrevistas, entretanto, focam na história de vida da professora.

Uma das passagens de destaque, informada em várias ocasiões, é que Joana entrou na universidade aos 14 anos e concluiu a graduação aos 17. Na primeira entrevista ao **Estado**, ela chegou a relatar dificuldades de entrar na faculdade tão nova. “A mais próxima da minha idade era uma menina de 16 anos. Pra mim, festa era com bolo e guaraná”, disse.

A data de matrícula na **Unicamp**, porém, contraria a narrativa da professora e mostra que Joana começou a graduação aos 19 anos, em 1983. Novamente questionada, ela admitiu que ingressou aos 18, mas sustenta que foi aprovada no vestibular com 14 anos.

No mês passado, a professora foi escolhida como entrevistada do programa Roda Viva, da TV Cultura. O programa chegou a ser gravado, mas a emissora decidiu não veicular por causa das inconsistências no currículo de Joana. “É uma pena, a história dela já seria bonita suficiente se não tivesse essas coisas”, diz o jornalista e apresentador Ricardo Lessa.

Professora ganhou notoriedade com história de 'cientista precoce' e superação

Por Felipe Resk e Renata Cafardo

15/05/2019 | 15h44

Atualização: 14/05/2019 | 18h30

Joana D’Arc Félix de Sousa dá palestras e coleciona homenagens e prêmios

Na tarde de 28 de novembro de 2017, uma terça-feira, a professora **Joana D’Arc Félix de Sousa** chegou com 25 minutos de atraso para ministrar uma palestra no Instituto Federal (IF) de Matão, no interior de **São Paulo**, onde era aguardada por auditório lotado de jovens. “A

gente está com uma celebridade aqui, no nosso câmpus, e eu só tenho a agradecer sua presença”, disse uma representante do IF ao apresentá-la.

Na ocasião, Joana aceitara convite para falar sobre como “reduzir o abismo entre alunos e universidade” - tema para o qual ela própria era o exemplo perfeito. Filha de empregada doméstica e de funcionário de curtiúme, a professora já havia contado na TV, em jornal e na internet sua história de superação por meio da educação. Uma manchete, de maio daquele ano, resume bem: “PhD em Harvard, brasileira supera fome e preconceito e soma 56 prêmios na carreira”.



Joana trabalha como professora de Química em Franca Foto: Alex Silva/*Estadão*

Segundo Joana contou à plateia, o número de prêmios já havia chegado a 62 (progresso de um por mês), fora outros 15 projetos que ela patenteou. Embora tenha nascido em família pobre e de baixa escolaridade, já sabia ler com 4 anos, ingressou na universidade aos 14, formou-se aos 17, e, mais tarde, foi fazer pesquisa nos Estados Unidos, onde morou e fez pós-doutorado.

A trajetória, narrada passo a passo, impressionou a plateia, que a aplaudiu com entusiasmo ao fim da apresentação de pouco mais de uma hora. Atenciosa, Joana também respondeu perguntas diversas e comentou que, apesar de ter um currículo que a credenciaria a dar aula em grandes universidades, era feliz por poder ensinar a alunos na Etec de Franca, localizada na zona rural da cidade. “Hoje, tenho certeza que estou no lugar certo.”

Para a palestra em Matão, a professora Joana havia, generosamente, reservado tempo na agenda cada vez mais apertada, conforme lembraram os organizadores. Pedidos de entrevista já eram comuns, assim como convites para eventos e homenagens. Entre as mais importantes, ela havia sido retratada em uma exposição no **Museu do Amanhã**, no Rio.

No mês anterior, também fora recebida pelo então governador **Geraldo Alckmin** (PSDB) no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. Ele aproveitou a oportunidade para gravar um vídeo: “A professora Joana é graduada pela Unicamp. Tem mestrado, doutorado, pós graduação em Harvard, nos Estados Unidos, e tem feito um belíssimo trabalho”.

Foi com intuito de contar a história de superação de Joana que o **Estado** viajou para o interior de São Paulo. Simpática, a professora concedeu entrevista por mais de 2 horas e permitiu que a reportagem a acompanhasse por dois dias.

Ciência

Na Etec, Joana orienta uma série de projetos de iniciação científica, em que se propõe a criar de pele artificial para transplante humano a roupas mais seguras para bombeiros. “Pesquisa de ponta”, é como a professora costuma classificar, embora ela e os estudantes só dispunham de um laboratório precário com oito bancadas e até instrumentos improvisados de garrafa pet.

Joana é vista com admiração pelos alunos e costuma estimulá-los a apresentar projetos em feiras e congressos. Em 2014, um dos seus grupos chegou a ir aos Estados Unidos para expor a pesquisa sobre pele artificial. “A professora Joana é minha maior inspiração”, disse uma estudante, na época com 18 anos. “Eu cheguei na escola sem propósito, mas a partir dela comecei a ter esperança.”

Parte dos alunos também afirmou que se reconhecia na história da professora que, de origem humilde, teria se tornado uma cientista notável. Em entrevista ao **Estado** na ocasião, Joana recontou passagens da infância e chorou ao falar do dia em que foi alvo de chacotas pelos colegas de classe, após ser flagrada na escola usando um sapato furado. “A professora dizia que na sala ninguém ia ser nada na vida.”

Ela também confirmou que entrou na Unicamp aos 14 anos e falou do pós-doutorado no exterior e disse que passou dois anos em **Harvard**, nos Estados Unidos. Questionada sobre o período e as diferenças de estrutura da universidade e métodos de pesquisa em relação ao Brasil, Joana respondeu que “lá as pessoas são mais compromissadas” e que “aqui, dá muita coisa de mão beijada na sala de aula”.

A entrevista seguiu sem nenhuma revelação ou passagem que não havia sido contada por ela em ocasiões anteriores. Isso até o momento, já perto do fim, em que a reportagem perguntou a idade da professora. “Trinta e sete anos”, Joana mentiu. Nascida em outubro de 1963, ela tinha acabado de completar 54.

Inconsistências

Ao retornar de viagem, o **Estado** voltou a questionar a professora sobre a idade. Também perguntou por que o PhD em Harvard não constava no currículo Lattes dela - a plataforma havia sido atualizada pela última vez em 2015, portanto após a viagem aos Estados Unidos. Só depois de questionada, a professora alterou o currículo para incluir seu título acadêmico mais importante.

Sobre a idade, Joana justificou que a entrevista havia sido feita na presença de uma aluna e que ficara constrangida de informar quantos anos tinha. Já sobre Harvard ela disse que o currículo Lattes estava desatualizado e enviou um diploma com o brasão da instituição que informava ter concluído o pós doutorado em 1999.

Por causa das inconsistências, o **Estado** optou por não publicar matéria sobre a vida da professora. A reportagem não conseguiu confirmar outras passagens narradas por ela, por não localizar outros envolvidos. Dois orientadores informados por ela, por exemplo, já morreram. Outro professor não respondeu.

A apuração foi retomada após notícia de que a biografia seria retratada em um filme. Escalada para interpretar Joana, a atriz Taís Araújo anunciou na semana passada que desistiu do papel porque sua cor da pele é mais clara do que da professora.

O **Estado** conseguiu confirmar que o diploma era falso e fez nova entrevista com Joana. Desta vez, ela afirmou que não concluiu o pós-doutorado e que só entrou na universidade após atingir maioridade.

Entre os prêmios recebidos pela professora, destaca-se o de melhor pesquisadora, dado em 2014 pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), por sua pesquisa com pele artificial. Na ocasião, foi divulgado que a professora submeteria amostras do resultado a uma especialista da **USP**, que testaria a compatibilidade com a pele humana.

A reportagem procurou a especialista para saber se a pesquisa de Joana tinha bons resultados. “Ela nunca me mandou as amostras”, disse pesquisadora da USP, ao **Estado**. “Não posso emitir parecer.”

Professora que tem diploma falso admite que não foi aluna de Harvard

Conhecida pela história de superação - que deve virar filme - Joana D'Arc Felix de Sousa usou documento falso para confirmar formação em instituição americana

Por Renata Cafardo

15/05/2019 | 09h29

A professora de ensino técnico Joana D'Arc Félix de Sousa divulgou nota na manhã desta quarta-feira, 15, dizendo que o **Estadão** quer "denegrir" a sua imagem. No mesmo texto ela admite que não foi aluna da Universidade Harvard nem concluiu seu pós-doutorado na instituição, como vinha repetindo há alguns anos. **O Estadão publicou ontem reportagem** em que revelou que Joana não foi formada em Harvard e que apresentou um diploma falso para provar o pós-doutoramento.



Nos últimos anos, Joana recebeu dezenas de prêmios - Foto: Alex Silva/*Estadão*

"Tudo o que foi publicado, já está sendo apurado por um advogado ligado ao movimento negro brasileiro porque tenho certeza que ainda estão achando que os negros (as) ainda tem que viver na senzala (sic)", diz a nota da professora. "Não tenho o pós doutorado concluído e por isso, não tenho o diploma de pós doutorado e muito menos diploma falso (sic)", continua.

Ao ser confrontada pela reportagem, Joana disse esta semana que o diploma enviado ao *Estadão* foi feito para uma encenação. Trechos da entrevista da professora podem ser ouvidos no podcast do Estadão, que conta os bastidores da reportagem de hoje.

O documento foi submetido à Harvard e a instituição confirmou que não emite esse tipo de diploma. O professor emérito de Harvard Richard Holm, cujo nome está no documento enviado por Joana, também confirmou à reportagem que a assinatura não é dele e que nunca ouviu falar da professora.

Em entrevista ao *Estado*, Joana também afirmou ter sido convidada para Harvard pelo professor americano William Klemperer, considerado um dos mais eminentes pesquisadores da área Físico-Química. Ele morreu em 2017.

Segundo o professor titular de Físico-Química da USP, Paulo Sergio Santos, porém, a área de Klemperer "não tinha absolutamente nada a ver" com o que pesquisa Joana (química orgânica). Ele explica que Klemperer era um físico-químico e fazia um estudo muito fino de estrutura molecular, com altíssima precisão.

Para Santos, por causa da concorrência por vagas de pesquisadores do mundo inteiro, a chance de uma pesquisadora de área diferente do orientador ser convidada é "quase zero". "Harvard está em primeiro lugar sempre, principalmente em química e física, é só contar o número de prêmios Nobel de lá."

Filme

A biografia de Joana estava prevista para virar filme, em produção anunciada pela Globo Filmes no mês passado. Ela ganhou notoriedade por uma história de superação: nasceu numa família muito pobre e teria chegado à universidade mais conceituada do mundo.

A atriz Taís Araújo faria o papel da professora, mas desistiu alegando ser clara demais para interpretá-la, e ressaltou que continuava participando da produção.

Ontem, pouco antes de o *Estadão* publicar a reportagem, Taís coincidentemente postou uma foto com Joana no Instagram e no Twitter dizendo que haviam tido uma reunião. "Falamos muito sobre química, fórmulas, patentes e coisas que não entendo, mas fingi que sabia de tudo, só pra dizer que sou amiga de uma pessoa que fez pós-doutorado em Harvard", dizia o texto da atriz. Após a reportagem do *Estadão*, Taís apagou o post.



Fotos: Taís Araújo / Reprodução



Quais as consequências de se falsificar um diploma?

Por Redação

15/05/2019 | 19h59 Atualização: 15/05/2019 | 19h53

Crime está previsto no Código Penal e pode dar até cinco anos de reclusão

A professora de ensino técnico **Joana D'Arc Félix de Sousa** afirmou, em entrevista concedida ao *Estado*, ter uma formação em Harvard que não possui. A informação do pós-doutorado em Harvard consta no currículo de Joana na plataforma Lattes, o sistema oficial que reúne informações de pesquisadores de todo o País. Ela ainda **enviou à reportagem um diploma** que, após verificação junto à instituição norte-americana, comprovou-se ser falso.

Falsificar diploma constitui falsidade ideológica de acordo com o Código Penal Foto: Brian Snyder/Reuters

Após publicação da reportagem, a professora fez um post em suas redes sociais **confirmando que não foi aluna em Harvard**. O diploma ao qual a reportagem teve acesso, segundo a professora, seria um objeto cênico para uma peça de teatro que foi enviado por engano. Você sabe quais são as consequências para uma pessoa que falsificar um diploma? Confira abaixo:

Consequências penais

Falsificar um diploma e utilizá-lo são crimes de falsidade e estão previstos no Código Penal, afirma o jurista e atual deputado federal Luiz Flávio Gomes (PSB/SP). De acordo com o advogado, falsificar um documento é considerado falsificação documental, ao passo que seu uso é falsidade ideológica, tipificada no artigo 299 do Código Penal.

“Se uma pessoa comete os dois crimes, ela recebe a pena equivalente somente a um deles”, explica Gomes. Ele diz que a pena pode variar de dois a cinco anos de prisão, no caso de diplomas falsificados de instituições nacionais. No caso de estrangeiras, o período de reclusão máximo é o mesmo, mas o mínimo passa a ser um ano, uma vez que “o documento é considerado privado”.

Quais as consequências de se mentir no Lattes?

O termo de adesão e compromisso do sistema de currículo da Plataforma Lattes afirma que o usuário deve “fornecer informações verdadeiras e exatas”. Além disso, o termo ainda diz que “a prática de ato delituoso por meio do Sistema Lattes ocasionará a sua apuração por meio de sindicância”.

Caso constatada a responsabilidade do usuário, “a adoção de medidas administrativas repressivas poderão envolver a perda de bolsas ou auxílios atribuídos pelo CNPq ao eventual responsável.”

Professora que mentiu em currículo foi condenada por não prestar contas sobre pesquisa

Por Felipe Resk e Renata Cafardo
16/05/2019 | 20h55

Joana D'arc foi condenada pela Justiça a devolver R\$ 369 mil para a Fapesp, que financia pesquisas no Estado. Ela diz que enviará a documentação devida ao órgão

SÃO PAULO - A professora de ensino técnico Joana D'Arc Félix de Sousa, que fraudou o currículo ao incluir um pós-doutorado em Harvard, foi condenada pela Justiça em 2014 a devolver R\$ 369,2 mil para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) por uma pesquisa que ela não comprovou ter feito. Procurada, Joana afirmou ter documentos que comprovam a prestação de contas e que não foi notificada sobre o processo judicial, apesar de a sentença ter sido emitida há cinco anos.



Nos últimos anos, Joana recebeu dezenas de prêmios Foto: Alex Silva/*Estadão*

Vinculada ao governo do Estado, a Fapesp é um órgão público de incentivo a pesquisas. O contrato com Joana foi celebrado em maio de 2007 na modalidade Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (Pipe), que tem como objetivo apoiar empresas de pequeno porte de São Paulo no desenvolvimento de tecnologia.

Beneficiada, a professora recebeu um financiamento de R\$ 278.166,19 para um projeto em que dizia ser possível reaproveitar, através de manipulação química, resíduos de couro como corantes, mistura de óleos de engraxe e cromo.

A Fapesp entrou em 2012 com ação no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) contra Joana, alegando que ela não informou o que foi feito com o dinheiro. "Não se apresentaram contas para parte de tal valor e para outro as que se prestaram foram tidas como irregulares", diz a ação.

Como a professora não apresentou defesa à Justiça, foi julgada à revelia e condenada. "A revelia da ré induz a presunção de veracidade dos fatos aduzidos em desfavor dela", escreveu o juiz Randolpho Ferraz de Campos, da 14.^a Vara de Fazenda Pública, na sentença de fevereiro de 2014.

O valor que professora seria obrigada a ressarcir foi reajustado para R\$ 369.294,42 - a atualização era até junho daquele ano. O juiz também determinou que o pagamento ocorresse em 15 dias, sob pena de multa de 10% do valor.

Segundo a Justiça, porém, o valor nunca foi pago e a ação foi suspensa após ficar constatado que não havia bens penhoráveis ou dinheiro para ressarcir a Fapesp. Sem ter como executar a sentença, o processo foi temporariamente arquivado em dezembro de 2017, mas pode ser reaberto a pedido da Fapesp. O caso prescreve em 2022, caso não haja nova movimentação no processo, de acordo com a Justiça.

'Estado' revelou diploma falso

Na terça-feira, 14, o Estado revelou que a professora de 55 anos declarou uma formação na Universidade Harvard que ela não possui e usou um diploma falso na tentativa de confirmar a informação.

A reportagem pediu documentos que demonstrassem o trabalho que havia sido feito nos Estados Unidos. Ela enviou um diploma, datado de 1999, com o brasão de Harvard, o nome dela e titulação de “Postdoctoral in Organic Chemistry”. O Estado mandou o documento para Harvard que, ao analisá-lo, informou que não emite diploma para pós-doutorado. Também alertou sobre um erro de grafia (estava escrito "oof", em vez de "of").

Há, ainda, duas assinaturas no diploma: uma delas é do professor emérito de Química em Harvard Richard Hadley Holm. Procurado, ele respondeu por e-mail: “O certificado é falso. Essa não é a minha assinatura, eu não era o chefe de departamento naquela época. Eu nunca ouvi falar da professora Sousa”.

A professora ganhou notoriedade por ser de família pobre, nascida em um curtume no interior de São Paulo, e chegar a um pós-doutorado em uma das mais conceituadas universidades do mundo. Nos últimos anos, recebeu dezenas de prêmios e, no mês passado, a Globo Filmes divulgou a preparação de um filme sobre a sua biografia, que teria a atriz Taís Araujo como protagonista.

Prestação de contas será realizada, diz professora

Procurada sobre a condenação de Joana, a Fapesp afirmou que não se manifesta sobre processos judiciais. Por telefone, Joana, primeiro, afirmou que ainda iria enviar a documentação com prestação de contas à fundação. "Eu estou até marcando uma reunião com a Fapesp para estar enviando tudo, essa documentação".

Depois, após ser questionada que o processo já tinha sentença, ela afirmou que não foi notificada. "Eu não recebi nenhum documento", disse.

Segundo Joana, o dinheiro teria sido usado para compra de equipamentos que, depois, teriam sido doados à escola onde trabalha. Em nota nesta sexta-feira, a assessoria de comunicação do Centro Paula Souza informou que "não existe registro oficial de doação de equipamentos da professora Joana D’Arc Félix de Souza para a escola técnica onde leciona".

"Não sei o que está acontecendo. Tem esses documentos (prestação de conta), esses documentos existem", afirmou Joana. "Acho que agora vocês pegaram um momento para querer acabar com a Joana. Não sei qual é a intenção de vocês, mas parece que vocês estão querendo se promover com isso (...) Eu tenho carta, tenho documentações", disse.

APÊNDICE B – ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS SOBRE O CASO

Joana Félix erra ao misturar denúncia de mentira com racismo

Desmascarada por reportagem que descobriu que ela não tinha o título de PhD em Harvard, como dizia ter, professora apelou para questões raciais

BLOG DA DB | Do R7

16/05/2019 - 14H08 (ATUALIZADO EM 16/05/2019 - 14H11)



A questão não é a cor da pele, mas a conduta mentirosa

FOLHA DE PERNAMBUCO

Ao ser pega na mentira, desmascarada por uma reportagem que denunciou não existir o título de PhD em Harvard que ela dizia possuir, a doutora em química Joana D'Arc Félix de Sousa tentou se proteger usando o racismo como escudo.

Em sua nota de esclarecimento, publicada nas suas redes sociais (que aparentemente foram deletadas), ela escreveu que "tudo que foi publicado já está sendo apurado por um advogado ligado ao movimento negro brasileiro, porque tenho certeza que ainda estão achando que os negros (as) ainda têm que viver na senzala, ou seja, estão achando que os negros (as) não podem estudar, não podem ser doutores, não podem desenvolver pesquisa de ponta. Tudo isso em pleno século 21", como se a denúncia feita pelo *Estadão* tivesse por base uma perseguição racial.

A professora erra ao fazer essa avaliação. A reportagem trouxe à tona uma verdade incômoda, mas isso não tem nada a ver com racismo. Ela mentiu. Admitiu que nunca fez pesquisa em Harvard, uma das mais conceituadas universidades do mundo. Se desculpou e disse que a

inclusão da informação em seu currículo Lattes e a divulgação do falso título em diferentes entrevistas e nas suas redes sociais não foi má-fé, mas uma falha.

"A gente se empolga e acaba falando demais. É uma falha, peço desculpas, é uma falha", afirmou na manhã desta quinta-feira (16) ao jornal Folha de S.Paulo.

Não se trata de ser negra ou não. Se trata de ser mentirosa.

É lamentável que Joana tenha inventado essa experiência e se deixado engolir pela própria mentira. Sua trajetória já é louvável, linda e inspiradora, mesmo sem PhD em Harvard. Joana, de fato, fez graduação, mestrado e doutorado na Unicamp entre 1983 e 1994, como consta do seu currículo Lattes.

Joana disse que chegou a receber um convite para ser aluna de pós-doutorado em Harvard em 1994, ao concluir o doutorado na Unicamp, mas não teria ido pois seu pai e sua irmã morreram e a mãe estava doente.

Em entrevista à FSP, ela conta que teria desenvolvido o projeto sob orientação à distância de um professor de Harvard, William Klemperer, já falecido.

"Eu considerei (como pós-doutorado) a orientação que recebi do professor Klemperer". O convite e a orientação, disse ela, foram feitos por telefone e não há nenhum registro.

A verdade é que ela não precisava disso. Não precisava inventar um título que não tem. O episódio da "falha" joga muito contra pesquisadores e cientistas do País inteiro, especialmente em um momento tão delicado para a educação superior. É muito triste que isso tenha sido feito justo por Joana. O mérito de seu esforço acadêmico não pode ser desmerecido, mas fica uma mancha que não deveria existir.



Joana Felix
 8 h · 🌐

Olá Pessoal, uma coisa não justifica outra coisa, peço DESCULPAS pelos transtornos e Prometo que Tudo será esclarecido. Por favor, leiam a Nota abaixo e verifiquem se a. Jornalista e os Veículos de Comunicação, que estão denegrindo minha imagem, já Fizeram Algo pela Educação e/ ou já Retiraram Algum Jovem da Condição de Vulnerabilidade Social?

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Infelizmente, uma Jornalista do Jornal O Estado de São Paulo (Estadão), está Denegrindo minha Imagem.

Não sei o Motivo.

Tudo isso a partir da Divulgação do Filme.

Será que esta Jornalista e/ou Veículo de Imprensa, ao qual Trabalha, já fizeram Algo pela Educação? Será que já Retiraram Algum Jovem da Condição de Vulnerabilidade Social?

Tudo que foi Publicado, Já está sendo Apurado por um Advogado Ligado ao Movimento Negro Brasileiro, porque Tenho Certeza que Ainda estão Achando que os Negros(as) ainda tem que Viver na Senzala, ou seja, Estão Achando que os Negros(as) Não podem Estudar, Não Podem ser Doutores, Não Podem Desenvolver Pesquisa de Ponta... Tudo isso em Pleno Século 21.

Não Tenho o Pós Doutorado Concluído e por isso, Não tenho Diploma de Pós Doutorado e muito menos Diploma Falso. Também não fui Aluna Efetiva da Universidade de Harvard, porque o Trabalho foi Desenvolvido à Distância. São os Projetos de Pesquisa que Muitos Já Conhecem.

Sei que DEUS está Comigo e que Tudo será passado a Limpo.

OS NEGROS(AS) PODEM e SOMOS LIVRES PARA ESTUDARMOS, SOMOS LIVRES PARA SERMOS DOUTORES, SOMOS LIVRES PARA DESENVOLVERMOS PESQUISAS, SOMOS LIVRES PARA RECEBERMOS PRÊMIOS, ou seja, SOMOS LIVRES PARA TIRARMOS A CABEÇA DO BURACO. Infelizmente Isso Ainda Incomoda Muita Gente.

Obrigada pela Atenção!

Profa. Dra. Joana D'Arc Féliz de Sousa

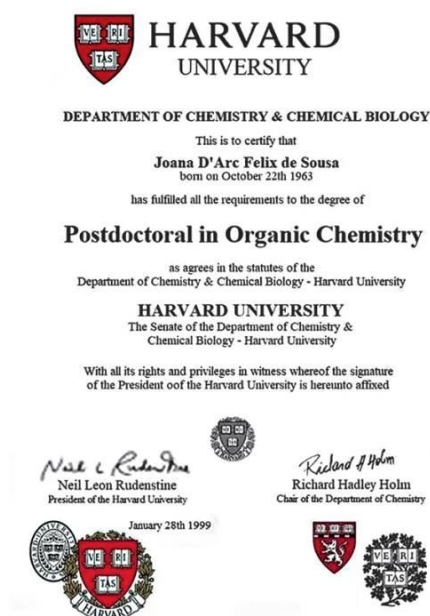
Joana jogou denúncia na conta do racismo
REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Ciência

As fabulações da doutora

Saga de superação relatada pela cientista Joana D’Arc deixou de ser tão magnífica. O motivo: ela faltou com a verdade em mais de um aspecto de sua formação

Por **Jennifer Ann Thomas** Atualizado em 12 jul 2019, 14h50 - Publicado em 17 Maio 2019, 07h00



FALSIFICAÇÃO - À esquerda, o diploma forjado. A química tentou se justificar dizendo que ele foi feito só para uma encenação teatral Jonne Roriz/VEJA

Em meio a uma infinidade de evidências de que a população afrodescendente é discriminada no Brasil, embora o presidente Jair Bolsonaro negue a existência de racismo no país — em termos de homicídios, por exemplo, o número de vítimas negras é o dobro do de brancas —, a história relatada pela química Joana D’Arc Félix de Sousa sempre foi vista como de uma superação exemplar. Nascida na cidade de Franca (SP), em uma família pobre, Joana foi convidada nos últimos anos a conceder entrevistas e depoimentos a diversos veículos de imprensa, VEJA inclusive, e a proferir palestras para contar de que modo teria chegado tão longe em sua formação acadêmica. Ela dizia haver aprendido a ler aos 4 anos, passado no vestibular de química na Unicamp aos 14, obtido doutorado na mesma instituição aos 23 e feito pós-doutorado na Universidade Harvard (EUA), mencionado em seu currículo. Depois disso, afirmava, escolhera não se dedicar a pesquisas nos Estados Unidos para montar um projeto voltado para alunos em situação de vulnerabilidade social em sua cidade natal. A história era tão extraordinária que parecia digna de um roteiro cinematográfico — e estava mesmo programado um filme sobre a vida de Joana, produzido pela atriz Taís Araújo. O enredo magnífico, no entanto, sofreu um vigoroso abalo. O motivo: Joana mentiu em diversos pontos de seu relato.

Na terça-feira 14, o jornal *O Estado de S. Paulo* revelou que a cientista falsificara o documento de pós-doutorado de Harvard. O diário enviou à universidade uma cópia do suposto diploma. A instituição negou que ofereça tal tipo de titulação, e um dos professores atestou que sua assinatura que lá aparecia era forjada. Joana sustentava, ainda, que obtivera uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no que também foi desmentida. Nem a idade em que dizia ter começado a graduação era verdadeira. Em entrevista a VEJA, um dia após a divulgação das fraudes, Joana declarou: “Pode ser que eu não tenha explicado da forma correta, mas não menti em nenhum momento”. Menti, sim. Sua atitude forneceu munição para ataques preconceituosos — e pode minar os sonhos daqueles que desejavam um dia ser como ela se apresentara.

Publicado em VEJA de 22 de maio de 2019, edição nº 2635

A mentira da doutora, o fetiche acadêmico e a missão da universidade

Por Paulo Cruz
21/05/2019 16:32



Foto: Reprodução/YouTube| Foto:

“Um verdadeiro pesquisador está consciente de seu saber, mas, sobretudo, de seus desconhecimentos”. (Laurent Schwartz)

Semana passada fomos surpreendido com uma das histórias mais escabrosas dos últimos tempos. A cientista Joana D’Arc Felix de Souza, graduada por um das mais prestigiadas universidades do país, a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp –, com mestrado e doutorado pela mesma universidade, que leciona e tem projetos muito interessantes com alunos da Etec Prof. Carmelino Corrêa Júnior, em Franca (interior de SP), foi pega numa mentira

grosseira – e muito grave: a falsificação documental, crime previsto no artigo 299 do código penal.

Sua emocionante história de vida – cuja singularidade a levou, por exemplo, a palestrar em eventos como os prestigiados TED Talks – são o resultado de muito esforço, dedicação e superação, afinal de contas, todos sabemos a dificuldade que é, para quem tem o ensino básico deficiente, passar no vestibular de uma universidade pública. Ela narra, com detalhes que saltam aos olhos, que, por exemplo, aprendeu a ler com 3,5 anos e entrou na universidade aos 14, sempre enfatizando os sofrimentos pelos quais passou – dentre os quais, a fome e o racismo. Joana diz, numa de suas palestras, que durante seu período de pesquisas para o doutorado teve oportunidade de passar uma temporada na Universidade de Clemson, na Carolina do Sul (EUA). E mesmo o seu orientador brasileiro alertou se tratar de uma região muito racista, ela decidiu ir. No entanto, diz que passou lá o pior ano de sua vida, “como um fantasma, invisível”. Terminando o doutorado recebeu um convite para fazer um pós-doutorado em Harvard (EUA), uma das mais importantes universidades do mundo.

Mas essa história comovente começou a ficar estranha quando os jornalistas Felipe Resk e Renata Cafardo, do *Estadão*, a entrevistaram, no ano de 2017, a fim de realizarem o seu perfil biográfico e profissional, como outros jornalistas, aparentemente, já tinham feito. O problema é que, como diz Felipe, ao perguntar, já no final da entrevista, a sua idade, ela disse ter 37 anos – quando, na verdade, tinha 54. Felipe achou estranho que ela tivesse mentido e, depois, ao confrontar outras informações, percebeu que, em seu currículo Lattes não continha o pós-doutorado. Questionada, ela disse que não revelou a idade correta pela presença de uma aluna no local, e que enviaria o certificado do pós-doutorado a ele. Recebendo, perceberam tratar-se de um certificado falso. Ao ser questionada novamente, disse que era um diploma feito para uma encenação teatral. Enfim, o castelo de cartas caiu. Harvard negou que ela tenha estudado lá e o orientador, cuja assinatura consta no diploma, negou conhecê-la e que o diploma era realmente falso. Ela tentou consertar, dizendo que, apesar de não ter concluído o curso, teve orientação à distância; mas essa informação também não foi confirmada. Para agravar, descobriram que ela não entrou na Unicamp aos 14 anos, mas aos 17, e que a bolsa de estudos da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, que ela diz ter utilizado no período, não existe. Para complicar ainda mais, o FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP –, a processou, em 2013, por não prestar contas pelo dinheiro recebido para pesquisas sobre reaproveitamento de retalho de couro. Foi condenada, em 2014, a pagar R\$ 278.166,19 à instituição; no entanto, apesar dela não ter se pronunciado durante o processo, que correu à revelia, a ação foi arquivada, em 2017, pois ela não possui bens penhoráveis que equivalham ao valor da dívida. A Globo Filmes, que preparava um filme para contar a história de Joana D’Arc, escolhendo Taís Araújo para o papel da cientista – do qual teve de renunciar por não ser, segundo as críticas da militância negra, tão negra quanto Joana D’Arc –, parece que vai desistir do longa.

Por fim, Joana D’Arc Felix, ao se pronunciar sobre o caso, usou de um expediente ainda pior: disse estar sofrendo uma perseguição racista. Em nota publicada em sua conta numa rede social, afirma:

Tudo que foi publicado já está sendo apurado por um advogado ligado ao movimento negro brasileiro, porque tenho certeza que ainda estão achando que os negros(as) ainda têm de viver na senzala, ou seja, estão achando que os negros(as) não podem estudar, não podem ser doutores, não podem desenvolver pesquisa de ponta. Tudo isso em pleno século 21.

Uma saída patética e tristíssima para um caso no qual perdemos todos. Perde Joana Felix, cujo doutorado na Unicamp já faz dela um exemplo excepcional; perde a pesquisa brasileira, que certamente nos faz pensar em quantos casos como esse não existem por aí; perdem os negros brasileiros, que poderiam continuar vendo nela uma inspiração impoluta para vencerem as adversidades; e perde o Brasil, que mais uma vez mostra ser o país do “jeitinho” e da vontade de levar vantagem em tudo. Como disse Sílvio Romero: “A inconsciência, em que a maior parte das pessoas vive, das lacunas de sua inteligência, da insuficiência de seu saber, dos vícios de seu caráter, da fraqueza de sua vontade, é a origem da precipitação, da leviandade, da arrogância, dos falsos cálculos, dos passos errados, das loucuras praticadas”.

Mas não quero terminar esse artigo somente repetindo o que todos já disseram. Gostaria de aprofundar uma ou duas questões que, para mim, parecem ser o cerne profundo do problema de Joana D’Arc Felix de Sousa: o fetiche acadêmico e a função das universidades. Problemas tratados por José Ortega y Gasset em duas obras das quais gostaria de comentar alguns pontos contigo, caro leitor.

Em *A Rebelião das Massas* há um capítulo – *A barbárie do “especialismo”* – emblemático sobre a produção do que ele chama de homem-massa, de como se propagam as ideias que criam o *mocinho satisfeito* do nosso tempo. Diz Ortega: “Quem exerce o poder social? Quem impõe a estrutura de seu espírito na época? Sem dúvida, a burguesia. Quem, dentro dessa burguesia é considerado como o grupo superior, como a aristocracia do presente? Sem dúvida, o técnico: engenheiro, médico, financista, professor etc. etc. Quem, dentro do grupo técnico, o representa com maior altitude e pureza? Sem dúvida, o homem de ciência”. Mas completa, dizendo: “Pois bem: o homem de ciência é o protótipo do homem-massa”.

Mas quem é o homem-massa de Ortega y Gasset? Ele responde: “O homem-massa é o homem cuja vida carece de projeto e caminha ao acaso. Por isso não constrói nada, ainda que suas possibilidades, seus poderes, sejam enormes. E este tipo de homem decide em nosso tempo”. Ortega não fala das realizações comuns, de, por exemplo, em nosso caso aqui, a conquista de um título acadêmico; mas das grandes realizações da humanidade, os grandes feitos heroicos. A mediocridade do nosso tempo é, segundo Ortega, produto, antes de tudo, da grande explosão demográfica do século 19, na Europa, que produziu um tipo de ser humano que, apesar de mais são e mais forte que no passado, é muito mais simples em termos de sofisticação intelectual e estofo moral. Diz ele:

Nas escolas que tanto orgulhavam o passado século, não se pode fazer outra coisa senão ensinar às massas as técnicas da vida moderna, mas não foi possível educá-las. Deram-se-lhe instrumentos para viver intensamente, mas não sensibilidade para os grandes deveres históricos; inoculou-se-lhes atropeladamente o orgulho e o poder dos meios modernos, mas não o espírito. Por isto não querem nada com o espírito, e as novas gerações dispõem-se a tomar o comando do mundo como se o mundo fosse um paraíso sem rastros antigos, sem problemas tradicionais e complexos.

Eis o homem-massa, amorfo em meio à multidão de iguais medíocres. Esse tipo de homem tomou conta não só da Europa, mas do mundo. É o triunfo do bárbaro, do néscio sem limites. Mas veja bem, paciente leitor, não falo – nem Ortega – do simples cidadão, do homem comum. Homem-massa, no sentido empregado por Ortega, é aquele que “não tem experiência das próprias limitações”. É o homem cuja vida, cheia das facilidades modernas, tornou-se amputado daquela prudência que caracterizava as civilizações antes do advento da modernidade. Esse homem-massa caracteriza-se por dois traços: “a livre expansão de seus desejos vitais, portanto,

de sua pessoa, e a radical ingratidão a tudo quanto tornou possível a facilidade de sua existência [...] Herdeiro de um passado extensíssimo e genial — genial de inspirações e de esforços —, o novo vulgo tem sido mimado pelo mundo circunstante”.

De posse do conceito de homem-massa de Ortega, voltemos à questão acadêmica.

Como eu ia dizendo, a questão fundamental que deve ser enfrentada no caso de Joana Felix é essa tara que temos, no Brasil, pelos títulos acadêmicos, característica já satirizada pelos grandes Lima Barreto e Machado de Assis. No famoso conto *O homem que sabia javanês*, Barreto mostra o quanto as pessoas se impressionam com aqueles que demonstram (ainda que mentindo) certo conhecimento que todos os demais ignoram — feito a roupa invisível do imperador de Andersen. Ou, ao contrário, em *O triste fim de Policarpo Quaresma*, a inveja por verem alguém que tenha interesses intelectuais por puro diletantismo: “Se não era formado, para quê [tantos livros]? Pedantismo!”. Brás Cubas, de Machado, faz troça através do desprezo que seu anti-herói tem pelas convenções acadêmicas:

A Universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocrementemente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-mo com a solenidade do estilo, após os anos da lei; uma bela festa que me encheu de orgulho e de saudades, — principalmente de saudades [...] No dia em que a Universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso.

No Brasil, o notório saber é desprezado, enquanto um diploma é sinônimo de conhecimento e status — ainda que sejas um Brás Cubas; e uma pós-graduação, então, te coloca num panteão privilegiado. Joana Felix sabia disso. E apesar da vida acadêmica brasileira ser um verdadeiro empecilho para a pesquisa séria e responsável — aquele mundo de revistas acadêmicas, com as suas qualificações bizarras, nas quais é possível encontrar um sem número de artigos medíocres —, quem consegue se aboletar num departamento, com uma bolsa de estudos/pesquisa, pode ter aí um meio de viver uns bons anos com um salário que pouquíssima gente ganha no país. Muitos fazem disso seu ganha-pão. A revista Veja publicou recentemente, uma matéria sobre o assunto, e a coisa é de doer:

A tese central é que, na ciência e na pós-graduação, quantidade não gera qualidade. O modelo de expansão do ensino superior e da pós-graduação — como de resto todo o modelo geral do “avanço” educacional no país — foi baseado na ideia de mais, mais e mais. No caso do ensino superior ainda houve um complicador: o modelo da expansão estava baseado no conceito da “Universidade” como paradigma (único) e no princípio (inscrito na Constituição brasileira) da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como consequência, todo professor precisa ter mestrado ou doutorado. Resultado: produção em massa de mestres e doutores. Mesmo a flexibilização de modelos intermediários de faculdades isoladas e centros universitários ficou marcada pelo formalismo das exigências acadêmicas. Não devemos perder o espírito crítico nem o senso do ridículo pelo fato de termos alguns exemplos de sucesso. O ponto de partida é saber que o país não tem nenhuma universidade situada entre as 300 melhores do mundo. E apenas três entre as 500 melhores. Ou seja, a esmagadora maioria dos universitários brasileiros matriculados nas nossas “boas universidades” não frequenta ambientes nem convive com pesquisadores e instituições de ponta. Estamos na caverna de Platão.

É nesse ambiente que se desenvolve aquilo que Ortega y Gasset chama de “barbárie do especialismo”, no qual proliferam o tipo de pesquisador que “conhece apenas determinada ciência, e ainda dessa ciência só conhece bem a pequena porção em que ele é ativo investigador. Chega a proclamar como uma virtude o não tomar conhecimento de quanto fique fora da estreita paisagem que especialmente cultiva, e denomina diletantismo a curiosidade pelo conjunto do saber”. Esse é o *especialista* que transforma a realidade acadêmica num ambiente fechado em si mesmo, que vive a discutir o *sexo dos anjos* e a publicar artigos inúteis para manter a bolsa de estudos. O especialista, segundo Ortega, “sabe muito de bem seu mínimo rincão de universo, mas ignora, basicamente, todo o resto”; e coloca em evidência uma verdade aterradora:

[...] outrora os homens podiam dividir-se, simplesmente, em sábios e ignorantes, em mais ou menos sábios e mais ou menos ignorantes. Mas o especialista não pode ser submetido a nenhuma destas duas categorias. Não é um sábio, porque ignora formalmente o que não entra na sua especialidade; mas tampouco é um ignorante, porque é ‘um homem de ciência’ e conhece muito bem sua porciúncula de universo. Devemos dizer que é um sábio ignorante, coisa sobremodo grave, pois significa que é um senhor que se comportará em todas as questões que ignora, não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem na sua questão especial é um sábio. E, com efeito, este é o comportamento do especialista. Em política, em arte, nos usos sociais, nas outras ciências tomará posições de primitivo, e ignorantíssimo; mas as tomará com energia e suficiência, sem admitir – e isto é o paradoxal – especialistas dessas coisas. Ao especializá-lo a civilização o tornou hermético e satisfeito dentro de sua limitação; mas essa mesma sensação íntima de domínio e valia o levará a querer predominar fora de sua especialidade.

É nesse antro – que reflete impressionantemente o Brasil atual, apesar de ser o retrato da Espanha de Ortega y Gasset de 1930 – que muitas Joanas D’Arcs são produzidas ano a ano. Evidente que generalizo, que certamente há excelentes pesquisadores e cientistas no Brasil. Mas o que ocorreu, na verdade, é outro fenômeno de que trata Ortega y Gasset: a universidade perdeu-se de sua missão. Aquele ambiente científico transmissor de cultura de outrora não existe mais, pois foi transformado num centro de profissionalização e de pesquisa, criando um problema paradoxal. Diz Ortega, em *A missão da Universidade*:

O ensino superior consiste, portanto, em profissionalismo e pesquisa. Sem afrontar-nos agora o tema, assinalemos por alto nossa surpresa ao vermos juntas e fundidas duas tarefas tão díspares. Sim, porque não há dúvida: ser advogado, juiz, médico, farmacêutico, professor de latim ou de história numa escola de 2.º grau são coisas bem diferentes de ser jurista, fisiólogo, bioquímico, filólogo etc. Aqueles são nomes de profissões práticas, estes, de exercícios puramente científicos. Por outro lado, a sociedade precisa de muitos médicos, farmacêuticos pedagogos; no entanto, só precisa de um número reduzido de cientistas. Se necessitasse verdadeiramente de muitos destes seria catastrófico, porque a vocação para a ciência é especialíssima e infrequente.

Isso em oposição, como eu disse anteriormente, à transmissão de cultura, cuja função, como diz Ortega, é ajudar “o homem [a] viver sem que sua vida seja uma tragédia sem sentido ou um aviltamento radical”. Esse ideal holístico foi totalmente trocado pela profissionalização e pela pesquisa, cujo o resultado é a fragmentação do homem moderno, o transformando num especialista, em geral, inculto e moralmente inferior.

No entanto, quantos pesquisadores produzimos por ano? Para os padrões internacionais, não muitos – algo em torno de 18 mil doutores, mas nem todos se tornam pesquisadores. Terem focado na quantidade e não na qualidade, certamente faz com que não consigamos ser levados a sério – ou, pelo menos, relevantemente a sério – no mundo. O caso de Joana não é diferente;

tanto que até seu antigo orientador questiona a qualidade de seu trabalho: “Não confio nos resultados dela. Ela fala muito, mas comprova muito pouco”. Isso é tudo muito triste. Pois percebemos que ela não é somente fruto de suas escolhas, mas também, para usar um termo de Ortega, de suas circunstâncias.

Não sendo mais as universidades centros de verdadeira cultura, como eram no tempo de sua criação no Ocidente – onde se produzia um tipo de conhecimento que “era o sistema de ideias sobre o mundo e a humanidade que o homem de então possuía” e o repertório de convicções que norteava sua existência –, mas somente fábricas de diplomas e de cientistas que vivem às custas de bolsas de estudo sem produzir nada de relevante, resta-nos, portanto, administrarmos o susto de, vez por outra, termos de lidar com nossa duríssima realidade através de exemplos fraudulentos – e tristes, muito tristes – como o de Joana D’Arc Felix de Sousa.

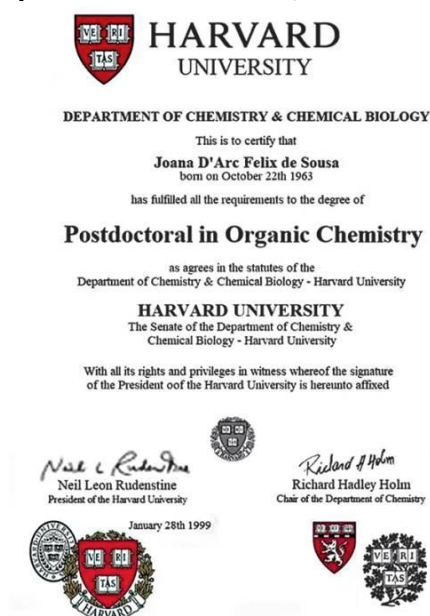
Paulo Cruz

Ciência, Tecnologia

A doutora mentirosa pode destruir a imagem da ciência brasileira

Ao não explicar lorotas, como a de um falso diploma de Harvard, Joana D’Arc Félix dá munição a obscurantistas que atacam professores e alunos do país

Por Filipe Vilicic 22 Maio 2019, 16h01



Joana e o diploma forjado Jonne Roriz/VEJA

Emocionei-me, com direito a lágrimas, na primeira vez em que li a história de **Joana D’Arc Félix de Souza** em VEJA. Era fantástica a saga da menina pobre que aprendeu a ler aos 4 anos de idade, passou na Unicamp aos 14, encarou o racismo no Brasil e nos Estados Unidos, conquistou pós-doutorado em Harvard e teria decidido voltar ao seu país para se dedicar à

educação de adolescentes em situações de vulnerabilidade social. Nos últimos dias, descobriu-se que quase todos os elementos fantásticos de sua trajetória não passavam de mentira. Ela não tem diploma de Harvard, não entrou na faculdade aos 14, nem conta com a quantidade de patentes que dizia ter registrado e, como cereja do bolo de falácias, ainda está devendo dinheiro que captou por não ter prestado contas à Fapesp. Quando a repórter Jennifer Ann Thomas, da equipe em VEJA da qual sou editor, voltou a falar com a química, esperava-se que ela admitisse a série de mentiras e se justificasse – seja lá com quais desculpas ou razões. Porém, fez e continua a fazer o contrário disso. O que tem representado uma agressão à imagem da ciência brasileira.

“Eu não menti”. Afirmou Joana à repórter. Ela continuou a insistir que seria apenas algo como um pequeno exagero ter forjado sua saga de superação. Pequeno? Ludibriou aqueles que a chamaram a fazer palestras justamente por acreditarem em suas mentiras. Isso até em TEDx. Enganou os que deram espaço à sua voz na mídia. Iludiu também jovens que podiam ver nela inspiração para também chegarem tão longe quanto Harvard. Trapaceou, de tantas formas. Após as revelações, caso ela simplesmente tivesse admitido a encenação, seria mais aceitável. Todavia, continua a insistir na mentira. Mente até ao afirmar “não menti”.

Com isso, prejudica em demasia a imagem da **ciência** brasileira. Imagem esta que já tem sofrido agressões o suficiente, de muitos lados, inclusive do presidente **Jair Bolsonaro** e dos seus – em mais uma situação quase kafkaniana (ou seria kaftaniana, hein?) de nossos tempos, também do próprio ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os que não frequentam a academia – e que dificilmente passariam na USP, na Unicamp ou em Harvard – insistem em julgar pesquisadores como “idiotas” ou “idiotas úteis”. Com suas falácias, Joana D’Arc Félix de Souza dá munição aos obscurantistas. Assim, concede desculpinhas àqueles que querem ver como enganadores, limitados ou não produtivos nossos cientistas, filósofos, estudiosos.

Se assumisse seus desvios, Joana talvez conseguisse exibir a quem soube de suas lorotas que ela é a exceção, não a regra. Que há incontáveis cientistas brasileiros sérios à frente de trabalhos igualmente sérios.

Mais que isso, se admitisse e se explicasse, aposto que teria maior chance de reerguer a si e a seu projeto de ensino a crianças em situação de vulnerabilidade. Em vez de continuar a queimar o filme de si e de sua iniciativa social – esta, sim, admirável, até onde se sabe do que é verdade –, assim se portaria com honestidade, para variar um pouco. E exporia como, mesmo sem o verniz todo que passou sobre si, ainda se manteria como exemplo de resiliência e superação.

Só que ela não para de mentir. E não para de tentar driblar perguntas com desculpinhas. Se continuar assim, passará de heroína da ciência a vergonha e, ela mesma, uma agressora do trabalho de professores e alunos que se levam a sério. O maior risco é alguns passarem a tê-la como exemplo típico da academia brasileira. Em vez de se recordarem de bons nomes, do passado e de agora, como Duília de Mello, Milton Santos, Walter Neves, Mayana Zatz, Marcelo Gleiser, Artur Ávila, Oswaldo Cruz, César Lattes, Carlos Chagas, Vital Brazil, Johanna Döbereiner etc., etc. e etc.

Para acompanhar este blog, siga no Twitter, em @FilipeVilicic, no Facebook e no Instagram.

APÊNDICE C – SUMARIZAÇÕES DO CORPUS DE ANÁLISE

Sumarização das reportagens do *Estadão*

Título/Manchete	Professora que vai virar filme tem diploma falso de Harvard
Lead	Conhecida por ter saído da pobreza e chegado à universidade mais conceituada do mundo, Joana D’Arc tem várias inconsistências em seu currículo
Data e hora da publicação	14/05/2019 18h30
Macroestruturas Semânticas	M1 - Uma professora, Joana D’Arc Félix de Sousa, conhecida por sua história de superação, falsificou um diploma de pós-doutorado da Universidade Harvard. M2 - Ela ganhou notoriedade por sua origem humilde e alcançar um pós-doutorado em uma universidade conceituada. M3 - A Globo Filmes estava preparando um filme sobre sua vida, com Taís Araújo como protagonista. M4 - Jornalistas do <i>Estadão</i> entrevistaram Joana pela primeira vez no fim de 2017, e receberam um diploma falso ao pedir provas da passagem dela por Harvard M5 - A informação do pós-doutorado constava no currículo de Joana na plataforma Lattes, mas a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes) afirmou que seu nome não estava registrado como bolsista. M6 - O pós-doutorado não era mencionado na ficha cadastral como professora estadual de Joana. M7 - A professora alegou que o diploma falso foi criado para uma "encenação de teatro" e admitiu não possuir o certificado. M8 - Não foi possível confirmar qualquer passagem de Joana por Harvard, e nem mesmo ex-alunos encontraram o nome dela no sistema da instituição. M9 - Foi preciso consultar outros cientistas que esclarecessem o que é um pós-doutorado M10 - De fato, Joana possui graduação, mestrado e doutorado em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e têm pesquisas que envolvem couro ecológico e reprodução de pele humana artificial.

Título/Manchete	Professora ganhou notoriedade com história de 'cientista precoce' e superação
Lead	Joana D’Arc Félix de Sousa dá palestras e coleciona homenagens e prêmios
Data e hora da publicação	14/05/2019 18h30
Macroestruturas Semânticas	M1 - Em novembro de 2017, a professora Joana D'Arc Félix de Sousa chegou com atraso para ministrar uma palestra no Instituto Federal (IF) de Matão, interior de São Paulo. M2 - Ela havia sido convidada para falar sobre como “reduzir o abismo entre alunos e universidade”, tema para o qual ela própria era o exemplo perfeito. M3 - Joana ficou conhecida por sua história de superação e conquistas acadêmicas. M4 - Embora seu currículo a credenciasse a dar aulas em grandes universidades, Joana expressou felicidade em ensinar em uma escola rural, onde era uma inspiração para os alunos. M5 - Joana também recebeu convites para eventos e homenagens, incluindo uma

	exposição no Museu do Amanhã e uma recepção com o governador Geraldo Alckmin. M6 - O intuito do <i>Estadão</i> era contar a história de superação de Joana, por isso seus repórteres viajaram até a cidade da professora. M7 - Joana orienta projetos de iniciação científica na Etec, pesquisando pele artificial para transplante humano e roupas mais seguras para bombeiros. M8 - A admiração que os alunos de Joana têm por ela é devido às semelhanças em suas origens humildes. M9 - Foi o fato de Joana mentir sobre a própria idade, ao fim da entrevista, que levantou a desconfiança dos jornalistas. M10 - O jornal decidiu não publicar a matéria devido à impossibilidade de confirmar as informações fornecidas por Joana. M11 - Os jornalistas retomaram a apuração somente após o anúncio de que a história de Joana se tornaria um filme. M12 - Foi confirmado que o diploma de pós-doutorado de Joana era falso, levando a uma nova entrevista em que ela admitiu não ter concluído o pós-doutorado. M13 - A reportagem tentou saber se a pesquisa de Joana tinha bons resultados, contatando até uma especialista da USP, mas ela afirmou não ter recebido as amostras que Joana enviaria, e que por isso não emitiria nenhum parecer.
--	---

Título/Manchete	Professora que tem diploma falso admite que não foi aluna de Harvard
Lead	Conhecida pela história de superação - que deve virar filme - Joana D'Arc Felix de Sousa usou documento falso para confirmar formação em instituição americana
Data e hora da publicação	15/05/2019 09h29
Macroestruturas Semânticas	M1 - A professora de ensino técnico Joana D'Arc Félix de Sousa divulgou uma nota em que acusa o jornal <i>Estadão</i> de querer "denegrir" sua imagem. M2 - Na nota, Joana admitiu que não foi aluna da Universidade Harvard, nem concluiu seu pós-doutorado na instituição, como havia afirmado anteriormente. M3 - O <i>Estadão</i> publicou uma reportagem revelando que Joana não possui formação em Harvard e que apresentou um diploma falso para comprovar seu pós-doutorado. M4 - Ao ser confrontada pelos jornalistas, a professora alegou que o documento enviado ao <i>Estadão</i> foi feito para uma encenação. M5 - Existe um podcast do <i>Estadão</i> que conta os bastidores da reportagem que expôs Joana. M6 - A Universidade Harvard confirmou que não emite o tipo de diploma apresentado por Joana, e o professor emérito Richard Holm negou conhecer a professora. M7 - Um professor titular de Físico-Química da USP afirmou que a área de pesquisa de Joana não tem relação com a área do suposto orientador em Harvard, e que por causa da concorrência, a chance de uma pesquisadora de área diferente do orientador ser convidada é "quase zero". M8 - Um filme baseado na biografia de Joana estava em produção pela Globo Filmes, com o envolvimento da atriz Taís Araújo, que desistiu do papel principal alegando ser clara demais para interpretar a personagem, mas continuava envolvida na produção. M9 - Pouco antes da publicação da reportagem do <i>Estadão</i>, Taís Araújo postou uma foto com Joana nas redes sociais, mas apagou o post depois da divulgação da matéria.

Título/Manchete	Quais as consequências de se falsificar um diploma?
Lead	Crime está previsto no Código Penal e pode dar até cinco anos de reclusão
Data e hora da publicação	15/05/2019 19h53
Macroestruturas Semânticas	M1 - A professora de ensino técnico Joana D’Arc Félix de Sousa afirmou ter uma formação que não possui. A informação de um pós-doutorado em Harvard consta no currículo de Joana na plataforma Lattes. M2 - Joana enviou à reportagem um diploma falso que afirmava ser de Harvard. M3 - A professora confirmou em suas redes sociais que não foi aluna em Harvard e alegou que o diploma enviado era um objeto cênico para uma peça de teatro, enviado por engano. M4 - Falsificar um diploma constitui crime de falsidade ideológica tipificado de acordo com o Código Penal. M5 - A pena para a falsificação de diplomas de instituições nacionais pode variar de dois a cinco anos de prisão. No caso de diplomas falsificados de instituições estrangeiras, o período máximo de reclusão é o mesmo, mas o mínimo passa a ser um ano. M6 - A falsidade ideológica, que é o uso do diploma falso, também está prevista no Código Penal. M7 - Fornecer informações falsas no sistema Lattes é uma violação dos termos de adesão e compromisso, e caso seja constatada a responsabilidade do usuário, medidas administrativas repressivas podem ser adotadas, como a perda de bolsas ou auxílios atribuídos pelo CNPq ao responsável.

Título/Manchete	Professora que mentiu em currículo foi condenada por não prestar contas sobre pesquisa
Lead	Joana D'arc foi condenada pela Justiça a devolver R\$ 369 mil para a Fapesp, que financia pesquisas no Estado. Ela diz que enviará a documentação devida ao órgão
Data e hora da publicação	16/05/2019 20h55
Macroestruturas Semânticas	M1 - A professora Joana, que fraudou o currículo ao incluir nele um pós-doutorado em Harvard, foi condenada em 2014 pela Justiça a devolver valores para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). M2 - Ela afirmou ter documentos que comprovam a prestação de contas e que não foi notificada sobre o processo judicial, embora a sentença tenha sido emitida há cinco anos. M3 - O contrato da Fapesp com Joana tinha o objetivo de apoiar empresas de pequeno porte no desenvolvimento de tecnologia. M4 - A Fapesp alegou que Joana não informou o que foi feito com o dinheiro recebido e entrou com uma ação judicial em 2012. M5 - Joana foi julgada à revelia e condenada, sendo determinado que ela devolvesse o valor reajustado de R\$ 369.294,42 em 15 dias, sob pena de multa. M6 - A Justiça diz que o valor nunca foi pago e a ação foi suspensa em 2017 devido à falta de bens penhoráveis ou dinheiro para o ressarcimento, mas pode ser reaberta a pedido da Fapesp. M7 - O caso prescreverá em 2022 se não houver nova movimentação no processo. M8 - O <i>Estado</i> revelou o diploma falso de Joana M9 - Harvard confirmou que o diploma apresentado por Joana é falso, e o professor cuja assinatura consta no documento negou qualquer envolvimento.

	M10 - Joana ganhou notoriedade por sua história de origem humilde e supostas conquistas acadêmicas, recebendo prêmios e sendo tema de um filme biográfico em produção. M11 - Joana afirmou que enviará a documentação de prestação de contas à Fapesp e alegou que o dinheiro foi usado para compra de equipamentos que foram doados à escola onde trabalha. M12 - O Centro Paula Souza, onde Joana leciona, informou que não há registro oficial de doação de equipamentos feita por ela para a escola. M13 - A Fapesp se recusou a comentar sobre o processo judicial. M14 - Em nota, Joana acha que o jornal está “querendo se promover” com a notícia sobre o processo.
--	---

Sumarização dos artigos de opinião

Título/Manchete	Joana Félix erra ao misturar denúncia de mentira com racismo
Lead	Desmascarada por reportagem que descobriu que ela não tinha o título de PhD em Harvard, como dizia ter, professora apelou para questões raciais
Data e hora da publicação	16/05/2019 14h08
Macroestruturas Semânticas	M1 - A doutora em química Joana D'Arc Félix de Sousa foi desmascarada por uma reportagem que revelou que ela não possui o título de PhD em Harvard, como afirmava. M2 - Ela tentou usar o racismo como escudo para se proteger ao ser pega na mentira, e erra ao fazer isso. M3 - A reportagem do <i>Estadão</i> expôs a verdade de que ela nunca fez pesquisa em Harvard, uma das universidades mais conceituadas do mundo, mas nada disso tem a ver com racismo. M4 - Joana admitiu a mentira, pediu desculpas e afirmou que a inclusão da informação falsa em seu currículo e a divulgação nas entrevistas e redes sociais foram falhas, não má-fé. M5 - Os julgamentos que sucederam as reportagens não têm a ver com Joana ser negra, e sim com ela ser mentirosa. M6 - Sua trajetória acadêmica inclui graduação, mestrado e doutorado na Unicamp, conforme consta em seu currículo Lattes. M7 - Não há registros que comprovem o convite e a orientação que Joana diz ter recebido de um professor de Harvard em 1994. M8 - A mentira de Joana prejudica a reputação de pesquisadores e cientistas do Brasil, em um momento já delicado para a educação superior. M9 - Apesar do ocorrido, o mérito e esforço acadêmico de Joana precisam ser destacados.

Título/Manchete	As fabulações da doutora
Lead	Saga de superação relatada pela cientista Joana D'Arc deixou de ser tão magnífica. O motivo: ela faltou com a verdade em mais de um aspecto de sua formação
Data e hora da publicação	17/05/2019 07h00
Macroestruturas Semânticas	M1 - Apesar da negativa do presidente acerca do racismo no Brasil, evidências como índices elevados de violência apontam a discriminação sofrida pela população afrodescendente. M2 - A história de Joana ia na contramão desses dados, sendo um caso exemplar

	de superação. M3 - Nascida em uma família pobre, Joana alcançou um alto nível de formação acadêmica e foi convidada a conceder entrevistas e palestras em diversos veículos de imprensa, incluindo a revista VEJA, para compartilhar sua história inspiradora. M4 - A história de Joana era extraordinária e parecia ter saído do cinema, e iria de fato se tornar um filme. M5 - Foi o jornal O Estado de S. Paulo que revelou que Joana falsificou o diploma de pós-doutorado de Harvard. M6 - A universidade negou que ofereça esse tipo de titulação e confirmou que a assinatura presente no documento era forjada. M7 - Em entrevista à revista VEJA, um dia após a divulgação das fraudes, Joana declarou que não havia mentido, mas admitiu que poderia não ter explicado corretamente. M8 - Apesar disso, Joana mentiu sim, e sua atitude inclusive oferece argumentos para ataques preconceituosos, além de interromper os sonhos dos que se inspiram na história de superação da professora.
--	--

Título/Manchete	A mentira da doutora, o fetiche acadêmico e a missão da universidade
Lead	Um verdadeiro pesquisador está consciente de seu saber, mas, sobretudo, de seus desconhecimentos”. (Laurent Schwartz)
Data e hora da publicação	21/05/2019 16:32
Macroestruturas Semânticas	M1 - A cientista Joana D'Arc Félix de Sousa foi pega falsificando documentos, o que é um crime grave. M2 - Se tratava de uma história de vida emocionante e inspiradora, com relatos de superação e dificuldades enfrentadas por ela, como a fome e o racismo, e isso foi o que a levou a conceder entrevistas e ministrar palestras. M3 - Joana afirmou ter feito um pós-doutorado em Harvard, mas essa informação foi negada pela universidade. A professora tentou justificar suas mentiras, mas suas explicações não foram confirmadas. M4 - Joana também foi processada pela FAPESP por não prestar contas do dinheiro recebido para pesquisas. M5 - O filme que seria feito sobre a história da professora foi cancelado. Joana, ao alegar estar sofrendo racismo, usa uma justificativa “patética e triste”. Todos perdem com essa situação: Joana Felix, a pesquisa brasileira, os negros brasileiros e o Brasil como um todo. M6 - O conceito de "homem-massa" de José Ortega y Gasset, que descreve o tipo de pessoa que não tem projetos de vida e age sem responsabilidade, pode ser aplicado ao caso de Joana. M7 - No Brasil, há uma valorização excessiva de títulos acadêmicos, enquanto o notório saber é desprezado. M8 - O sistema acadêmico brasileiro é problemático, pois produz mestres e doutores em massa. M9 - Os pesquisadores brasileiros recebem bolsas com valores que poucos ganham no país, e são acomodados por “fazer disso um ganha pão”. M10 - A universidade se perdeu de sua missão de ser um ambiente científico transmissor da verdadeira cultura, como quando surgiu no Ocidente. M11 - O autor sugere que a situação de Joana reflete os problemas mais profundos do sistema acadêmico brasileiro, que hoje fragmenta o “homem moderno, o transformando num especialista, em geral, inculto e moralmente inferior”. M12 - A pesquisa brasileira não é relevante internacionalmente por ter “focado na quantidade e não na qualidade”. M13 - O Brasil não produz pesquisadores de qualidade, e Joana é um exemplo

	disso, pois já teve seu trabalho questionado até mesmo por seu antigo orientador. M14 - Joana é fruto do fetiche acadêmico no Brasil e da valorização excessiva de títulos, mesmo em detrimento da qualidade da pesquisa e da educação.
--	---

Título/Manchete	A doutora mentirosa pode destruir a imagem da ciência brasileira
Lead	Ao não explicar lorotas, como a de um falso diploma de Harvard, Joana D’Arc Félix dá munição a obscurantistas que atacam professores e alunos do país
Data e hora da publicação	22/05/2019 16h01
Macroestruturas Semânticas	M1 - O jornalista se emocionou com a história de Joana, mas descobriu que muitos elementos de sua trajetória eram mentiras. M2 - As mentiras de Joana agridem a imagem da ciência brasileira. M3 - Há um sentimento de indignação por Joana ‘insistir na mentira’, mesmo depois de ter sido descoberta. M4 - Joana é igualada ao presidente e ao ministro da educação no que diz respeito a prejudicar a ciência brasileira. M5 - Também é da responsabilidade de Joana os argumentos que os obscurantistas possam usar para desacreditar os cientistas brasileiros. M6 - Se Joana admitisse seus erros, poderia mostrar que é uma exceção e não a regra, e que ao contrário dela, existem muitos cientistas brasileiros sérios. M7 - O jornalista aposta que a professora poderia reerguer sua imagem e seu projeto de ensino caso ‘se explicasse’. M8 - Se Joana continuar mentindo, deixará de ser uma heroína da ciência para ser vista como uma vergonha, e alguém que agride o trabalho dos que são sérios. M9 - Há o risco e o temor de que ela seja vista como um exemplo típico da academia brasileira, e faça com que as pessoas esqueçam bons nomes do passado e do presente. M10 - O texto menciona alguns desses ‘bons nomes’, como Duília de Mello, Milton Santos, Walter Neves, Mayana Zatz, Marcelo Gleiser, Artur Ávila, Oswaldo Cruz, César Lattes, Carlos Chagas, Vital Brazil e Johanna Döbereiner. M11 - Ao contrário da pessoa de Joana, a iniciativa social que ela coordena é admirável.

APÊNDICE D – ESTRUTURAS MENTAIS E SEUS RESPECTIVOS ASPECTOS E PERGUNTAS
DIRECIONADAS AOS TEXTOS DURANTE A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE

Estruturas mentais	Aspectos	Questionamento
Memória Pessoal	1. Subjetividade	Quais são as crenças, valores e emoções expressas pelo enunciador?
	2. Uso linguístico	Quais os recursos linguísticos utilizados? (Metáforas e Hipérboles)
	3. Intencionalidade	Qual a intenção explícita do enunciador? Convencer sobre o quê?
	4. Coesão	Como o enunciador ordena estrategicamente os argumentos?
	5. Unidade	Qual a mensagem geral que o enunciatário deseja expressar?
	6. Coerência	Quais são as contradições ou inconsistências presentes na fala ou no texto?
Contexto	1. Vantagem Direta	De que forma o discurso beneficia o enunciatário no contexto?
	2. Persuasão	De que forma ou com quais recursos o enunciador visa influenciar a cognição de seu interlocutor imediato?
	3. Controle da Fala/Texto	Quem detém maior controle sobre os temas, as falas ou o texto no momento do proferimento do discurso?
	4. Identificação	É um discurso proferido em função de alguma obrigação legal, social ou cultural ou de algum papel social específico?
	5. Conhecimento dos Receptores	Qual o nível de conhecimento expresso pelos receptores do discurso no momento do seu proferimento?
Memória Social	1. Estilos Discursivos	Quais as formas costumeiras de se controlar o discurso sobre o tópico específico do discurso analisado?
	2. Vantagem Indireta	De que forma o discurso beneficia a posição social ou o poder do enunciatário?
	3. Influência sobre Abuso de Poder	De que forma o discurso reforça ou resiste aos abusos de poder praticados no tempo-espço sociais da fala?

	4. Influência sobre Reprodução das Desigualdades	De que forma o discurso reforça ou resiste à reprodução das desigualdades existentes no tempo-espço sociais da fala?
	5. Influência sobre Visão Teórica Hegemônica	De que forma o discurso reforça ou resiste à visão teórica hegemônica sobre o fenômeno social tratado na fala?
	6. Coesão Social	É um discurso de fácil aceitação social?
	7. Antíteses Discursivas	Existem outros discursos que levam a crenças alternativas?

Fonte: Couto e Carrieri (2018, p. 7-8)